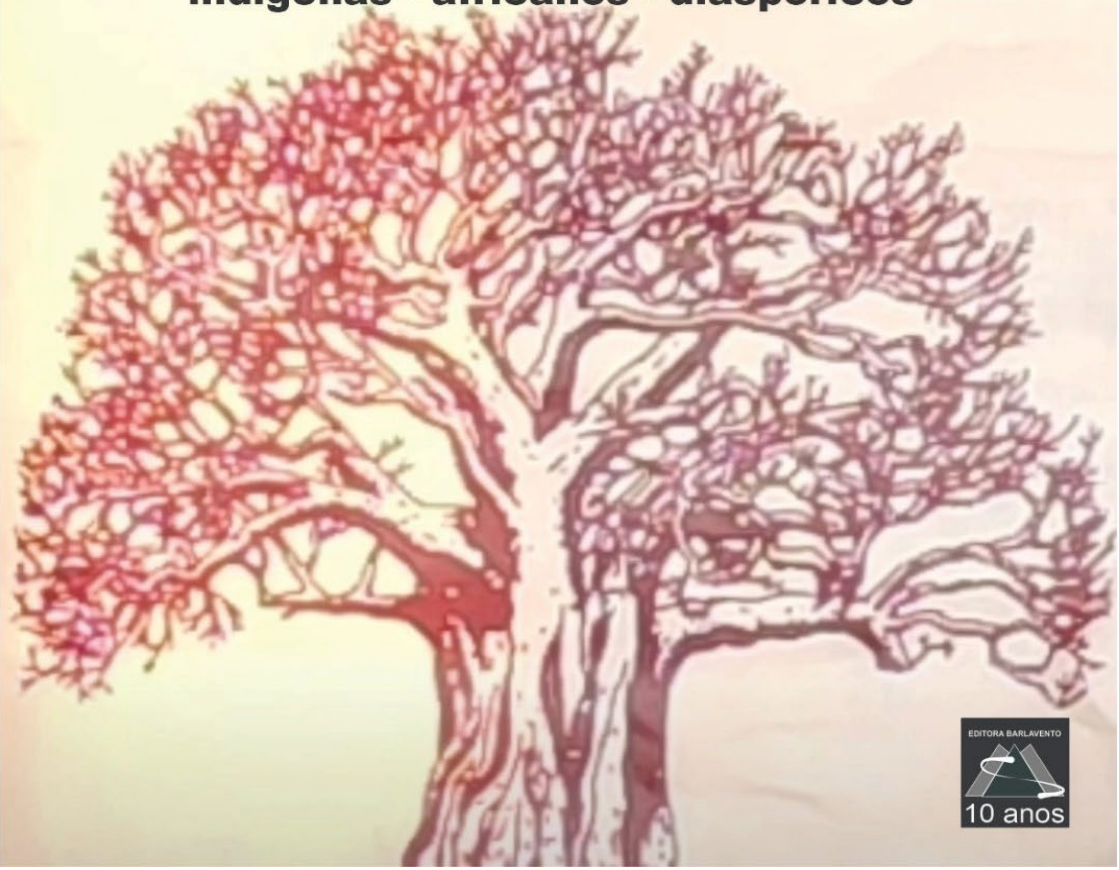


Cláudio Orlando Costa do Nascimento
(organizador)

Eduardo David Oliveira
Arlindo Nkadibuala
Rita de Cássia Dias
(colaboradores)

ESCREVIVÊNCIAS BAOBÁS
de contos ancestrais
indígenas - africanos - diaspóricos



Cláudio Orlando Costa do Nascimento

(organizador)

Eduardo David Oliveira

Arlindo Nkadibuala

Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus

(colaboradores)

**ESCREVIVÊNCIAS BAOBÁS:
de contos ancestrais indígenas – africanos -
diaspóricos**



Ituiutaba, MG

2023

© Claudio Orlando Costa do Nascimento (organizador). 2023.

Colaboradores: Eduardo David de Oliveira, Arlindo Nkadibuala, Rita de Cássia Dias.

Editor da obra: Mical de Melo Marcelino.

Capa: Anderson Pereira Portuguez.

Diagramação: Hágata de Paula Simião

Conselho Editorial – Coleção Ciências Humanas:

Todas as obras da Editora Barlavento são submetidas a pelo menos dois avaliadores do Conselho Editorial.

Editora-chefe: Mical de Melo Marcelino

Pareceristas brasileiros

Dr. Rosselvelt José Santos

Dr. Ricardo Lanzarini

Dr. Carlos Alberto Póvoa

Profª. Alessandro Gomes Enoque

Prof. Dr. Moisés Abdon Coppe

Pareceristas internacionais

Dr. José Carpio Martín - Espanha

Dr. Ernesto Jorge Macaringue - Marrocos

Msc. Diamiry Cabrera Nazco – Cuba

Dra. Sucl Noemi Alejandre Jimenez - Cuba

Msc. Mohamed Moudjabatou Moussa - Benin

Todos os direitos desta edição foram reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da Editora Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

Editora Barlavento

CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 87563

Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Asé Babá Olorigin.

Rua das Orquídeas, 399, Residencial Cidade Jardim,

CEP 38.307-854,

Ituiutaba, MG.

barlavento.editora@gmail.com



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Escrevivências baobás de contos indígenas, africanos, diaspóricos [livro eletrônico] /organização Claudio Orlando Costa do Nascimento ; (colaboradores) Eduardo David Oliveira, Arlindo Nkadiobu, Rita de Cássia Dias. – 1. Ed. – Ituiutaba, MG : Editora Barlavento, 2023.
PDF

Bibliografia.

Vários autores

ISBN 978-65-87563-39-8/ DOI 10.54400/978-65-87563-39-8

1. Contos - Coletâneas - Literatura 2. Cultura africana 3. Cultura indígena 4. Poesia – Coletâneas 5. Relatos I. Nascimento, Claudio Orlando Costa do. II. Oliveira, Eduardo David. III. Nkadiobu, Arlindo. IV. Dias, Rita de Cássia.

23-153830

CDD 808.8

Índices para catálogo sistemático:

1. Antologia : Literatura 808.8

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

REALIZAÇÃO



Círculo de Culturas Ancestrais Baobá



Ação Conselho de Baobá

PREFÁCIO

Agô de licença, Agô

*“Àquele que mata o pássaro ontem, com a flecha
lançada hoje”*

As origens do Brasil estão nas conexões estabelecidas entre povos através do Atlântico. A partir da invasão das terras que hoje chamamos de Américas, de um lado, e de África, na outra margem, teve início o violento processo de exploração, de roubo, massacres, sequestros e escravização que colocou em contato variadas culturas. Afim de sustentar a pilhagem das riquezas materiais, os europeus ocidentais na expansão colonial, da qual os portugueses saíram na frente, criaram uma hierarquização constituindo a si mesmos como “a civilização” e, ao mesmo tempo, inventaram um “Outro” inferiorizado e, no limite, não humano.

A negação do Outro, do diferente, legitimava toda a violência da exploração. Os povos originários, fossem das Américas ou das Áfricas, eram animalizados apesar de seus saberes terem sido sistematicamente apropriados.

Os povos jogados neste grande caldeirão da Diáspora pelo Atlântico construíram seus próprios caminhos partindo de suas Histórias, de suas experiências e vivências. Criaram e recriaram relações, processos, costumes, crenças e rituais que lhes possibilitaram enfrentar o horror branco da escravidão. Resistiram, sobreviveram e estabeleceram as bases para que nós,

seus descendentes, possamos seguir na busca por uma existência plena neste mundo.

Escreveram suas Histórias nas práticas de luta, nos rituais sagrados, nos laços familiares, nos hábitos alimentares, nas manifestações artísticas, nas tecnologias, nas visões de mundo, nos valores, na oralidade, na importância atribuída à palavra, no respeito e no culto aos ancestrais.

Escrevivências Baobás é uma dessas flechas lançadas no presente para enfrentar e derrubar a escravidão e o racismo construído no passado, mas que continua nos atormentando, vitimando, massacrando no presente. É uma flecha que nos convida a prosseguir na luta para afirmar nossa Humanidade, valorizar nossas culturas, nossas Histórias, nossas experiências coletivas.

Os contos destas Escrevivências são uma demonstração de que as memórias ancestrais seguem vivas e fortes a nos alimentar, são a prova de que as conexões entre os povos originários, sejam do Brasil ou de Moçambique, ou de outra parte qualquer da África, não ficaram esquecidas no passado. As sementes de Baobá que agora se espalham são novas flechas a circular, preservando, criando e recriando vivências, abrindo caminhos para um novo tempo.

Juvenal de Carvalho Conceição

APRESENTAÇÃO

O “Escrevivências Baobás de Contos Ancestrais Indígenas – Africanos – Diaspóricas” reúne trinta e nove textos de autoras e autores, mulheres e homens de idade, nacionalidades, formação e experiências de vida diferentes, ou seja, pessoas de ancestralidades diferentes que representam o verdadeiro Brasil que nasceu do encontro histórico dos povos e culturas diferentes e suas conexões com o mundo, em especial, com o continente africano. Demonstram que todos e todas contribuíram de uma maneira ou de outra na construção do Brasil atual e na formação de sua identidade cultural plural. Em outros termos, os brasileiros e as brasileiras atuais não são somente descendentes dos gregos e romanos, dos latinos e anglo-saxões, através da ancestralidade europeia. Mas são também, descendentes dos povos originários, dos africanos, asiáticos, árabes, judeus e ciganos, povos cujas histórias de suas ancestralidades foram apagadas, por muito tempo, pela educação eurocêntrica dominante. As imagens que se veiculam na historiografia colonial sobre os povos indígenas, considerados como primitivos e, portanto, atrasados, persistem ainda no imaginário coletivo contemporâneo. Também as imagens negativas que foram construídas sobre os negros africanos, para justificar e legitimar a colonização, ainda não foram totalmente desconstruídas. Daí a justificativa das leis 10.639/03 e 11.645/08 promulgadas durante o governo do presidente Lula, para construir uma nova cidadania inclusiva, que possa devolver aos povos originários e da diáspora africana no Brasil, a imagem autêntica de suas identidades e a devolução de seus direitos humanos fundamentais, que por muito tempo foram rasgados, no universo racista ancorado no mito de democracia racial.

As autoras e os autores destes textos são todas pessoas vivas, que têm a consciência de que as memórias de suas ancestralidades resistiram, apesar da alienação escravista e colonial, e que podem ser reconstruídas com bases nos rudimentos das tradições orais que resistiram, e de suas lutas em defesa da liberdade e da dignidade humana. Com esses rudimentos de memórias, combinados com sua experiência de vida como vítima da supremacia racial branca, elas/eles tentam reconstruir suas ancestralidades africana, indígena e afro-diaspórica, contando sempre com a solidariedade consciente dos euro-descendentes. Por isso, as narrativas do texto lançam mão do conceito de “escrevivência”, cunhado pela grande escritora negra Conceição Evaristo. As histórias contadas neste livro, ora em termos de poesia, contos, lendas, ora como narrativas ou ensaios, são baseadas nessa experiência de vida, a partir de um olhar de dentro, e não nas formas de narrativas que caracterizam um olhar externo de algumas/uns pesquisadoras/res.

Como o fizeram? Metaforicamente, se reuniram na sombra do Baobá, árvore africana milenar, símbolo da ancestralidade, para contar suas histórias, unificando suas vozes para derrotar um inimigo comum, e afirmar sua existência diante de flagrantes desigualdades postas pelo racismo. Reunidos no “Conselho Baobá” em suas iniciativas para cultivar e plantar no Recôncavo da Bahia, essa árvore milenar cheia de magia e religiosidade, sob a liderança do grande intelectual afro-diaspórico, professor Cláudio Orlando Costa do Nascimento, da professora Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus, Eduardo David de Oliveira e Arlindo Nkadibuala, outras narrativas foram produzidas por pessoas que experimentaram o plantio das mudas de Baobás em seus terrenos ou jardins, e dos efeitos psicológicos e outros significados que o contato com o Baobá lhes proporcionou, sobretudo, os Babalorixás e as Ialorixás cuja

ancestralidade e religiosidade, simbolizadas por essa árvore, falam muito forte no Recôncavo da Bahia, celeiro de resistência das religiões de matrizes africanas e dos povos originários. Algumas pessoas questionariam a presença dos povos originários na sombra do Baobá, dizendo que a árvore nada teria a ver com sua ancestralidade. A relação entre a natureza e os povos originários, da mesma maneira que a relação entre povos africanos tradicionais e a natureza, carrega simbolismos muito fortes. Poderia ser uma outra árvore do ecossistema brasileiro, mas se elegeu o Baobá, por sua grandeza natural, para reunir ambos os povos oprimidos. Essa aproximação nunca foi um problema para os africanos e seus descendentes na diáspora, a exemplo do que fizeram ao abrirem em suas casas e seus terreiros, um espaço de respeito para receber e cultuar os deuses da terra que os recebera, “os Caboclos”, que eram desconhecidos em suas religiões, nos países do continente mãe.

“Sankofa”, um dos símbolos “Adinkra” que constituem a sabedoria dos povos Achanti da República do Gana, ensina que “nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou atrás”, ou seja, a sabedoria de aprender com o passado para construir o futuro. Como disse o grande historiador Joseph Ki-Zerbo, “quem não tem passado não tem futuro”. Como as mulheres e os homens negras/negros e originárias/rios poderiam lutar para mudar suas condições de vida, em um universo racista, sexista e machista, sem saber quem são elas e eles? De onde vêm e por onde vão? Daí a necessidade e a importância de “Sankofar” na sombra do Baobá, como estão fazendo neste livro, cujo conteúdo pedagógico no espírito das leis 10.639/03 e 11.645/08 é inegável.

Kabengele Munanga

SUMÁRIO

Propósito pedagógico	17
Agô e bençãos	19
Para dar voltas no baobá e acordar as memórias	
<i>Cláudio Orlando Costa do Nascimento</i>	22
Agô Mãe Mata	
<i>Rosane Jovelino</i>	24
Mata sagrada ancestral: caminhada em poesia relatada	
<i>Ananias Viana</i>	29
Mestre Didi – o escultor sagrado	
<i>Kleyson Rosário Assis</i>	
<i>Leonardo Gonçalves Santos</i>	32

PARTE I

Escrevivências iniciáticas reverenciais

Para dar voltas no Baobá e acordar memórias: das ancestralidades africana e afro-brasileiras	
<i>Cláudio Orlando Costa do Nascimento</i>	38
Baobá intercultural	
<i>Levy Orlando</i>	47
O que é racismo estrutural? A encruzilhada como lugar de resistência e afirmação da negritude	
<i>Vanda Machado</i>	54
Baobá mulher	
<i>Rita de Cássia Dias</i>	59

PARTE II

Escrevivências africanas, das origens e fontes

Embondeiro: usos e mitos dos Nhungwe e Emakwa em Moçambique e dos povos de matriz africana no Brasil

Arlindo Nkadibuala

Elielba Nascimento Reis 65

Emdondeiros em Moçambique: histórias, mitos e lendas

Arcénio Francisco Cuco 70

Narrativa de um encontro com a afrodescendência no “chão” de Nampula

Roberto da Costa Joaquim Chaua 75

Parte III

Escrevivências indigenistas

Pitangua: a descolonização do pássaro guardião

Sara Vitória de Sousa Fontinele 81

Quando a terra virou água no Recôncavo

Felipe Milanez 86

Arapuás – as mulheres que viraram abelhas: uma referência negro-indígena

Jéssica Bruno 93

PARTE IV

Escrevivências afrodiáspóricas

Das coisas que aprendi sobre mim em Moçambique

<i>Málsa Passos</i>	100
Vivências em África: aprendendo com seus caminhos civilizatórios	
<i>Fábio Leão Figueiredo</i>	109
A paciência é a mãe de todas as virtudes: um conto de Ifá do Odù Ogbèògúndá	
<i>Leonor Franco de Araujo</i>	117

PARTE V

Escrevivências quilombolas e do campo

Memória e identidade: plantio de baobá na festa de São Roque

<i>Bárbara Manuela Silva dos Santos</i>	
<i>Selma Silva dos Santos</i>	124

Terreiro 21 Aldeia de Mar e Terra: identidade, cultura, ancestralidade e baobá

<i>Jucilene Viana Jovelino</i>	
<i>Rosângela Viana Jovelino</i>	130

Sobre as comunidades quilombolas, sobre nós!

<i>Rosane Jovelino</i>	136
------------------------------	-----

A preservação das memórias histórica e cultural como instrumento de luta política

<i>Leonardo Di Banda</i>	
<i>Josélia da Hora</i>	139

PARTE IV

Escrevivências matriciais do sagrado africano e dos plantios de baobás

A árvore do esquecimento, a mangueira espada e o baobá, raízes que travessam memórias	
<i>Paulo Henrique da Cruz</i>	
<i>Monilson dos Santos Pinto</i>	151
Na terra que tudo dá, dá baobá	
<i>José Raimundo Lima Chavez</i>	162
Práticas magico-religiosas para existir: o plantio do baobá em Bom Jesus dos Pobres	
<i>Babálorisá Agenor de Santana</i>	
<i>Ekedji Vanessa Orewá</i>	167
Um baobá vindo de África	
<i>Mãe Nilza D'Oxum</i>	
<i>Maria Goretti</i>	171
O baobá traduz do Ixi ou Diulo, terra com céu, o humano na terra com o sagrado no Diulo	
<i>Solange Borges</i>	178
Plantação de árvore sagrada no terreiro Ilê Axé Omorodé Loni Omorodé Oluayé	
<i>Gilson da Cruz</i>	
<i>Dayane Ribeiro Santos</i>	183
Baobá, árvore de resistência no Ilê Axé Opô Afonjá	
<i>Ana Verônica Bispo Santos</i>	
<i>Ana Cristina Silva da Purificação</i>	188
Outro registro do plantio do baobá no Ilê Axé Opô Afonjá	
<i>Thiago Garcez</i>	194
Um ritual para o plantio do baobá	
<i>Yalorixá Daniele De Oya</i>	
<i>Esdras De Lúcia</i>	198
Escrevivências a partir da soberania de um rei: da chegada ao plantio do baobá no Parque Pedra de Xangô	

<i>Maria Alice Silva</i>	
<i>Hélen Diogo</i>	
<i>Mestre Jegue</i>	
<i>Roberto Olugbenirá Rodrigues</i>	200
Terreiro Kamafeu de Oxóssi: construindo referências e o plantio do baobá	
<i>Pai Cícero Centriny</i>	206

PARTE VII

Escrevivências de histórias, culturas, memórias e humanidades baobás

Nossa árvore memória: o baobá e o presente carregado de sentidos

<i>Silvio Luiz de O. Soglia</i>	
<i>Maria da Conceição de M. Soglia</i>	210

O baobá recônvexo em terras recôncavas

<i>Lorena Penna da Silva</i>	216
------------------------------------	-----

(Im)plantando morada dos ancestrais em Salvador

<i>Gilmar Santiago</i>	222
------------------------------	-----

Escrevivência de uma humanidade baobá: Dona Cadu, uma história de cem anos

<i>Ricardina Pereira da Silva</i>	
<i>Rosangela Cordaro</i>	227

Somos quando nos realinhamos a nossa ancestralidade

<i>Assunção de Maria Sousa e Silva</i>	234
--	-----

A célula e a saúde da população negra nas aulas de Biologia sob uma perspectiva decolonial: como dar voltas no baobá!

<i>Antonio Novaes</i>	240
-----------------------------	-----

**Semeando energia: os corpos como Templos de
Memória**

Marcela Barravento 246

SOBRE O ORGANIZADOR 256

**SOBRE OS COLABORADORES E A
COLABORADORA** 258

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS 261

PROPÓSITO PEDAGÓGICO

A produção e publicação do Livro **Escrevivências Baobás: De Contos Ancestrais Indígenas, Africanos e Diaspóricos**, integra experiências e trabalhos do campo da educação, da cultura e das relações étnico-raciais.

A realização da Pesquisa sobre **Cultura da Ancestralidade**, assim como as vivências de **Plantios de Baobás** pelas Comunidades do Recôncavo e de outros territórios do Brasil, postas em dialogia com as Culturas Indígenas, com a Cultura Moçambicana e, fundamentalmente, com os saberes/fazeres singulares e originários das(os) escritoras(es), geraram esse material vasto de escrevivências e contos.

Convido às/os leitoras/es para **uma imersão numa escrita fora dos padrões formais e engessados, da história única**, fortemente marcada pela epistemologia monocromática colonial, e assim, será possível interagir com uma pluriversidade de histórias e culturas de lutas, resistências, afirmações presentificadas por meio das fontes, das origens e matrizes ancestrais indígenas, africanas e diaspóricas.

Outra característica do livro é a **força da tradição oral**, presente nas escritas (**em expressões e concordâncias**), aqui mantidas, **em respeito às autoras e aos autores**, assim como às **comunidades de origem**, visando a fidedignidade das escrevivências.

A proposição pedagógica central, além de chamar a tenção para esse contraste das formas das escritas como expressões da oralidade, tem como objetivo tornar o Livro acessível às escolas,

aos professores, às crianças, aos jovens, também aos espaços de mídias e de educação socioculturais.

Desta forma, por meio de leituras, de novas experiências didáticas, concretizaremos nossas contribuições para a implantação das leis e das políticas educacionais de cunho étnico-raciais, tornando reais os ideais de inclusão, de reparação e diversidade sociopolítica por meio da educação e da cultura.

Apreciem esse material desde a abertura, onde por meio de Poesias e Artes pedimos licença e tomamos bênçãos aos invisíveis, aos visíveis, aos mais antigos, às mais antigas, aos mais novos, às mais novas e às/aos iguais!

Cláudio Orlando Costa do Nascimento
(organizador)

AGÔ E BÊNÇÃOS!

Pedimos licença e tomamos bênçãos aos invisíveis, aos visíveis,
aos mais antigos, às mais antigas, aos mais novos, às mais novas
e às/aos iguais!

Assim, por meio de poesias e artes fazemos a abertura!

Baobá

Esse verso é uma forma de reparação
Fala da nossa tradição
Dos nossos antepassados
Os ancestrais do outro lado do mar
Que com suas sabedorias e histórias
Estão aqui e lá, Baobá!
Uma semente foi plantada
Trazida por Sacerdotes Africanos
Fincada em solo baiano
Os ancestrais atravessaram o mar
Com suas sabedorias e histórias
Estão aqui e lá, Baobá!
Esse canto fala ao coração
Diz sobre nossa formação, nossa
identidade
História, Cultura e Ancestralidade...
Por isso, temos que cantar, falar e
ensinar, Baobá!



Autor: Cláudio Orlando

1

PRA DAR VOLTAS NO BAOBÁ E ACORDAR AS MEMÓRIAS!

*Cláudio Orlando Costa do Nascimento
(Kbinkore, Aboab)*

Pra dar voltas no Baobá,
E acordar as Memórias.

Pra dar voltas no Baobá,
E acordar as Memórias.

Memórias de um tempo atrás,
Memórias dos Ancestrais.

Agora!

Memórias de um tempo atrás,

Memórias dos Ancestrais.

Agora!

2

AGÔ MÃE MATA

Rosane Jovelino

Agô Majestosa Mãe Mata
Morada ancestral
Vós que fechais o corpo quilombola
Guarda o ori
Em teu silêncio
Quilombo ayó

Cobre com a natureza que se
debruça em suas generosas árvores
Com as ewé afééfé, as ewé inón
as ewé omi, as ewé ilé

Com águas nascentes
No teu feito catimbó
Tece o sangue
Cuida, renova

Dá resistência

O Quilombo te honra

De corpo e alma

Habita em tua casa

Faz o candomblé

Gira aos teus pés

Na raiz do Baobá

Mulemba, Yrokô,

Sáúda os Caboclos/as que
nas matas moram, que tanto
adoram, Inquices, Orixás

Canta, dança, com festas, cerimônia,
palmas e toques de atabaques

que vem de África

livre da Senzala

Com Xangó, Realeza, Kawó Kabiesilé

empunhando o seu Oxé

lavrando Justiça

Canto, fala lá com Lê e Lê com lá

Reza em yorubá, banto, jeje, nagô
Insurgentes são guerreiros/as
Zumbi, Dandara, Felipa Maria, Maria Felipa, Tereza de
Benguela,
Aqaltune, Luis Gama... e Ganga Zumba
Aê ô Malês
Negra e quilombola Sou

Abraça o sol e a lua
Dentre as tuas belas paisagens
Acolhedora, protetora dos seus antepassados
Dos teus frutos se alimentaram
Com o poder e energia que fluem
Serenas e libertadoras
Não serão queimados
Memória vivida

Que por esta liberdade sentida
O Quilombo trilha
Seguro caminha
Sem temer a mal algum
Ogum conduz com o seu facão, espada e machete
Oguen! Mariwô, Oyá Ibalé, Ora yê yê ô!

Senhor Olorum
Exu faz o caminho, da direção, ayó

Grandiosa Mãe Mata
Jamais sairá do quilombo
És luz
Fonte de vida
Desperta no homem
te respeitar e não te destruir
Todos dependem de ti

Kantendê Santo
Cobra tem canto
até chocalho
Assovia, pula e voa

Segredo

Sagrada

Homem, homem!
A natureza responde

Sagrada Mãe Mata
Na presença das Divindades
Que em vossa casa moram
Noite e dia
O Quilombo te reverencia.

3

MATA SAGRADA ANCESTRAL CAMINHADA EM POESIA RELATADA

Ananias Viana

No final da falsa abolição da escravidão ficaram nossos ancestrais às margens dos manguezais, das matas e dos rios. E direitos, nenhum homem e mulher até hoje viu. A única saída para superar as dificuldades da vida foi o trabalho coletivo para o sustento das famílias.

Naquela época não existiam estradas para escoamento da produção, que era levada no lombo do boi, do jegue e do cavalo, que entravam mata a dentro, na madrugada fria que até o queixo batia. Era tão penosa essa maneira encontrada, pelo caminho jegue caía, cavalo rinchava, boi berrava, e era mercadoria rolando ladeira abaixo. Êta vida difícil arretada.

Vivi tudo isso com treze anos de idade juntamente com minha irmã mais velha Juvani. Mulher guerreira, pariu dez filho e até hoje trabalha que nem uma condenada. Ainda tinha o velho Catarino Costa que a gente acompanhava, bebia uma pinga arretada, e ficava tão bêbado que o boi levava em casa.

Fazia esse percurso várias vezes durante o mês, pois não tinha condições de mudar aquela vida sofrida, pois a pobreza reinava e dela a gente era freguês. Levava mercadorias para o

povoado de Acupe e lá vendia. Na volta trazia comida pra comer com a família que ficou em casa esperando o de comer.

No ano de dois mil e onze fizemos uma roda de conversa, nesse dia falamos o que passamos indo para este lugar. E tinham jovens a nos olhar. Jucilene quis saber mais e então surgiu a Caminhada Ancestral. Em dois mil e dezenove houve a oitava Caminhada. Todos estavam empolgados pra sair na madrugada. Fizemos rituais pra iniciar a Caminhada. Orientamos a todos para ir de boca calada, pelo menos dentro da mata serrada.

Ao entrar na mata virgem, ouvíamos os cânticos dos pássaros. A mata é sagrada, e não se brinca com ela pois a resposta vem. Esqueceram o que foi avisado na saída, e no meio da mata foi uma conversa danada. Os Caboclos são os donos das matas.

Avisamos para parar a conversaria, pois os donos da mata estavam observando. E se começassem a brincar na mata poderia se perder. E foi o que aconteceu. Apareceram tantos caminhos, tanto mato sem caminho certo encontrar. Foi preciso que o Caboclo Sultão das Matas se manifestasse em Lucrécia, então se parou a conversa, depois logo em frente surgiu um lajedo de pedra muito lindo, e na frente um novo caminho. Fazia um sol quente a danar, e se sentia muito cansaço no caminhar.

A Caminhada que era feita em três horas, foi feita dessa vez em seis horas. Ficou uma lição, que nas próximas caminhadas todos deverão se calar, pois os Caboclos são senhores desse lugar.

Essas histórias de Indígenas e Quilombolas, de povos que foram escravizados, que tiveram sangue derramado pela crueldade dos senhores de engenhos, que esquartejaram, mataram, e ainda traficaram madeiras das matas sagradas.

Da África, da mata de lá para mata de cá veio o Baobá!
Foi plantado no lugar de onde sai a Caminhada Ancestral no
Kaonge, e um outro onde chega em Acupe.

Agora temos mais um aliado para nos mostrar caminhos!

4

MESTRE DIDI – O ESCULTOR DO SAGRADO

Dedicado à Jaime Sodré (in memorian)

Kleyson Rosário Assis (Otun Elebogi)

Leonardo Gonçalves Santos (Odé Bowale)

“Mojubá Olorum Baba Olodumare

Onile, Mojuba yin o!

Exu Yangi, obá Babá Exu, Mojuba yin o

Egun aiyê chebá orum, mojuba yin

Awon Orixá laiê, awon Orixá lorum, mojuba yin

Agô ô!”

“A Olorum, Pai Olodumare, apresento meus cumprimentos

Ao dono da terra apresento os meus cumprimentos

*A Exu Yangi, Rei e Pai de todos os Exus, apresento os meus
cumprimentos*

*A todos os Eguns, deste e do outro mundo, apresento os meus
cumprimentos*

A todos os Orixás deste mundo e do outro, apresento meus cumprimentos

Deem-me licença!”

(tradução livre)

Aprendemos com os mais velhos que antes de iniciarmos qualquer obrigação nos espaços sagrados, deve-se pedir licença às entidades saudando-as. E que também, ao falar sobre elas, seja onde for, o procedimento é o mesmo. Como aqui é um espaço no qual irei falar do sagrado, de Egun e Orixá, essa saudação se faz necessária e com isso, peço: Agô ô!

Deóscoredes Maximiliano dos Santos, Mestre Didi, foi chamado por Emanuel Araújo de o “Escultor do Sagrado”. Não foi um título que o Mestre Didi recebeu dentre os tantos que já possuía, o curador e artista plástico baiano Emanuel Araújo estava apenas a nomear um catálogo de uma exposição do Mestre Didi no Museu Afro Brasil. Mas sejamos francos: no mundo da arte sacra afro-brasileira nada se faz ao acaso. Quando o artista em questão é também um sacerdote, as palavras soam ainda mais especiais. E se esse artista for um ojé, aquele que cultua os ancestrais e media a relação desses com os que estão na sua jornada no ayê (terra). Caso seja ele, ainda, um Alapini (Supremo Sacerdote do Culto aos Ancestrais), um herdeiro sanguíneo e espiritual de uma das famílias fundadoras do Reino de Ketú e dos fundamentos da religiosidade praticada no “Novo Mundo” denominada candomblé, temos então uma situação nada trivial. Ao chamar o sacerdote-artista Mestre Didi de o “Escultor do Sagrado”, Emanuel Araújo evoca uma dupla face do artista: daquele que esculpe o sagrado e a do que está a serviço do sagrado.

Por um lado, sugere-se que esse sacerdote-artista esculpe o sagrado através de um complexo emaranhado de nervuras de palmeiras, couros, búzios, miçangas, linhas e costuras precisas feitas manualmente, alcançando formas inusitadas e que remetem ao repertório simbólico e material da tradição africana no Brasil. O elemento da religiosidade não faz parte da obra como algo que se poderia apenas acrescentar ou/e tirar, ela é a própria obra que busca moldar o sagrado, tornando-o palpável e visível. Mesmo para quem não tem intimidade com a tradição africana no Brasil, ao se deparar com essas esculturas reconhecerá ali de imediato uma força que evoca o mistério do nascimento e da morte presentificado materialmente através de peças minuciosamente esculpidas e coloridas com elementos da natureza.

Por outro lado, o “Escultor do Sagrado” sugere que Mestre Didi foi escolhido pelos deuses para se comunicar com os homens e mulheres deste e de outros mundos. E ele o faz através de uma linguagem que, por vezes, revela de imediato o que está diante de nós (emblemas de entidades do panteão da religiosidade africana, como uma serpente ou um cetro), mas simultaneamente a isso somos arrebatados pelo mistério, o inexplicável que, embora fale com nós, fala numa linguagem que lhe é própria, no limiar deste com outros mundos.

Mas o Escultor do Sagrado com sua dupla face – a de ser o artífice a esculpir o sagrado e a de ser um meio, uma ponte entre mundos – é, digamos de uma vez, um só. Põe-se além dos dualismos que por ventura sejamos induzidos a pensar. Na nossa tradição, ser de um Orixá, é também ser o próprio Orixá se manifestando.

Importante salientar que isso não é uma metáfora. As esculturas do Mestre Didi vêm através dele, mas não são dele, o homem, e sim de uma tradição milenar que foi preservada nos

espaços sagrados da diáspora africana no Brasil. Quem começou a lhe ensinar como confeccionar esses emblemas sagrados foi ninguém menos que Mãe Aninha, Obá Biyi, fundadora do Ilê Axé Opô Afonjá. Foi ela também que fez dele Assogbá, autoridade máxima do culto ao Orixá Obaluaê, o Senhor da Terra. E, como já dissemos anteriormente, o Mestre Didi foi Alapini, Supremo Sacerdote do Culto aos Ancestrais.

É preciso dizer isso porque a obra do Mestre Didi só foi possível devido a sua biografia. E a sua biografia não é a de um homem, mas a de um povo. Uma jornada que começou antes dele e que não se encerra nele. Cumprindo o seu desígnio de manter, fortalecer e expandir essa tradição, Mestre Didi fez herdeiros, muitos, e em muitas esferas distintas.

Figura 1: Esculturas de Oloxedê (Antônio Carlos dos Santos)



Fotos: Otun Elebogi (Kleyson R. Assis)

No campo das esculturas, que é o nosso caso aqui, é inevitável não pensarmos em Antônio Carlos dos Santos, Oloxedê, Osí Alagbá no Ilê Axé Asipà, filho de Badabaraô (Mãe Nídia de Yemanjá), neto do Mestre Didi. As mãos de Oloxedê reproduzem em um estilo próprio aquilo que aprendeu com o seu avô: o “reverberar ancestral africano-brasileiro”. O Mestre Didi toca a ele e a nós através de sua arte, sinalizando uma via dupla de retorno e atualização de nosso repertório cultural, religioso, mítico, formal e material. Chega-nos como presente acessível em museus e salas de arte pelo mundo afora. Mas sobretudo como Orô e Awô: Obrigação e Mistério.

PARTE I



ESCREVIVÊNCIAS INICIÁTICAS REVERENCIAIS

5

PRA DAR VOLTAS NO BAOBÁ E ACORDAR AS MEMÓRIAS:

das ancestralidades africana e afro-Brasileira

Cláudio Orlando Costa do Nascimento (Gbinkore, Aboab)

Inicialmente quero lhes apresentar o personagem desta história, ele se chama ABOAB¹, um Ser que sente e concebe a vida integrada à sua ancestralidade, que faz dos seus caminhos experiências existenciais significativas! E assim caminhou construindo muitas vivências, dentre elas, nos campos da cultura e da educação. Desde cedo Ele observou que existia uma separação entre a vida vivida na família, no bairro, na comunidade, e o que se vivenciava nas escolas. E uma situação sempre se repetia, nas escolas lhe diziam que esquecesse tudo que aprendeu na vida, pois de nada serviria para sua formação naquele espaço.

Essa sentença de esquecimento dos saberes e fazeres da vida não lhe convenceu. Ao contrário deste axioma, sempre reconheceu e agradeceu às suas vivências culturais, junto à

¹ ABOAB é um pseudônimo criado por Cláudio Orlando Costa do Nascimento, que representa uma mandinga de encanto e força Baobá, escrito ao contrário.

família, aos amigos, à comunidade, aos grupos sociais, ao trabalho, valorizando assim os conhecimentos do dia a dia, assim como os tradicionais, originários das pessoas mais antigas.

Filho de uma família de baixo poder aquisitivo, de predominância negra, ABOAB logo percebeu que essa realidade, das histórias e das culturas do seu povo não estavam presentes nos currículos das escolas. Observou que a escravização dos povos africanos e dos afro-brasileiros ainda guardavam resquícios que influenciavam a educação escolar, logo, pensou: Nem toda educação é boa! A Escola precisava descolonizar as aulas, os currículos, os saberes, os fazeres, as identidades, que ao longo do tempo do Brasil Colônia, Império e República, influenciaram as políticas de hegemonia e privilégio daquele segmento social representado pela “Branquitude Neocolonial”, em detrimento dos outros Povos que constituem a Nação, ou seja, os Povos Negros e Indígenas.

E assim baseado nessa percepção ABOAB foi descobrindo a importância de buscar uma formação crítica e emancipatória junto aos ambientes não-escolares, no âmbito das culturas de resistência e afirmação das diversidades. Não por acaso Ele se formou em Pedagogia, se tornou Professor, depois fez Mestrado e Doutorado em Educação. Também trabalhou em vários níveis e cursos escolares, na educação infantil, no ensino fundamental, no magistério, e no terceiro grau ensinou nos cursos de Pedagogia, Filosofia, Letras, História e, atualmente, no Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas; na Licenciatura Interdisciplinar em Artes; e na Pós-graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. Mas foi por meio da Pesquisa que ABOAB aprofundou a temática da Educação com enfoque na Cultura da Ancestralidade, como memória, potência e força vital.

Pesquisas em conexão ancestral

No primeiro estudo, ABOAB enfrentou o desafio de recuperar a memória e a história de um antepassado, um parente, um tio-bisavô que foi professor da Escola Imperial Agrícola da Bahia, nos finais dos anos de 1890 e início de 1900. Ao visitar o Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia (MEASB-UFRB) em Cruz das Almas, descobriu que o acervo priorizava registros coloniais, imperiais, logo a foto de seu parente não constava, nem sua tese acadêmica. Ele, juntamente com a museóloga ficaram indignados com esse apagamento racial, por causa da sua cor negra seu ancestral não fazia parte do Memorial. Logo, ABOAB assumiu o compromisso de promover reparação no acervo e assim foi feito.



Por meio da Pesquisa Cultura do Aprendizado: Biografia, literatura, pensamento acadêmico e esotérico de Pedro Antônio da Costa (Loester), fora revelado seu histórico, de exotérico, escritor, músico, professor e pesquisador da Escola Agrícola da Bahia desde 1922. E o título 'Cultura do Aprendizado', remete à denominação do componente correspondente a 6ª Cadeira da referida Escola, sob responsabilidade do

mesmo, que a época era em São Bento das Lages-Bahia. As descobertas passaram a integrar o memorial, assim como a sua Tese e sua fotografia, que também constam na primeira revista de Extensão do MEASB-UFRB, tendo a Pesquisa como fonte documental.

Esse estudo fez ABOAB viajar no tempo e foi até as fontes, onde descobriu que Loester teve contatos com Sacerdotes Africanos, que sabiam muito sobre culto e cultivo da Terra, da Agricultura, e também lhe trouxeram sementes de Baobá, tendo sido plantadas em São Bento das Lages. O que fez com que Ele se interessasse por essa história dos Baobás, e também a plantar Baobás no Recôncavo.

Como caminho e reverência Ele começou a realizar a segunda Pesquisa denominada de Cultura da Ancestralidade, que o levou até Moçambique, na África. ABOAB, no pós-doutoramento, estava interessado em conhecer mais sobre essa questão da Ancestralidade, desde as experiências da família, da comunidade, dos saberes tradicionais dos Mestres e Mestras, dos Pais e Mães de Santo, das Produções Culturais da Cidade, da Comunidade, vivências que lhe propiciaram a percepção dos atores e das atrizes culturais, em conexão subjetiva, identitária, ancestral! Essa perspectiva se opunha às noções colonizadoras e eurocêntricas de educação, de cultura e de identidade, ainda presentes nas escolas contemporâneas.



Em Moçambique ele conheceu um Baobá muito antigo, desde a época da escravização dos moçambicanos que foram trazidos para o Brasil. Atribuem-se vários sentidos a essa árvore de origem africana, pois ela fora usada como árvore do esquecimento pelos colonizadores portugueses

que escravizaram os homens, as mulheres e as/os jovens africanas/os. Contam os mais antigos que os colonizadores construíram rituais nos Baobás para que esses seres humanos, submetidos a essa condição absurda, esquecessem seus nomes, suas histórias, culturas e religiões, para então receberem um nome de batismo cristão dado pela igreja católica, instituição que participou do processo colonizador. Mas, isso não aconteceu da maneira que eles imaginaram, e assim os escravizados reagiram e lutaram, o que fez com que se pudesse afirmar a história original do Baobá, como uma árvore sagrada, de potencialização da memória, da história e da cultura ancestral, a exemplo das identidades e pertencimentos interculturais assumidos pelos afro-brasileiros, que referenciam suas histórias em territórios de identidade como o do Recôncavo, de Salvador e de outros lugares em que as matrizes africanas se firmaram de maneira preponderante.

Na caminhada de Aboab, esses versos em forma de mantra chegaram como uma bênção:

Pra dar voltas no Baobá,
E acordar as Memórias.

Pra dar voltas no Baobá,
E acordar as Memórias.

Memórias de um tempo atrás,
Memórias dos Ancestrais.

Agora!

Memórias de um tempo atrás,
Memórias dos Ancestrais.

Agora!



Então, um dos momentos mais marcantes dessa caminhada de ABOAB foi quando um professor moçambicano lhe indagou, sobre a possibilidade de seus parentes, seus ancestrais terem saído dali, de uma rampa na costa do Oceano Índico, de onde saiam os barcos com os

moçambicanos escravizados para o Brasil. ABOAB ficou muito emocionado, trêmulo, e então o professor o abraçou e disse “Você é um dos Nossos! Somos Irmãos!”. ABOAB teve a oportunidade de dar voltas no Baobá, no sentido anti-horário, para desfazer o ritual do explorador português, e assim acessar a Força Vital do Baobá Ancestral, um potente Legado Africano.

Essa narrativa de afirmação afro-brasileira é tão próxima do que vemos culturalmente por aqui no Recôncavo e em Salvador, e ainda tão distante dos currículos escolares. Sabem por que? A escola dominada pela política e pela ideologia educacional cognitivista, colonial, neoliberal, capitalista, não possibilita que os descendentes africanos saibam das suas origens, porque isso lhes dará força e poder, por meio do reconhecimento, da valorização dos saberes, fazeres, dos cultos, dos ritos, das Culturas Ancestrais. Kemet, Egito, demais territórios africanos, berços da humanidade, geralmente não são tratados da mesma

maneira e condição de importância que as civilizações Greco-Romana, do mundo ocidental!



Logo, ABOAB concluiu que para nos tornarmos o que somos seria necessário construir uma civilidade afro-referenciada, e que para isso a educação seria fundamental como agenciamento de inclusão e formação por meio do legado histórico, cultural, filosófico, epistemológico africano.

Aqui compreende-se a necessidade de um trabalho individual/coletivo nas escolas e em espaços não escolares, como

associações comunitárias, terreiros, comunidades quilombolas, igrejas, dentre outros, para torná-los agenciamentos afirmativos, por equidade, justiça intelectual e étnico-racial.

ABOBA logo se posicionou pela reparação da condição social dos povos originários de matrizes africanas, assumindo o compromisso de realizar ações afirmativas por meio da educação, da política e da formação cultural!!

E mais uma vez, esses versos em forma de mantra chegaram como uma benção:

Pra dar voltas no Baobá,
E acordar as Memórias.

Pra dar voltas no Baobá,
E acordar as Memórias.

Memórias de um tempo atrás,
Memórias dos Ancestrais.

Agora!

Memórias de um tempo atrás,
Memórias dos Ancestrais.

Agora!

6

BAOBÁ INTERCULTURAL

Levy Orlando



Meu primeiro encontro com o baobá aconteceu através da literatura. Ler era uma das minhas atividades favoritas quando criança. Fiquei especialmente encantado com os livros que ofereceriam mundos de fantasias, nos quais eu poderia me perder

e retornar com novas maneiras de perceber o mundo em que vivemos.

Um desses livros foi O Pequeno Príncipe, de Antoine de Saint-Exupéry. Conta a história de um pequeno príncipe, que vive em um planeta no qual existem apenas três vulcões, uma rosa sob um globo de vidro, e algumas outras plantas. Entre essas plantas também estava a árvore do baobá, que ameaçava o bem-estar do pequeno planeta, pois suas raízes poderiam quebrar o solo e, assim, destruí-lo. O príncipe decide deixar seu planeta e aventurar-se no universo desconhecido em busca de um carneiro que pudesse ajudá-lo a combater os baobás. O narrador até diz aos leitores: "Meninos! Cuidado com os baobás!" É evidente que Saint-Exupéry usou o baobá como uma metáfora para outra coisa que iria sair de controle, a menos que fosse domada, mas ainda assim a imagem do baobá como ameaça, provavelmente grudou na mente de muitas crianças, como na minha.

Desde então, minha compreensão do baobá se afastou da apresentada no livro e diversificou-se interculturalmente. No meu mundo, o baobá tornou-se uma metáfora da possibilidade de mudança de significado e valor, que se encontra na experiência intercultural. Além disso, pode ajudar a fazer sentido nos grandes debates da sociedade contemporânea, servindo como sinal de alerta e símbolo de esperança. E para mim, pessoalmente, tornou-se uma maneira de conectar o passado, com o presente e o futuro, uma linha de comunicação com nossos ancestrais e descendentes.

Nasci em Salvador, na Bahia, mas me mudei muito jovem para a Alemanha. Eu cresci bilíngue, falando português em casa, com minha mãe, e alemão no jardim de infância. Ao longo dos anos que passei no Brasil, foi suficiente para Eu sentir e chamar de terra natal. Mas a maior parte da minha vida aconteceu em uma pequena cidade no norte da Alemanha, onde fiz o ensino médio.

Depois de terminar a escola, visitei o Brasil por alguns meses para passar tempos com meu pai, amigos e familiares brasileiros. E então ocorreu o meu segundo encontro com o baobá.

Desta vez, foi meu pai, e não mais autor francês, que deu um significado à palavra baobá. Ao tentar preencher algumas lacunas em nossa árvore genealógica, ele descobriu que meu tataravô Pedro Antônio da Costa (Loester) foi um professor da Escola Imperial de Agronomia, e no Recôncavo manteve contatos com Africanos, tendo recebido sementes e plantado baobá nesse Território Baiano. Meu pai começou a se envolver com a história cultural da árvore majestosa, tendo plantado um baobá matricial em Itapema e feito mudas para plantios em Terreiros e Comunidades Quilombolas. Ele estava especificamente interessado no papel que o baobá desempenhou na história do tráfico de escravos do Brasil. Segundo seus estudos, pouco antes de embarcarem no navio que os levaria à América do Sul, os africanos escravizados eram obrigados a caminhar no sentido horário em torno do baobá, como um ritual do colonizador, que imaginava fazer com que esquecessem seu passado, sua família e seus referenciais na África.

Com esse conhecimento acumulado sobre o significado cultural do baobá no passado, meu pai passou a redefinir a interação humana com esta planta. Em vez do esquecimento, a árvore agora deveria servir como um símbolo de lembrança, de memória, de ancestralidade. Eu o acompanhava em suas viagens pelo interior da Bahia, onde plantava mudas de baobá em comunidades religiosas de matriz africana. As árvores ainda tão delicadas ganhavam um grande pedaço de terra onde poderiam crescer altas e envelhecer sem ameaçar à infraestrutura dos seres humanos. Como cerimônia de plantio, meu pai contava às pessoas locais um pouco da história do baobá, e como eles poderiam

torná-lo uma referência significativa para a comunidade. Ele instruía a todos para darem as mãos, e juntos caminharem ao redor do tronco no sentido anti-horário, a fim de lembrar seus ancestrais e nunca deixar a visão colonizadora predominar. Ele os ensinou a cuidar da árvore e a integrar sua presença na vida comunitária. Pareceu-me que ele estava ensinando como se comunicar e entender a natureza, num tempo em que ela é frequentemente mal compreendida e tende a ser esquecida, destruída.

Isso me fez pensar nas árvores centenárias na Alemanha que ficavam no centro da maioria das cidades rurais. Por muitos anos, elas foram o coração desses lugares, onde as pessoas se reuniam para fazer comércio e contar histórias umas às outras. Hoje em dia, elas são cortadas uma após a outra para que mais um supermercado seja construído. E a história do lugar e de seus habitantes gravada na casca da árvore se apaga com o golpe de um machado. Eu esperava que um dia meu pai também viajasse para cá, para ensinar as pessoas a entender e viver lado a lado com a natureza.

Nos estudos de bacharelado decidi ir à Dinamarca para estudar algo chamado Humanidades Globais. É um programa que consiste em vários cursos interdisciplinares, incluindo política, comunicação, filosofia, língua e cultura, que traziam muita liberdade individual em termos de como alguém gostaria de construir seu diploma. Assim, decidi enquadrar meus estudos em torno de tópicos como as alterações climáticas, o pós-colonialismo, o desenvolvimentismo, os saberes indígenas e a vida de forma sustentável. Nesses três anos, viajei também para o Brasil e tive meu terceiro encontro com o baobá em Itapema, o que me permitiu entender melhor os encontros anteriores.

Esses anos foram marcados pela ação climática e por um movimento que começou com uma jovem da Suécia chamada

Great Thunberg. Seguindo o exemplo dessa garota inspiradora, mais e mais alunos na Escandinávia e, mais tarde, no mundo inteiro foram às ruas para protestar por justiça climática. Nas ruas, exigiram que os políticos agissem e aprovassem leis para ajudar a mitigar as mudanças climáticas. Os jovens se sentiam ameaçados pelas mudanças iminentes, decorrentes de anos de exploração natural e da explosão do consumismo nas gerações anteriores. Minhas aulas me ajudaram a entender o problema do clima teoricamente, e me ensinaram a pensar criticamente sobre o estado em que se encontra o mundo. Aprendi sobre a injustiça sistêmica, sobre queimadas, sobre uma noção de “civilização” que desde os tempos do colonialismo, andava de mãos dadas com a violência social, política, epistêmica, especialmente, contra aqueles que não acreditavam nas promessas da modernidade e do capitalismo, e ainda souberam valorizar a “Mãe Terra”, como os Povos Indígenas do mundo. Fiquei curioso em saber o que havia causado essa ruptura entre os humanos e a natureza, que estava causando tanto sofrimento em ambos os lados, e o que poderia ser feito para reverter esse processo. Por meio desse questionamento constante do sistema capitalista e do pensamento ocidental que segurava o mundo com força, comecei a ver um fio vermelho que remontava ao baobá.

O baobá havia se aventurado comigo, da literatura europeia à história afro-brasileira, para depois chegar à minha carteira de estudante escandinava. Também no Brasil se reverencia uma entidade que permite olhar e escolher os caminhos, as encruzilhadas nos colocam questões! Passei a refletir e confrontar algumas questões, a exemplo de: Como percebemos e atribuímos sentidos às histórias e aos fenômenos? Quem tem o direito de fazer essa atribuição de sentidos, senão nós? O que aconteceu com o significado e o valor de árvores como o baobá para a maior parte da humanidade capitalista

moderna? Quais são as consequências dessa mudança de significado? Como podemos aprender com o passado para nos prepararmos melhor para o futuro? Como podemos aprender uns com os outros, e com os conhecimentos dos povos locais para superar as crises atuais?

E encontrei as respostas que procurava em minha jornada de vida. O significado do baobá não é singular, ele varia e muda a depender de quem conta a história. Ao longo dos anos, as árvores pararam de aparecer em nossas histórias e narrativas, um ser humano qualquer não consegue nem distinguir sua variedade local de plantas e árvores. A ciência ocidental progrediu de muitas maneiras, mas o progresso concentra-se principalmente no artificial, e não no natural. As chamadas "ciências naturais", erroneamente assumem que o natural pode ser totalmente compreendido por meios científicos, e tudo o que está além deste modo de investigação não vale o esforço; a ciência fez das árvores o objeto desencantado e dissecável que vemos nos livros de biologia. Isso também se infiltrou em nossa narrativa econômico-cultural - as árvores são tratadas como um produto da natureza que tem seu valor no fornecimento infinito de recursos: madeira, frutas e borracha. Podemos ver diariamente onde essa narrativa nos levou: incêndios florestais, secas, inundações, furacões e extinção de animais em todo o planeta - as ramificações das mudanças climáticas podem ser sentidas em todos os lugares do mundo. Para sair dessa história dolorosamente singular da árvore, é necessário ouvir as outras histórias que estão por aí.

Meu caminho me mostrou que não são os baobás que estão destruindo nosso planeta como em O Pequeno Príncipe, neste mundo somos nós humanos que causamos a destruição. Mas também não somos singulares, somos múltiplos, e alguns de nós

ainda sabem viver de uma forma que permite a sobrevivência e o desenvolvimento de outros seres.

Os povos Indígenas que vivem em harmonia com seu entorno, desde o início dos tempos, alertaram sobre os danos que estavam vendo, e cujos conhecimentos contêm tantas soluções indispensáveis para os problemas que enfrentamos. Os povos do continente africano que estão entre os que mais sofrem com as mudanças climáticas, bem conhecem o valor das árvores que garantem sua sobrevivência, e agora têm que vê-las desaparecer. Pessoas como meu pai, que dedicam suas vidas à educação de outras pessoas sobre o significado mais profundo da natureza para nós, humanos, e como redescobrir nossa conexão com ela.

Espero que esta história o tenha sensibilizado, para você buscar saber mais sobre essa árvore maravilhosa. Também é importante que você tenha em mente que não existe apenas uma verdade neste mundo, mas que tudo e todos os seres têm o seu lugar e devem ser respeitados; e, por último, que algo que talvez não seja tão importante para você pode significar o mundo para os outros e vice-versa. Para mim, o baobá tem esse significado do mundo!

7

O QUE É RACISMO ESTRUTURAL? a encruzilhada como lugar de resistência e afirmação da negritude

Vanda Machado

*Nosso medo mais profundo não é sermos
inadequados. Nosso medo mais profundo é de
sermos poderosos além da medida. É nossa
luz, não nossa escuridão o que mais assusta.*

(Nelson Mandela)

Não são raros os momentos em que mergulho nas profundezas de meus pensamentos e, vivenciando as lutas da minha família, me pergunto: Quem somos nós, os pretos e pretas nesta terra? Qual é a verdadeira participação do povo negro na formação da nação brasileira? O que a sociedade pensa em relação ao afrodescendente, a nossa cultura, nossa história e religião? Pouco sabemos de nós mesmos. E quem vai nos contar a verdadeira história que me libertará de tantas dúvidas? O que o racismo tem a ver com isto?

O racismo, neste caso, não tem a ver somente com a questão das diferenças entre pretos e brancos. Entendo que o que leva ao racismo é o medo que o diferente se torne parecido,

ameaçando chegar a lugares ocupados apenas por pessoas brancas, destruindo uma sociedade onde o poder é branco.

Dizendo de outra forma, o que assusta a sociedade racista são as pessoas negras poderem mostrarem-se com todo seu potencial de ser e se tornarem parecidas socialmente com pessoas brancas.

Nossos ancestrais foram sequestrados do continente africano, sendo os únicos estrangeiros a chegarem ao Brasil contra a sua vontade. Aqui, negras e negros foram mandados para as plantações e para as minas. Transformados em máquinas humanas, serviram de base para a construção da rica sociedade brasileira sem ganhar absolutamente nada.

Para entender a minha própria comunidade, eu me perguntei: O que é mesmo este tal de racismo estrutural que regula a presença dos negros e negras em lugares importantes em qualquer circunstância?

Para que esta condição se perpetue, foram criadas leis que impedem pessoas negras de alcançarem lugares importantes na sociedade. Como compreender uma sociedade que se diz democrática e não racista, mas quem nasce branco e rico ocupa os melhores lugares na sociedade e morre rico. E quem nasce negro e pobre deve ser encaixado em um lugar da subalternidade até sua última geração? O que é mesmo este racismo estrutural e como funciona na formação da sociedade Brasileira?

É possível que o ponto fundamental de tudo seja a consciência da adulteração de uma cultura diferenciada e de um conhecimento exemplar que não se opunha à ciência do colonizador. A ideia se mantém pela vigilância, onde vigiar é preciso, e qualquer mudança pode ser fatal se o branco ficar parecido com o negro. Lugar de branco não pode ser lugar de

negro. Seria este um pensamento correto? Que história é esta de lugar de brancos e lugar de pretos?

Isto não começou agora. Afirma-se que a sociedade é disciplinar porque está ligada a processos históricos bem antigos que legitimam o seu racismo estrutural. Antes mesmo do 13 de maio de 1888, as leis, numa forma de vigilância, proibiam nossos ancestrais de frequentar a escola e possuir terras. Enquanto brancos europeus eram convidados a vir para o Brasil com a finalidade de embranquecer a população. Ganhavam terra e empregos. Mais tarde, por lei, os filhos de fazendeiros ganharam cotas nas universidades. Parece incrível, mas é a mais pura verdade. Logo a incompatibilidade foi estabelecida no sentido de tornar o afrodescendente intencionalmente inferior e até hoje lutamos contra os efeitos dessas leis.

Cada momento histórico, no entanto, revela, no seu interior, referência para manutenção dos lugares de privilégio para brancos enquanto a realidade da sociedade vai mudando. As referências, por sua vez, estão contidas nos processos econômicos, jurídicos, políticos e científicos que regulam tanto a educação como o direito que ganham formas e estratégias capazes de manter e legitimar caminhos estabelecidos para manter encaixado cada um no seu lugar. Dá pra entender este jeito de uma sociedade se conduzir para um projeto de nação?

Em verdade, o processo não tem sido simples, diante da coragem e da luta do povo negro desde sempre, movendo-se pela manutenção dos seus valores ancestrais, dos seus costumes e da sua prática religiosa, isto quando não preferiam fugir, arriscando-se a morte pela liberdade. Histórias de luta e de liberdade. No entanto, a nossa verdadeira história tem sido alinhavada pela narrativa a partir do ponto de vista branco em um contínuo

processo de exclusão. Saber de nossa história significa ter uma boa percepção de nós mesmos e orgulho da nossa ancestralidade.

Desconhecer este mecanismo seria ficar na periferia dos eventos, seria ignorar a política das nações europeias e as políticas econômicas que se articularam organicamente com o corpo da doutrina econômica que se desenvolveu e fez a expansão ultramarina acontecer. Também não pode ser desprezado o papel da religião oficial, da igreja que se tornou o maior aliado do sistema escravagista monopolizador de terras. Neste sentido, o grande feito do sistema foi manter as relações políticas econômicas do capitalismo de tal modo que pudesse garantir a reprodução da sociedade. Daí que, para o Geógrafo Milton Santos “os atores hegemônicos da vida econômica, social e política podem escolher os melhores lugares para sua atuação e, em consequência, a localização dos demais atores é condenado a ser residual.” Isso tem ressonância na reprodução social da vida na fábrica, na escola, na igreja, no quartel e até nos terreiros, reproduzindo, ainda com mais zelo, as funções de negros e funções de branco. É preciso manter o negro à distância, custe o que custar. É preciso barrar o negro.

Paralelamente às experiências negativas, cabem sinais de luta e esperança por políticas públicas e reparadoras. As cotas para negras e negros, a consciência da nossa história, a luta de negras e negros nas academias na invenção de novas epistemologias e as lutas da sociedade civil, são atos impeditivos de uma implosão social além de contribuir para fazer pulsar um novo tempo com lutas pela igualdade racial no Brasil. Está muita difícil, mas se este não for ainda o caminho é pelo menos uma trilha.

Finalizando esta prosa, aproveito para me apresentar. Eu sou Vanda Machado, mulher preta, filha de Oxum e Ogun, Iya

Egbé do Ilê Axé Opo Afonjá na Bahia. A minha fala é menos acadêmica. Eu trago a fala das encruzilhadas. Fala que representa toda a diversidade, onde tudo se organiza e desorganiza. Falo do lugar onde todas as coisas se relacionam e se complementam. Falo do lugar terreiro, onde milhares de etnias se reuniram como família ancestral única. Nas encruzilhadas, estamos nos acotovelando, mas estamos juntos. Hoje o que parece subserviência também pode ser classificado como resistência. Já se foi o tempo em que pessoas negras participavam de cortejos como peça que justificava a situação econômica do seu dono e senhor. Hoje a nossa presença em qualquer lugar público ou privado significa viver a nossa alteridade. E mesmo vigiados, o nosso lugar por escolha é a encruzilhada onde todos os caminhos se cruzam deixando estradas e passagens livres como linhas de fuga para a igualdade sócio-racial.

8

BAOBÁ MULHER

Rita de Cássia Dias

Baobá Mulher gerou mundos, pariu existências, alimentou potências.

No começo, tudo era semente, casca dura, amarronzada, de uma fruta vinda de outro canto, de outras paragens das quais muito se fala, muito se conta, pouco se sabe, quase nada se viu.

Houve uma mão jardineira, fez inúmeros grãos rotundos virarem mudas para a semeadura. Não se sabia até então, onde multiplicariam, nem de que forma se difundiriam aquelas memórias, aquelas histórias e seus desvãos. Tudo era um grande jardim itinerante de vasos, árvores em seu porvir.

O Tempo é senhor e segue seu traçado.

Há aqui, agora, uma mulher sentada serena, olhar plácido e firme, mãos pousadas suavemente sobre o colo. Ela é o que fez de si, e é um império inteiro, com seu turbante vermelho. E ela me olha fixamente. Ela me lembra dos caminhos percorridos, das desistências, das escolhas e das fugas. Lembra também das pessoas que deixaram suas pegadas, e também daquelas que foram conduzidas ainda nos braços, salvando seus presentes, e que assim fizeram com que chegássemos tão longe, nesse que é nosso futuro, num tempo-espaço que se conjuga no infinito. Lembrou-me do trecho que li no livro o “Rei de Ketu”:

Eu canto a mulher do mercado, sentada em seu banco de madeira, dispondo inhames sobre tábua, um cesto de batatas no chão, folhas verdes num canto, o cheiro de sol, canto-a no momento em que recolhe a esteira pintada, tivera uma de pavão colorido, soube que dava azar, a esteira de hoje mostra uma leoa, nada de bicho macho, só fêmea, canto-a nessa manhã chegando, a vendedora de adirês pendurava seus panos em azul-índigo na entrada do beco, a mulher das cabaças passava dura, o filho amarrada nas costas, crianças corriam gritando [...] Como vai essa Abioná? Chamava-se Abionam porque nascera na estrada, nascera fora de casa, muitas vezes a mãe lhe contara, fora na estrada entre Keto e Opô Metá, a mãe fora aconselhada pelo babalaô de Ifá a não sair muito naquela semana porque se via que a criança estava para nascer, mas saíra, sentira as dores no meio da estrada, sentara-se no chão, outras mulheres acorreram e levaram-na para perto de uma árvore, era um baobá antigo, sem muitas folhas [...] enquanto olhava as nuvens sentiu que as dores aumentavam, as mulheres puxavam a criança, um cheiro ácido parecia vir das coisas [...] uma das mulheres gritou “é menina” um babalaô que morava perto foi ver a criança, disse que nascera para mandar, todos sabiam que a mãe e o pai pertenciam às famílias reais de Keto, dessas famílias saíam os reis, desde menina soubera que ia ser mãe de um Alaketo, um rei, a mãe lhe contara tantas vezes o nascimento, guardara de cor as palavras com que ela descrevera cada instante daquele começo de vida, um dia quisera saber o lugar exato, a mãe levava-a pela estrada de Keto a Opô Metá, isto foi antes de ela ser mulher de mercado e tornar-se vendedora, no lugar certo parou e teve a ideia de se imaginar nascendo, de recuperar o que a menina devia ter sentido ao nascer, os braços para cima, o corpo sujo de sangue, o umbigo, o choro, as outras mulheres tirando o sangue e enxugando-a [...] depois disto

sempre que passava por perto fazia uma parada no ponto exato em que nascera... acostumara-se a ver aquele trecho do caminho como seu lugar sagrado. (OLINTO, 2007, p-12-14)².

Quero falar desse Sagrado Feminino que reúne em tantas formas de expressão, a multiplicidade do que é ser continente e conteúdo.

Falar desse feminino mundo é falar da importância da ancianidade, da ancestralidade, de uma espécie de sabedoria e sagacidade que envolve corpo, mente e espiritualidade, transcendente e material. Mas também envolve, política, estética e racionalidades. Essa capacidade genuína de negociar, de engendrar caminhos e feitura, de dizer sim quando é sim, não quando for não, fazimentos e fazeres dos haveres das “Senhoras Sagradas”, todas elas, em suas nuances, feições e feitos.

Há no Sagrado Feminino, o segredo, o mistério, o encantamento, daquilo que secretamente nutre o que mantém vivo... a seiva, o líquido amniótico, o leite, a canção-oração de ninar que acalma no colo o sentimento revoltado da criança e do adulto que se deixa acalantar.

Há no Sagrado Feminino a dobra, a face no espelho, o vulto e o outro ser, seu duplo, sua proximidade.

A história da humanidade se repete, em ciclos, eras, fases, cada uma delas, trazendo as memórias/histórias que se atualizam e se transmitem nas tradições, nos modos de existir, na continuidade do pensamento, na reprodutibilidade dos

² OLINTO, Antonio. O Rei de Keto. Ilustrações Carybé. A Alma da África. Trilogia. Volume 2. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007.

acontecimentos, nesse “continuum filosófico” que é o existir futuro-passado-presente – o agora.

Nas casas, roças e nos terreiros que acolhem sucessivas gerações, que mantem famílias extensas, que formam vínculos telúricos e espirituais, mulheres árvores, frondosas, em um jeito casa-morada-celeiro, meio o que se diz de baobás.

Garantem elas, sob a firmeza do solo sustentado por suas profundas raízes, aquele território que é, a um só tempo, terreno concreto de existir, onde há zelo, amparo, alimento e nutrição; e também, aquele espaço-tempo existencial, no qual pode-se cultivar e celebrar linhagem, pertencimento e o que há de vir.

Há pouco mais a dizer além disso, sobre o que seja viver e reexistir.

Manter determinados valores, sustentar certas crenças, laborar em benefício da multiplicidade das existências. Ancestralizar, territorializar, presentificar, naturalizar essas existências, é forma de se entender e de se manterem as sobrevivências, um fazer muito específico do princípio feminino.

Entender nossas composições faz com que nos articulemos nas redes, nas teias, nas urdiduras, nos conselhos da/na diáspora, que nos mantém vivas, como pessoas que se complementam nas suas diferenças, nos pensamentos que transitam e criam as realidades.

É assim que bailam juntas as energias do Sagrado Feminino e do Sagrado Masculino imprescindíveis entre si, na aventura da existência.

Baobá Mulher nasce e cresce diferente. Nasce em poça d’água, se transforma em água abundante, é Paraguaçu na

vazante, mirada do monte “Óri DuDu”³. Não morre, dispersa-se na existência que se transmuta na água que a outras águas se junta, que no vento e no fogo se transforma em outras formas de existir.

Esse segredo mimético, que paira sobre nossas cabeças, é mistério e poder.

Baobá Mulher gera mundos, pari existências e não faz isso só na sua barriga. Usa um ventre bem maior - cabaça do mundo - , situado nos galhos que se trançam do coração para a cabeça, da cabeça para o coração, comunicação mística entre Okã e Óri, e lá se abrem, em absoluta majestade. Vê-se ao longe. É sim baobá vistosa, imponente e sã.

A mulher que me olha atenta, agora sorri ao me ver. Nos reconhecemos, enfim, brotamos iguais.

³ Rio Paraguaçu, nome indígena do rio que nasce na Chapada Diamantina, e chega ao delta no Recôncavo da Bahia, num lugar chamado “Óri Dudu”, *cabeça de Negro*, local de reverência dos povos de religião de Matrizes Africanas, nas águas limítrofes dos municípios de Saubara, Maragojipe e Cachoeira-São Félix, na Baía de Todos os Santos.

PARTE II



ESCREVIVÊNCIAS AFRICANAS, DAS ORIGENS E FONTES

EMBONDEIRO:
usos e mitos dos Nhungwe e Emakwa em
Moçambique e dos povos de matriz africana no
Brasil

Arlindo Nkadibuala

Elielba Nascimento Reis

As sociedades africanas caminham enraizadas nas suas ancestralidades, o que também ocorre em Moçambique. Antes da ciência, da medicina, até antes de Jesus Cristo e Maomé, referências onipotentes que se cultuam nos dias atuais, os africanos já tinham formas de explicar e tentar viver em harmonia com a natureza e seus diferenciados deuses. Em cada região ou reino as regras, os procedimentos, as normas sociais eram próprios e inconfundíveis, mas também com bases comuns.

Semelhante ao cristianismo, islamismo, às outras religiões ocidentais e do oriente, os espíritos dos deuses (wadzimu), dos povos naturais de Moçambique são invocados em locais definidos por cada família, clã ou tribo. Os wadzimu ocupam na hierarquia das famílias e comunidades o lugar do topo, pois são os guias dos destinos. Esse termo wadzimu designa o espírito benigno dos ancestrais, pois em oposição tem-se a phfukwa, o mesmo que dizer espírito mau, aquele que reivindica a reposição dos danos

causados a si ou a seus familiares por outrem. Dependendo das características naturais de cada área, são tomados como locais de culto aos ancestrais, as grutas, as pedras, as lagoas e/ou as árvores – a exemplo do Embondeiro, como é chamado o Baobá em Moçambique.

O Embondeiro - Árvore para sepulturas e santuários

Os ancestrais dos grupos étnicos localizados em regiões onde abundam o Embondeiro recorriam às partes ocas desta árvore para depositar os restos mortais dos seus familiares, sobretudo, os anciãos, que ocupam um lugar intermediário dos deuses, juntando-se aos antecessores.

O Embondeiro aparece como uma das tantas árvores que, em algumas comunidades das regiões de Tete e de Nampula, servem de local de culto. Junto do Embondeiro, o povo dessas regiões busca explicações de diversos fenômenos e fatos da vida social, nomeadamente: a fertilidade dos solos, a fertilidade feminina e masculina, a queda das chuvas, enfim. Acredita-se que através dos cultos, nestas árvores gigantes, é possível encontrar soluções e respostas de diversos problemas que apoquentam as suas vidas. Em baixo da árvore “mágica” os cultos são regulares e ordinários como livramento de ameaças eminentes ou, ainda, em gesto de agradecimento devido à ocorrência com sucesso de um evento para a família ou para a comunidade inteira. Os cultos em baixo do Embondeiro servem também para expressar agradecimento pelo sucesso alcançado na caça, na colheita, no serviço, enfim na atividade cotidiana da população.

Uso do Embondeiro para o africano

Existem vários estudos que apontam as propriedades medicinais dessa árvore, por isso, o consumo de seus derivados encanta muito as pessoas na esperança de serem curadas de várias doenças. Estudos mostram que o uso de antibacterianos naturais, que incluem compostos de origem vegetal capazes de inibir a multiplicação de microrganismos, incluindo bactérias, fungos e vírus, é cada vez mais uma nova e promissora forma de garantir alimentos seguros, mantendo inalterados seus aspectos nutricionais e organolépticos. Esses compostos vegetais podem conter substâncias com propriedades benéficas, como flavonoides, taninos e outras substâncias com ação antibacteriana (VALENTE, 2017).

Uma das imagens emblemáticas da província de Tete, são essas árvores portentosas, os Embondeiros. Para algumas tribos, como os Nyungues em Tete, o Embondeiro é autenticamente um símbolo da sua terra. Tradicionalmente, os Embondeiros são um marco social indissociável da comunidade e do seu dinamismo habitual. Além disso, os Embondeiros são tomados como representações que revitalizam seu papel, como um ícone que anima as novas gerações de africanos no resgate e na afirmação de sua identidade cultural.

Uso do Embondeiro para o brasileiro

Os brasileiros herdaram muito da cultura africana e são gratos por isso, também foram construídos muitos estigmas em relação aos africanos que perduram até os dias de hoje.

A experiência de intercâmbio Sanduíche realizada por mim (brasileira, Elielba Reis) no âmbito do Arquivo Brasil Moçambique, decorrente do Programa Abdias do Nascimento,

promovido pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, ajudou-me a perceber o significado do Embondeiro, não apenas como uma simples árvore e sim como um marco histórico, cultural, de valor entre gerações.

Ao entrevistar algumas pessoas dos povos Emakwa me foi revelado a utilidade do Embondeiro. Nas regiões de Teta, Beira, Nampula, onde eles são mais concentrados, muitos indivíduos utilizam o Embondeiro para todo tipo de curanderismo.

No Brasil não é diferente, podemos citar as religiões de matrizes africanas que trazem em sua cultura os cultos aos orixás, sendo algumas árvores, como o Embondeiro uma referência do sagrado, seja em agradecimento às colheitas ou algum tipo de conquista. Percebe-se que existe uma ‘misticidade’ histórica através dos Baobás, que também são utilizados pelos brasileiros para todo tipo de cura, seja ela espiritual ou não.

Ao finalizarmos essa escrita pretendemos deixar compreendido que os Embondeiros não constituem somente elementos naturais dispostos aleatoriamente na paisagem, eles também sintetizam a ação do homem no tempo/espaço, passado e presente. Às vezes, os Embondeiros e outras árvores gigantescas que vemos são os únicos vestígios de cidades e culturas locais desaparecidas.

Para as comunidades africanas o Embondeiro é um elo entre os vivos e os ancestrais. Várias cerimônias são realizadas recorrendo-se aos Embondeiros, para manifestar alegria, tristeza ou então alguma necessidade.

Para os brasileiros observa-se o mesmo sentido, principalmente, nas religiões de matrizes africanas onde o Embondeiro é considerado uma árvore sagrada, tanto na Bahia, como em diversos outros estados, a exemplo de Pernambuco, Alagoas, Rio

Grande do Norte e Ceará. E em alguns desses lugares já existem registros de tombamentos do Embodeiro como árvore sagrada.

Referência

VALENTE, M.D. Avaliação da atividade antibacteriana de *Adansonia digitata* L. e *Euclea natalensis* A. DC: **Sua potencial aplicação num produto cárneo**. Lisboa: Universidade de Lisboa. Em 2017.

10

EMBONDEIROS EM MOÇAMBIQUE: histórias, mitos e lendas

Arcénio Francisco Cuco

Falar do Embondeiro é falar das nossas histórias, Histórias essas que fazem parte de nossas vidas. Conhecido pelo seu grande porte, o Embondeiro é uma das árvores que perfaz a história da nossa amada África e de Moçambique, em particular. Desde o misticismo até ao convencional, uma parte da nossa história pode ser contada através desta árvore. As lendas, os mitos e verdades que a envolvem, tornam-na especial na vida dos povos desta terra chamada Moçambique. Que os Brazucas a chamem de Baobá, que os biólogos a chamem de adansonia, nós continuaremos a chamá-la Embondeiro, o nosso Embondeiro.

O Embondeiro tem uma série de significados na nossa sociedade. Ou seja, é atribuído a ele várias interpretações, dependendo da importância que cada comunidade moçambicana dá a esta árvore. Para além do seu poder medicinal também tem um poder transcendental.

Na nossa região, mais ao norte de Moçambique, o Embondeiro é visto como uma árvore mística e mitológica. A sua existência é venerada, pois se considera uma árvore sagrada, local de morada de espíritos dos nossos ancestrais, cujas origens são

adoradas. Também se olha para o Embondeiro como um local de encontro dos seres vivos e os antepassados. Reiterando o Embondeiro é visto como uma árvore que pode estabelecer uma relação entre os seres vivos e os antepassados. Por exemplo, há uma lenda envolta de uma escola primária local, segundo a qual todos os anos devem acontecer tragédias, dentre elas quedas de árvores, quedas de paredes de salas de aulas, provocando vítimas desde ferimentos ligeiros e outras vezes ocasionando mortes. Conta a lenda que essas manifestações são protagonizadas pelos espíritos descontentes que foram desterrados de suas moradas uma vez que o espaço onde foi construída a escola era um cemitério e tinha lá vários Embondeiros.

Outro conto é sobre uma escola secundária local em que os alunos começaram a desmaiar. Alguns ficavam imóveis durante um certo tempo, outros ficavam violentos e espancavam os colegas, sem causa específica. As autoridades locais e a direção da escola preocupados foram ouvir um ancião da região (pwiamwuene), que mediante consulta aos espíritos, foi-lhe dito que a causa das quedas era a profanação do lugar sagrado pelos estudantes que se deslocavam aos Embondeiros ali existentes para namorar. Então, os espíritos estavam enfurecidos, razão pela qual iniciaram a maldição. Contudo, fez-se uma cerimónia na qual foram dadas oferendas e feito pedido de desculpas aos espíritos, e assim a situação foi resolvida. Dali para frente, tal cenário nunca mais se registou naquela escola.

O Embondeiro também descreve grandes figuras dentro da nossa sociedade. Ou seja, se pode estabelecer uma correlação entre o Embondeiro e determinadas figuras com certo impacto sociopolítico e cultural na sociedade. Quando falamos na nossa sociedade que uma figura é um Embondeiro numa determinada área, estamos a dizer que ela é uma figura bastante influente. Por

exemplo, quando dizemos que temos Embondeiro no campo político, nas artes, na filosofia, na literatura, na academia, significa que estamos a fazer uma descrição de grandeza (status social dentro da sociedade/ prestígio social) dessa figura.

Mas também, o Embondeiro é visto como sendo uma árvore que tem uma relação com o poder. Como é raríssimo assistir-se a queda dessa árvore, em determinadas comunidades, quando isso acontece diz-se que uma determinada autoridade tradicional também irá morrer.

Para além do místico e mítico, o Embondeiro é visto como uma árvore medicinal. A própria raiz, folhas, caule, são usadas na produção de vários medicamentos que servem para curar várias doenças. Em determinadas comunidades, o Embondeiro é usado como cura. Por exemplo, quando crianças são nascidas com problema de desenvolvimento do corpo, principalmente, nos primeiros dias de vida, elas são dadas banho com as raízes do Embondeiro durante sete dias para que elas possam se desenvolver. Entretanto há um elemento fundamental que se deve ter cuidado, que é não se colocar a água na cabeça para que a criança não desenvolva a hidrocefalia e, conseqüentemente, levar a morte.

Mas também, existem outras lendas sobre o Embondeiro que a gente cresceu ouvindo. Dizia-se, por exemplo, em Nampula que os Embondeiros eram “muito pequenininhos”, enquanto na província de Tete os Embondeiros eram muito grandes, do tamanho de uma sala. Então diz a lenda que é muito difícil dar a volta no Embondeiro.

A própria árvore abriga no seu exterior e interior seres vivos. No interior abrigam-se abelhas, diz-se que o mel que daí é produzido é o melhor mel. Mas também, dentro do Embondeiro,

algumas vezes, são encontradas cobras muito venenosas cuja picada é letal.

O Embondeiro não só é repleto de misticismos e de mitologias, ou seja, não está apenas associado às questões místicas ou de superstição, pois tem também outras coisas boas e visíveis. O Embondeiro oferece as frutas que são usadas na produção de vários produtos alimentares benéficos à saúde. A sua fruta chama-se Malambe. Dela se produz iogurtes, e vários doces caseiros que delicias os paladares de quem queira viajar no sabor dos sabores que só se encontram nas nossas panelas e colheres de paus, que misturam a Malambe para fazer dele o melhor doce dos doces.

Outras lendas associadas ao Embondeiro, apontam que não se pode cortar um Embondeiro sem antes se realizar um ritual.

Quando se pretende cortar o Embondeiro deve-se invocar espíritos e colocar makeya (farinha oferecida aos espíritos). Narra a história que no distrito de Mecuburi, ao norte da província de Nampula, um empreiteiro cristão recusou-se a cumprir o ritual. Fez se o corte do Embondeiro, porém no dia seguinte a planta regenerou-se e voltou a normalidade.

Há quem acredita que sempre que alguém chega perto de um Embondeiro entra em contato com espíritos. Colocar um prego num Embondeiro pode representar uma alma acorrentada. Quando o prego é retirado a pessoa é liberta. Outros dizem que a árvore serve de morada de espíritos denominados Nakuro (espíritos de mortos que podem ser vistos de noite).

Existe um mito segundo o qual, um homem, que foi à caça, achou um animal o qual ele perseguiu juntamente com o seu cão de caça. Porém, o animal correu em direção a um Embondeiro e se escondeu ali. O Embondeiro era muito grande, mas o animal

conseguiu subir. O homem também subiu no Embondeiro. Mas antes de pegar a presa, tomado pelo desespero, ansiou por socorro. O seu cão se levantou em seu auxílio e pegou a presa. O cão advertiu o caçador a guardar segredo. Porém ao chegar, em casa domado pelo entusiasmo, o caçador acabou contando para sua esposa o que lhe havia sucedido e naquele instante morreu.

Outro homem, saiu procurando um Embondeiro para lhe cortar os ramos. Entretanto, o Embondeiro replicou que para autorizar deveria entoar-lhe uma canção. Assim o fez e a sua missão foi bem-sucedida.

Existe um conto de um bairro onde tem um grande Embondeiro, porém, ao pôr-do-sol, ninguém pode passar perto do mesmo. Nessas horas, os espíritos se manifestam mais, podendo fazer mal a quem passar por perto. Outro conto de uma casa que foi construída muito perto de um Embondeiro. Quando chegou a vez de ser habitada, as pessoas que lá moravam sempre passavam mal. Apresentavam problemas de várias naturezas. Consultados os videntes ou médiuns apontavam a proximidade da casa ao Embondeiro, alegando que os espíritos que residiam no mesmo eram responsáveis por aquela situação. Até então, a casa não é habitada porque quando se mora nela, as pessoas manifestam diversos problemas, mas quando saem ficam bem.

Estas são nossas histórias, nossos mitos e lendas dos Embondeiros, o Baobá brasileiro.

NARRATIVA DE UM ENCONTRO COM A AFRODESCENDÊNCIA NO “CHÃO” DE NAMPULA

Roberto da Costa Joaquim Chaua

O que quererá um professor brasileiro em Nampula? Para tensionar essa questão, talvez eu esteja a tratar o que possa ecoar como comum em muitos quadrantes, contar aqui e neste pequeno texto, a mesma história. Me pergunto se não será essa sua conclusão, caro/a leitor/a, ao final do texto. Mas, como temos aprendido, narrar histórias foi sempre uma arte de contá-las de novo, reaprendendo com as múltiplas possibilidades que se dão quando nos propusemos a encontrar outras vidas e outras histórias de nossas vidas outras. Talvez, numa busca de síntese, eu possa dizer que esta história é a história de um encontro. Aqui tomo o encontro na acepção de Passos (2004) como aquelas experiências de interação entre sujeitos em que com elas e através da emergência de saberes, de relações e de narrativas se suscita encaminhamentos para a produção de conhecimentos. Com esses encontros, ainda segundo a autora, um sujeito “é afetado pelo outro”, e este “afetar-se” gera conhecimento. Esses encontros

assim têm significado experiência no sentido daquilo que “nos afeta”, que “nos modifica” (p. 234)⁴.

A história é do meu encontro e de algumas experiências vivenciadas em Nampula – Moçambique – com o Professor Cláudio Orlando Costa, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em estudo de pós-doutoramento na Universidade de Rovuma. A experiência deste encontro permite-me repensar algumas questões que podem estar presentes quando um “afrodescendente” encontra a África.

Em Setembro de 2019 recebemos na cidade de Nampula, localizada no norte do país, o referido Professor. Sua visita, como era de esperar, foi antecedida de longas jornadas de conversas e organização da viagem. Numa dessas conversas Mailsa Passos, minha orientadora, pediu-me para que “ajudasse” da recepção do Professor. Entretanto, como deve ser do nosso conhecimento, tem sido comum nestes últimos tempos visitas de brasileiros/as a países africanos, e de africanos/as ao Brasil, principalmente dos países que compartilham com o Brasil o fato de terem sido colonizados por Portugal e adotarem a língua portuguesa como sua língua oficial, especificamente, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo-verde. Historicamente, somos insistidos em olhar para certos motivos destas visitas: os/as africanos/as vão ao Brasil ou como refugiados ou, como acontece ultimamente, para estudos universitários. Os/as brasileiros/as, por sua vez, adentram no “chão” da África para missões caritativas – como, ademais, é comum vermos nas narrativas da mídia brasileira, ou quando seu instinto turístico se requisita para conhecer as praias “paradisíacas” que caracterizam estes países.

⁴PASSOS, Mailsa Carla Pinto. *Encontros cotidianos e a pesquisa em educação: relações sociais, experiência dialógica e processos de identificação*. Educar em revista. Curitiba, Brasil. p. 227-242. 2014.

Diante deste contexto era justificável que me questionasse quanto ao pedido formulado por Mailsa: o que quererá o professor Cláudio em Nampula? Será uma visita imbuída na ideia hegemónica sobre África? Quando já em contacto com o Professor e em nossas conversas iniciais este dizia que em sua visita buscava compreender “os laços” de sua ancestralidade, desembocava em mim um “apaziguamento de alma” e outro questionamento: de que ancestralidade ele se refere? O que surgirá de seu encontro com Nampula?

Meu lugar de moçambicano que conhece o Brasil e que desde 2013 tem atravessado o Oceano Atlântico para estudar no Rio de Janeiro permitia-me aflorar possibilidades de tensionar a tais questões. Uma dessas possibilidades centrava-se no que também está dado como presente nestes encontros e se consubstancia no que nas ruas e nas universidades se percebe de África a partir dos cotidianos brasileiros: não estará o professor em busca de “uma África” que já não existe? Conto três pequenos episódios para pensar de forma breve como esses encontros se deram e o que deles nos permitimos vislumbrar fora das narrativas que nos são comuns sobre África.

No dia 15 de Setembro, o Professor Cláudio chega a Nampula. Dentre várias experiências propiciadas por visitas feitas e organizadas por outros colegas e estudantes da Universidade Rovuma, as experiências que urge aqui contar se dão quando com ele decidimos conhecer e experimentar alguns lugares da cidade de Nampula: o Museu Nacional de Etnografia, a Feira Dominical de Nampula e a visita ao imbondeiro⁵ dos quatro caminhos, uma encruzilhada do Bairro Muhala⁶ Expansão.

⁵Baobá.

⁶Pedra em Emakhuwa, língua nacional predominante em Nampula e todo norte de Moçambique.

Depois da visita ao museu, nos propusemos ao almoço num dos alpendres que fica no recinto do museu, onde também estão congregados vários artistas e escultores de Nampula, que fazem e vendem suas artes naquele espaço. Os pratos locais são aqui confeccionados de forma caseira e vendidos ao estilo de “todos comem juntos”. Eu pedi comida para duas pessoas e ao ser servida, o Professor Cláudio, de forma gentil, retorquiu: “peço para pedir a troca desse peixe, não posso comer peixe com pele por conta do meu ritual”. Essa experiência permitiu-me vislumbrar o que é também presente em algumas culturas e rituais moçambicanos, dentre muitas coisas indica os laços aqui presentes.

A outra experiência se deu na feira dominical, um lugar em que, aos domingos, vendedores e compradores se encontram.

Cheio de gente, o Professor se encantava com as raízes, os remédios tradicionais, as artes, as capulanas e tudo mais. Porém, o que me chamou atenção é sua insistência em procurar uma capulana que tivesse estampa de imbondeiros. Demos as voltas necessárias, consultamos preços, conversamos e conseguimos, felizmente, uma única peça de capulana no estilo requerido pelo Professor. A partir daqui, sugeri uma visita aos “quatro caminhos” e lá se dá outra experiência.

Existe nos “quatro caminhos” um enorme imbondeiro, quando estacionamos o carro à beira de umas das estradas da encruzilhada e pusemo-nos a fotografar, eis que aparece um jovem que nos questiona: “vocês só sabem tirar fotos, não sabem pedir?”. O jovem era filho do dono do imbondeiro, desculpamos e começamos a conversar. Ele então disse: “vem muita gente aqui, uns vêm tirar folhas para comer, outros raspam esse caule

para fazer remédio e lá nos locais distantes fazem Makheia⁷ para as cerimônias”. Dentre perguntas e respostas o Professor Cláudio parecia dizer para mim e para aquele jovem exatamente o que se propunha a fazer em Nampula: ouvir/ver/sentir aquelas histórias.

Enfim, em poucos dias, o Professor escreveu uma mensagem para mim: “Já me sinto bem envolvido. Estou tocado mais pelos sentimentos e afetos com o lugar e as pessoas”. É essa experiência do “afectar-se” que passou a significar para mim o quão precioso e necessário é nos encontramos com África em África. Propormo-nos a pensar com cheiros, sabores, aromas, folhas, raízes e narrativas da África e não apenas com as memórias do dilaceramento que desde tempos afeta a produção simbólica destes encontros. Portanto, se os encontros transatlânticos começaram e se justificaram por mazelas e espoliações coloniais, os encontros com este Professor, como um retorno, se traduziram como proposta para afiar o “gume” da luta. Pensar assim permite o “afectar-se” e o “modificar-se” de que nos fala Passos. Permite-nos um imaginar outro, um imaginar que nos potencializa tanto em África como em sua imensa diáspora. Como com o imbondeiro nos permitimos alimentar-se (com seu fruto – malambe, olapha – e com suas folhas) e curar-se com ancestralidade do berço da humanidade.

⁷Uma cerimônia de oferendas e veneração aos antepassados.

PARTE III



ESCREVIVÊNCIAS INDIGENISTAS

12

PITANGUÁ: a descolonização do pássaro guardião

Sara Vitória de Sousa Fontinele

Pitangúá ou Pitawá é um pássaro que está presente em todos os lugares do território brasileiro e é fácil reconhecê-lo no ambiente. Ele faz parte de mais de trinta e quatro por cento das espécies migrantes intercontinentais. Contudo, deve-se mencionar que esse pássaro não é encontrado em outros continentes, apenas na Pachamama, a América Latina. O Pitangúá é um pássaro de fácil adaptação, tem uma alimentação variada, composta por frutos, ovos, girinos, minhocas, pequenos répteis, flores e principalmente insetos. Tem um instinto guerreiro, defende sua família e o local onde habita. Além disso, é também bastante independente, mas pode ser encontrado em grupo. (BRITANICA ESCOLA, 2020).

A importância desse parente (Pitangúá) para a natureza é imensa, pois entre outras coisas, ele é responsável pela propagação de sementes, pelo desenvolvimento vegetativo e pelo equilíbrio da vida, por meio da alimentação de insetos e outros animais. A origem do seu nome vem do tronco linguístico Tupi, que significa “comedor de pitangas”. Ele também é conhecido como Guardiã

da Floresta em muitas tradições indígenas, porque apesar de seu físico (22cm de altura e 60gramas de peso), o pitangú enfrenta urubus, gaviões e até pessoas que queiram o ameaçar. (BRITÂNICA ESCOLA, 2020).

A pesquisa sobre o Pitangú iniciou por meio de um encontro com a Tsatêh Aline Rochedo Pachamama, (mulher indígena do povo Puri da Serra da Mantiqueira, historiadora e escritora), que em um momento único, e da maneira como ela gosta de se referir, nos "assobiou" palavras de curiosidade por uma busca da nossa origem. Nesse momento, ouvindo suas palavras de sabedoria, Aline nos levou a refletir e buscar no nosso íntimo qual dos seres da floresta acompanharia nossa trajetória de vida. E nessa reflexão profunda do meu ser, veio-me a imagem do Pitangú, com seu canto único. E buscando conhecer a sua história, pude-me reconhecer como parte dessa terra indígena.

Na busca do saber sobre o Pitangú, percebe-se o quão destruidor foi o processo de colonização, o qual acarretou no apagamento da nossa identidade, ignorando todas as culturas já estabelecidas pelos povos originários. Processo esse que tirou do Pitangú sua representação na natureza. A começar, por como ele é conhecido em todo território brasileiro, não como o Guardião das Matas e muito menos como comedor de pitangas.

O europeu, quando invadiu as terras indígenas, como se fosse o próprio Deus, colocou nome em tudo que via pela frente, e ao Pitangú, assim como para outros seres originários, restou ser "renomeado" na perspectiva europeia. Assim, o Pitangú começou a ser conhecido a partir do som natural que seu canto produz, ou seja, uma onomatopeia. Por tanto, para o colonizador, para a branquitude ele passou a ser conhecido como "Bem-te-vi".



<https://www.portalsaofrancisco.com.br/animais/bem-te-vi>

Como se já não fosse suficiente todo esse apagamento cultural, ainda o demonizaram a partir de lendas preconceituosas, as quais dizem que o “Bem-te-vi” foi um pássaro criado pelo o diabo e odiado por Deus, pois tinha denunciando a fuga de Maria e do menino Jesus para os romanos, ou seja, um pássaro “anunciador” que poderia trazer boas ou más notícias. Ora, tais lendas não condizem com a realidade

sobre esse pássaro, pois nunca no processo histórico foi possível afirmar que, em qualquer distanciamento temporal e geográfico, se tem dados da sua presença noutro continente. Suas especificidades naturais mostram um pássaro agressivo, territorialista, extremante adaptável, e indispensável para a preservação das nossas matas, e não um pássaro fofoqueiro e entregador de recados. Isso mostra a falta de conexão com o meio ambiente que o homem branco tinha, e o máximo que conseguiu fazer foi nomeá-lo com o som emitido.

Essa escrevivência ensina sobre a necessidade de descolonização e reparação histórica, pois assim como o Pitangüá, resumido apenas a seu canto, muito da nossa fauna e flora também passaram pelo processo de apagamento de suas identidades, sendo resumidas pelo olhar limitado e preconceituoso do invasor. Existem outros exemplos, como o Ogaraiti (Casa-ninho) conhecido como João-de-Barro, Guainumbi (Passa-depressa) conhecido como Beija-flor, Ipecó

(Fura-árvore) conhecido como Pica-Pau e o Guiranhengatu ou Uiranhengatu (Pássaro que canta bonito) conhecido como Canarinho. Esses são apenas alguns exemplos de animais que foram simplificados pelo seu canto, pela sua cor ou principalmente pelo seu nicho. (BENEDITO, 2017).

Referências

BENEDITO, Mouzar. **O som dos pássaros brasileiros e a sabedoria indígena.** Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/06/07/os-passaros-brasileiros-e-as-raizes-indigenas>>.

Bem-te-vi. In **Britannica Escola.** Web, 2020. Disponível em: <<https://escola.britannica.com.br/artigo/bem-te-vi/626097>>.

Bem-Te-Vi. Disponível em:<<https://www.portalsaofrancisco.com.br/animais/bem-te-vi>>.

13

QUANDO A TERRA VIROU ÁGUA NO RECÔNCAVO

Felipe Milanez

Houve um 13 de maio em que a terra virou água no Recôncavo, o massapê encharcou e tudo tremeu. Foi no Bembé do Mercado, na beira do rio Subaé, que esse fenômeno começou. Dali seguiu se repetindo ao longo de uma semana, se espalhando pelos morros que margeiam o fundo da baía de Todos os Santos, até chegar ao rio Paraguassu. Assim passou por Itapema, naquele ponto de onde se enxerga toda a maravilhosa baía que nos ilumina.

Foi no 13 de maio de 2018 esse encontro que se estendeu por toda a semana e o Recôncavo se encheu de luz para fazer o que este lugar sempre fez e deixou fazer, há milhares de anos: um lugar de encontro, um espaço de cruzamentos, de diálogos, de conversas, de licenças e agradecimentos, de abraços e bênçãos.

O encontro “Racismo e Antirracismo no Brasil: o Caso dos Povos Indígenas”, aconteceu como um projeto de pesquisa coordenador por mim, Felipe Milanez, então na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, junto da parceira Lúcia Sá, da Universidade de Manchester, no Reino Unido, e o grande txai, amigo e mestre, Ailton Krenak, brilhante intelectual que lidera o Núcleo de Cultura Indígena. Pensamos em convidar

diversos artistas, intelectuais e lideranças indígenas para discutir o tema do racismo, como o racismo afeta suas vidas, como percebem o racismo, e quais estratégias imaginam de construção de uma ampla luta antirracista. E conseguimos apoio do Conselho de Pesquisas para Artes e Humanidades.

O encontro começou no Bembé, com a presença de Jurandir Siridiwe Xavante, vindo do Mato Grosso, Denilson Baniwa, Daiara Tukano, Make Turu Matis e Paulo Kenampa Marubo, povos do Amazonas. Kenampa sempre escutou, desde pequeno, Olodum, desde que um viajante que foi até a sua aldeia no vale do Javari levou uma fitak⁷ que ele guarda até hoje. Tinha na memória os ritmos afro-brasileiros e se emocionou quando chegou na Bahia, passou pelo Pelourinho e viu o Olodum, passou por Pirajá e foi na sede do Cortejo Afro, onde ele viu os instrumentos, e a artista Daiara e o artista Denilson conheceram as pinturas e o trabalho de Alberto Pitta, e na noite do Bembé todos estavam emocionados. Foram até a madrugada dos tambores, antes de no domingo cedo irem até a praia de Itapema participarem da emocionante Roda de Saberes e Formação (RSF) de mais uma versão do Cultura e Negritude, (primeira atividade de extensão criada pelo Prof. Cláudio Orlando Costa e pela Profa. Rita Dias no Cecult-UFRB). A distância geográfica de seus povos escondia a proximidade criada facilmente pelo diálogo espiritual e intercultural. Foi ali nesse encontro que viram que “são como a gente”. Até que, na oferenda a Yemanjá quando chegou o presente, e todos na praia, a emoção tomou conta, e Yemanjá veio e abraçou a todas e todos.

Nos dias seguintes Cachoeira fervilhou. Foram encontros de ideias, de falas e nos olhares. A aspereza do racismo desnudado nas palavras aos poucos ia abrindo espaços para os encontros antirracistas, dos braços e abraços e apertos e

cruzamentos de imaginários de um mundo de encontros das diferenças. Da visita mágica ao terreiro Guarany de Oxóssi, ao debate em defesa das espiritualidades na roda do IPHAN, e ao encontro na mesa de abertura que reuniu Kabengele Munanga com Ailton Krenak, Alvaro Tukano e Eliane Potiguara. Aquele encontro que Ailton Krenak conta em seu conto “O eterno retorno do encontro”:

Esses gestos de aproximação e de reconhecimento, eles podem se expressar também numa abertura efetiva e maior dos lugares na mídia, nas universidades, nos centros de estudo, nos investimentos e também no acesso das nossas famílias e do nosso povo àquilo que é bom e àquilo que é considerado conquista da cultura brasileira, da cultura nacional. Se continuarmos sendo vistos como os que estão para serem descobertos e virmos também as cidades e os grandes centros e as tecnologias que são desenvolvidas somente como alguma coisa que nos ameaça e que nos exclui, o encontro continua sendo protelado. Tem um esforço comum que nós podemos fazer que é o de difundir mais essa visão de que tem importância sim a nossa história, que tem importância sim esse nosso encontro, e o que cada um desses povos traz de herança, de riqueza na sua tradição, tem importância, sim. Quase não existe literatura indígena publicada no Brasil. Até parece que a única língua no Brasil é o português e aquela escrita que existe é a escrita feita pelos brancos. É muito importante garantir o lugar da diversidade, e isso significa assegurar que mesmo uma pequena tribo ou uma pequena aldeia guarani, que está aqui, perto de vocês, no Rio de Janeiro, na serra do Mar, tenha a mesma oportunidade de ocupar esses espaços culturais, fazendo exposição da sua arte, mostrando sua criação e pensamento, mesmo que essa arte, essa criação e esse pensamento não coincidam com a sua idéia de obra de arte contemporânea, de obra de arte

acabada, diante da sua visão estética, porque senão você vai achar bonito só o que você faz ou o que você enxerga. Nosso encontro - ele pode começar agora, pode começar daqui a um ano, daqui a dez anos, e ele ocorre todo o tempo. (Krenak 2015 p. 166)

Disse Krenak, nessa fala de 1999, que a esperança é que “o desenvolvimento das nossas relações ainda possa nos ajudar a ir criando formas de representação, formas de cooperação, formas de gerenciamento das relações entre nossas sociedades, onde essas instituições se tornem mais educadas, é uma questão de educação” (idem).

Foram dias imensos em Cachoeira, onde o passado desenhado na arquitetura e com a ancestralidade no chão e no ar criou um cenário de magia desse dia. Como se tudo fosse a sombra de um grande Baobá, e por ali estivéssemos circulando e dançando em rodas e cantando conversas. Encontros e cantigas que, como falou Krenak, acontece todos os dias, mas quase sempre em desencontros. Só que debaixo desse Céu, os encontros foram de reconhecimentos e de trocas. Acontece que nesses dias, da Casa de Hansen em São Felix ao Convento do Carmo em Cachoeira, esse grande Baobá que é o Vale do Paraguassu, tudo foi encruzilhada de encontros e de celebrações das diferenças.

É difícil de contar o que se sentiu, de traduzir em palavras as sensações da potência dos encontros. E assim saímos, e foi saindo de Cachoeira de volta a Salvador quando paramos em Santo Amaro na casa de dona Canô, uma famosa casa de encontros no Recôncavo. E lá o querido Rodrigo Veloso nos recepcionou. Foi mais um encontro lindo. E nesse momento, entre cantos, abraços e conversas, Ailton Krenak nos brindou com uma precisa e poética definição do que havia recém acontecido nesses

dias de Bembé, Cultura e Negritude, e encontros e conversas pelas bordas do Recôncavo. Nessa poesia é que conseguimos aguardar na memória as sensações do Bembé com o Guarany encontrando Oxóssi, ver Yemanjá na praia de Itapema, e os sorrisos largos dos estudantes aprendendo como um novo mundo é possível, um mundo onde caibam muitos mundos.

Santo Amaro, Cachoeira e São Felix, parece uma constelação só.

Nós abrimos a cerimonia lá no Centro de Artes, Humanidades e Letras na UFRB, no Campos de Cachoeira. E para lá vieram toda a comunidade de lideranças religiosas, todos os negros e negras de terreiros e casas sagradas e recepcionaram os índios. E ai os caboclos dos índios se juntaram com os santos deles e foi uma coisa parabólica.

Quando a gente viu o teto da escola tinha subido e todo mundo estava voando nas nuvens e virou aquela celebração escandalosa.

Algumas pessoas que passavam pensaram que era uma fogueira de São João; outras pensaram que era um apocalipse. Uma coisa mitológica estava acontecendo naquele lugar.

E a terra tremeu.

Quando aquele pajé (Alvaro Tukano) chegou no terreiro Guarany de Oxóssi e os Orixás viram ele entrando, os Orixás chacoalharam geral o terreiro.

E todo o território em volta em que eles estavam chegando foi tomado por uma constelação de guerreiros paramentados, pintados, cheios de penas e plumas, para saldar os Orixás do terreiro.

Em resposta, os Orixás do terreiro viraram e começaram a fazer a terra tremer. Parecia que a terra tinha virado água. A terra virou água. A terra balançou. E foi um escândalo.

Algumas crianças pequeninhas, alguns eres, quando viram os índios chegando, perguntaram: esses índios são de verdade?

E beliscaram a bunda deles. Para ver se os índios eram de verdade

Ficaram desconfiados. Porque criança é um bicho desconfiado.

E aqueles erezinhos estavam todos ouriçados querendo arrancar as penas dos índios. E atrás deles tinha um coro de menininhos dizendo: tenha pena de quem tem pena; tenha pena de quem tem pena. Porque você não podia arrancar as penas de quem tem pena. Tenha pena de quem tem pena. E ficavam com aquela cantiguinha assim. E o pessoal batendo os agogôs.

E saiu um cortejo dali e quando viram estavam todos em uma canoinha levando floresta para Yemanjá.

E essa menina artista, a Daiara Tukano, estava na praia e viu Yemanjá descer e abraçar todo mundo.

O encontro entre as culturas que acontece e se repete todo dia, percebeu Krenak, e convivemos com esse contato. É cotidiano o contato entre as nossas culturas todas, originários do continente, da diáspora africana, ou de migrantes colonizadores europeus e de outras partes do mundo. A questão, ele reflete, é não olhar essa história como se fosse um evento português, pois o encontro das culturas transcende a cronologia da expansão europeia e da invasão. Mas acontece que “o encontro e o contato

entre as nossas culturas e os nossos povos, ele nem começou ainda e às vezes parece que ele já terminou” (KRENAK 2015 p. 163).

No Recôncavo, vimos que no cotidiano de nossos encontros pode apurar o reconhecimento das nossas diferenças culturais e das nossas formas de estar no mundo. Reconhecer, como lembrou o mestre do povo Borum, como se autodenominam os Krenak, reconhecer o outro na diversidade e na riqueza de cada cultura, e aprender a viver com respeito a natureza e educação para a liberdade.

Referência

KRENAK, Ailton. “O Eterno Retorno do Encontro”. In **Encontros**. Rio de Janeiro: Azougue, 2015. Publicada anteriormente em: Novaes, Adauto (org.), *A Outra Margem do Ocidente*, Minc-Funarte/Companhia Das Letras, 1999.

ARAPUÁS - AS MULHERES QUE VIRARAM ABELHAS:

uma referência negro-indígena

Jéssica Bruno

Na crença ancestral da não linearidade do tempo, nossa história recomeça e segue seu curso como um rio híbrido com águas circulantes onde presente, passado e futuro coexistem no mesmo tempo. As únicas linhas que nos cruzam são as que alinhavam nossas histórias. Um dos começos, foi na época da escravidão.

O sistema escravocrata, além de roubar a liberdade das milhões de pessoas escravizadas, também lhes roubou seus nomes, histórias e identidades. Nós, descendentes, colhemos hoje como herança os frutos podres da injustiça. Tomaram como donos às terras, elaboraram leis segregacionistas, ocuparam os postos de empregos de prestígio, às instituições educacionais, tentaram e ainda tentam embranquecer a terra a partir do nosso extermínio.

Carregamos, hoje, não o sobrenome ancestral de nossa descendência, mas o sobrenome de algum escravagista que lhes batizou com nome cristão. Nome este que lhes marcavam a identidade-coisa, a identidade-objeto, a identidade para a exploração.

Nós, descendentes de povos escravizados, também carregamos a marca da coisificação, ela ainda nos é socialmente imposta pela hegemonia branca. Mas herdamos também, desde os cordões umbilicais dos ventres que nos pariram, como cordão de prata que nos ligam à terra, à força para a luta. Gritamos, nas várias línguas que habitam o mundo, que nossas vidas importam e marchamos em resistência de transformação através das artes, da política, da educação e do amor, operando nas brechas com intempestivas garras e dentes, incessantemente.

Escrevo-lhes para contar a história da comunidade de mulheres-abelhas, estando eu, uma delas, agora no outro lado da margem do Atlântico. Não nas terras da grande África ancestral, mas da porção que chora o vergonhoso destino escolhido por filhos que optaram pela violência, truculência e exploração como formas de vida. Que, proclamando-se como (Europa)centro do mundo, semearam nos locais que considerou periferia a destruição de tudo habitado e tocado, como praga incontrolada.

Em termos político-territoriais, em tese, a colonização findou-se, mas sobrevive a colonialidade, reverberando suas ideologias em todas as estruturas que lhe sustentam: ideias e crenças hegemônicas que ainda existem. Como parasita que, mesmo morto, deixa ovos em maturação. O racismo pode ser tomado como exemplo dessa sobrevivência. Presente não só nos xingamentos e violências físicas aos corpos subalternizados racialmente, também vive na estrutura que reserva a estes corpos os lugares de habitação, postos de trabalho, acesso à saúde, educação, os mais precários, quando os há.

Conto do lado de cá, mas, essa história aconteceu do lado de lá do mar. É uma história de múltiplos resgates.

Você que me lê sabe de onde vem o seu sobrenome? Isso diz muito sobre a sua história.

Nossos fios de recontos e contos começaram a se costurar na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, a federal do Recôncavo.

Há tempos Ações Afirmativas têm sido aplicadas por diversos países ao redor do mundo como políticas de enfrentamento às discriminações raciais e seus efeitos na sociabilidade de grupos discriminados. No caso específico do Brasil, as lutas pelas ações afirmativas foram trazidas a público, sobretudo, por movimentos sociais negros que denunciaram, entre outros fatores, a ausência de pessoas negras nos cursos superiores das instituições universitárias públicas. A mais significativa política de inclusão no acesso às universidades federais brasileiras se deu em 2013, na vigência do primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff, em virtude da aprovação da Lei Federal 12.711/2012, popularmente chamada Lei de Cotas. A lei tornou obrigatória a reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior e técnico para estudantes autodeclaradas/os pretas/os, pardas/os, indígenas, oriundas/os de escolas públicas e de baixa renda. Além das cotas raciais, fez parte das políticas de ação afirmativas entre os governos Lula e Dilma: a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); as leis 10.639/03 e 11.645/98 que instauram a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileiras, Africanas e dos povos indígenas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio; a lei 11.096/2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI); e a Lei 12.288/10, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

Na UFRB, através de paredes permeáveis, o som do samba de roda, da charanga, do batuque em saudação às

divindades Orixás, o cheiro do acarajé e do licor de Cachoeira adentravam com liberdade, assim como nossos corpos-histórias, antes repelidos de espaços de saberes como aqueles. Território que ao invés de nos impor limites, potencializou nossas pertencas identitárias, nossos saberes, crenças, leituras e imaginações políticas por um outro mundo possível.

Criada em julho de 2005, a UFRB foi inaugurada no ano posterior pelo presidente Lula da Silva. É uma instituição fruto da política pública de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras - REUNI, que permitiu a facilidade do acesso à educação superior de estudantes residentes nas cidades do interior do Estado da Bahia. É também considerada a universidade mais negra do Brasil em número de estudantes. Nos conta o Perfil dos Estudantes de Graduação da UFRB, publicado em 2017, que 83,4% de seus estudantes autodeclaram-se negra/os e 82% oriundas/os de famílias com renda total de até um salário-mínimo e meio. Acrescido a isso, a UFRB foi a primeira universidade do Brasil a ter uma Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) e a aplicar, de modo integral, as políticas de cotas raciais.

A UFRB e o Recôncavo em conexão com a força das encanterias que ajunta energias iguais, nos uniu pelo objetivo comum de aprender para ensinar a nossa gente camarada. Sabíamos a potência transformadora do nosso acesso à universidade e, a partir disso, nutrimos o objetivo-sonho de trazer mais gente igual a nós. E foi quando nos juntamos para potencializar sonhos que a nossa mutação em abelhas se concretizou.

Fazia tempo que o modo odioso como nos levaram a enxergar nossos corpos não nos cabia mais, assim como também

não nos cabia a identificação com os nomes coloniais. Nutridas por outras identificações, nos tornamos Arapuás, em honra ao chamado das abelhas por comunidades Tupi-guarani. Deixando-nos ser, passeamos sobre terras, mares e rios, como pedras lançadas em terra de cercas farpadas. Carregando nossas dores que são também dores do mundo, fizemo-nos sementes brilhantes no ar. Alimentadas por flores bravas, viramos pequenos cometas no grande caminho.

Já sob a forma de abelhas Arapuás, fundamos em 2018 o Quilombo Educacional Onnim. Onnim é um símbolo Adinkra, originalmente criados pelo povo Bono de Gyaman, um povo akan de Gana e da Costa do Marfim. É o símbolo do conhecimento, da educação através da vida e da contínua busca pelo saber. Originou-se do provérbio “Nea onnim no sua a, ohu”, que pode ser traduzido como “quem não sabe, pode saber aprendendo”.

Nossa colmeia comunitária abriga anualmente o curso pré-ENEM, preparando jovens negras/os em situação de vulnerabilidade social para os processos seletivos de instituições universitárias. O projeto conta com um modelo de educação e estrutura diferenciada que são pensadas em torno das especificidades das comunidades negras vulnerabilizadas. Com sede na cidade de Cachoeira, no Recôncavo da Bahia, estado brasileiro com o maior contingente de pessoas negras fora de África, o Quilombo Educacional Onnim assume o desafio de auxiliar no empoderamento da juventude negra a partir da conscientização racial, abordando, em todos os componentes curriculares do curso, elementos que tratam das temáticas urgentes para a nossa população. A formação política permeia o desenvolvimento do projeto, fortalecendo o objetivo de acesso qualificado da população negra e pobre às universidades públicas.

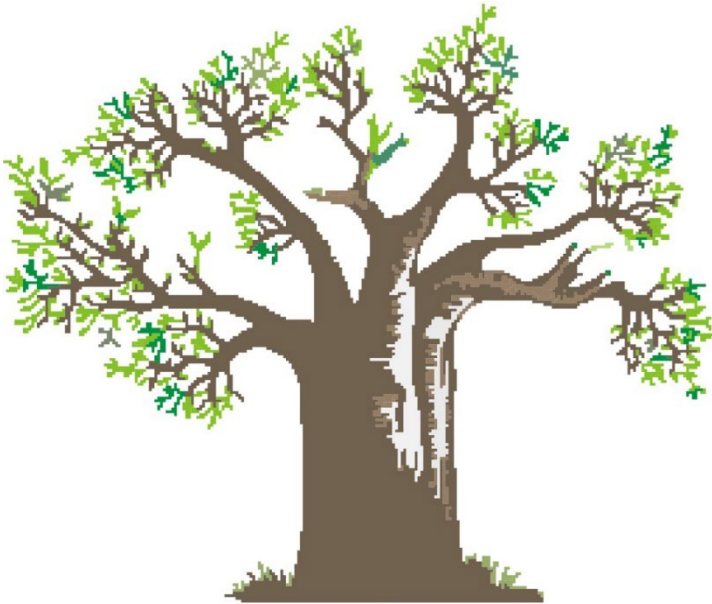
Semeando árvores fotossintéticas, reflorestando recantos, fazemos respirar o mundo.

Vivemos tempos duros, por isso desejamos conseguir ver alternativas à existência assolada pelo medo e suas tecnologias obsessivas. Imaginamos, assim, outras formas de ser e criar esperanças realistas. A estrutura que nos violenta parece indestrutível, mas também o parecia o direito divino dos reis. É importante que não nos esqueçamos que o poder humano sempre pode ser resistido e alterado pelos seres humanos, mas para isso precisamos ser forças contrastantes, indagadoras do universo. Precisamos contestar os livros que nos ensinaram a crer, o deus que nos ensinaram a adorar, os corpos que nos ensinaram a amar e a odiar.

De onde vem suas crenças?

Abelhas professoras, trazemos nos lábios calo de tantas palavras ditas. A luta tem também suas dores. Sacerdotisas dos tempos, voamos forte e longe, polemizando e polinizando espaços, semeando a liberdade que sonhamos ver brotar.

PARTE IV



ESCREVIVÊNCIAS AFRODIASPÓRICAS

15

DAS COISAS QUE APRENDI SOBRE MIM EM MOÇAMBIQUE

Málsa Passos

Eu não sinto que vim, eu sinto que eu voltei.

(Emicida)

Estou em um carro Van com um grupo da Universidade Pedagógica de Moçambique, esperando outros colegas que estão chegando para nos encontrar, quando percebo, ao longe, aproximando-se de nós, uma criança e sua mãe. Ela vestida com uma capulana e carregando uma bolsa grande, talvez algumas compras, umas coisas que está levando para casa. O menino, de uns sete anos, vem um pouco mais à frente.

Ela se aproxima caminhando, do outro lado da rua ele evolui, se adiantando aos passos da mãe, saltando para frente sustentando o corpo, uma hora com as mãos, e depois de um salto no ar, substituindo-as com os pés. O movimento lembra aquilo a que, na Capoeira Regional no Brasil, é chamado de “au agulha”.

Esse menino, em sua brincadeira cotidiana, nos ensina como colocar-se no mundo subvertendo uma ordem: de que são

nossos pés que nos equilibram, constituindo-se na centralidade do deslocamento de nossos corpos. O menino nos reensina a nos deslocarmos modificando nosso eixo. O equilíbrio está no salto, as mãos são fundamentais no deslocamento, tanto quanto os pés.

Ele nos ensina a liberdade impressa nos corpos, mesmo que muitas vezes o pensamento colonial nos impeça de perceber que somos essa potência da ginga, do drible, da capoeira, que estão em África, mesmo que lá não tenham esses nomes, e que os nomes dados sejam outros.

Estive em África, mas especificamente em Moçambique, por 15 dias, em setembro de 2018, cumprindo uma agenda de eventos acadêmicos na Universidade Pedagógica de lá. Estive em Nampula por 10 dias e em Maputo por quatro.

Na primeira localidade em especial, onde estive por mais tempo, pude viver um encontro com minha ancestralidade, memórias que eu nem sabia que tinha, experiências arrebatadoras, como é o caso dessa que contei do menino, que me remeteu à minha própria experiência na capoeira, prática afrodiaspórica, onde pude experienciar essa mudança de eixo, essa outra forma de me equilibrar e de deslocar meu corpo, muitas vezes à revelia da lógica de fazê-lo com meus pés.

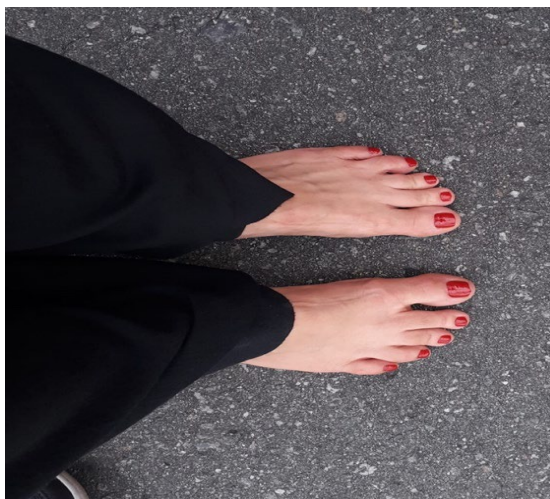


Figura 1 – Primeira foto realizada em África (acervo da autora)

Colocar meus dois pés em África foi uma experiência inesquecível, porque ao mesmo tempo que os tinha fincados na experiência da viagem, pude rever, repensar, re-sentir as diferentes maneiras possíveis de me deslocar com eles, reaprendendo isso nos pés de uma criança moçambicana.

Impossível para uma mulher negra não encontrar sua ancestralidade e revisitar a sua história quando está com os dois pés no Continente Africano. Impossível para mim não rever e me deslocar do meu “eixo colonial”.

É claro que uma estadia de 15 dias é muito pouco para se conhecer um país. Ainda mais quando se está muito mobilizada pela emoção. Então, as impressões que trago aqui são de uma quase turista, uma mulher afrobrasileira, educadora, que aproveitou a experiência para rever o tempo, suas memórias, suas crenças.



Figura 2 - I Conferência Internacional de Educação e Psicologia na Universidade Pedagógica de Moçambique (acervo da autora)

Em Nampula, a residência da universidade, onde fiquei hospedada, é um prédio de esquina, em planta baixa, na beira da rua de chão batido. Meu quarto era simples, mas amplo e tinha uma varanda que dava para a calçada.

Do outro lado da esquina havia uma mesquita, de onde durante a madrugada, um alto-falante amplificava uma oração feita por um homem que voltava periodicamente, várias vezes

para rezar. É possível ver mulçumanos em Moçambique por toda parte. Muitas mesquitas.

De madrugada também era o período do dia em que eu ouvia o trem, que passava ao longe, e que por algum motivo, quando se aproximava, soava alto uma buzina.

Lembro que eu sempre pensava: será que ele está indo ou vindo? O que será que ele carrega? No dia em que encontrei o menino e sua mãe, eu descobri, porque passamos bem ao lado da linha férrea. Era minério! Uma locomotiva puxando intermináveis vagões de minério, o comércio internacional, a exploração dos recursos naturais “desmanchando montanhas”, me lembrou o que eu tinha visto em Minas Gerais, no Brasil, e o fato me chamou a atenção para o quanto o destino de África e das Américas são parecidos.

No meu tempo livre na residência, eu gostava de sentar na varanda e escutar, entre curiosa e encantada, as pessoas que passavam na calçada, conversando em diferentes línguas. São mais de 20 línguas locais. Isso me fez me sentir triste por meu país ter tido uma colonização que dizimou as nossas línguas originárias e as culturas que nelas se enunciavam.

Algumas dessas culturas estão presentes no Museu Nacional de Etnologia de Nampula. Mas tomar contato com o acervo do museu, não foi tão impactante quanto o que vi e conheci no espaço reservado às oficinas, nos fundos da entrada do Museu, onde se pode encontrar com artesãos locais – que, para mim, são artistas.

Os fundos deste Museu, onde estão as oficinas, está organizado em um grande círculo, um grande terreiro de chão batido, por onde circulam turistas e locais, estudantes e trabalhadores, se assemelhando a um mercado. E sendo assim,

não corresponde somente a um lugar de trocas econômicas. Estas estão vinculadas a trocas simbólicas, a uma troca de saberes, garantidas por conversas costuradas em Língua Portuguesa e em Língua Macua.

Um espaço onde vários artistas misturam-se, como estão misturadas suas origens, suas crenças, suas artes.

Em uma dessas oficinas/lojas detenho-me olhando desde o lado de fora para a construção pouco iluminada internamente, onde uma senhora da etnia Maconde arruma com cuidado peças de cerâmica feitas por ela mesma. A mulher se chama Merina, e sorri para mim quando adentro o ambiente.

Detenho-me encantada em frente às peças de barro preto, organizadas em prateleiras e em uma mesa no canto da sala. Uma delas em especial – a figura de uma mulher - me chama a atenção. Merina, atravessando o espaço da sala mal-iluminada, antes mesmo que eu perguntasse qualquer coisa, mas percebendo o tamanho do meu encantamento, diz:

- Essa é Serina. Ela está dizendo que tem fome, e está passando a mão na barriga porque pensa: o que será que eu vou ter para comer hoje? Essa é a minha história.



Fig.

Figura 3 – Serina, na área externa do Museu Nacional de Etnologia de Nampula. (acervo da autora)



Figura 4 – Merina e eu em seu atelier, na parte dos fundos do Museu.
(acervo da autora)

Merina afirma que suas obras são inspiradas em seus ancestrais, principalmente em sua mãe, que foi quem lhe ensinou o ofício de trabalhar com o barro preto. Os rostos das representações de pessoas se parecem muito umas com as outras. Assemelham-se com ela, Merina, e a artista narra que se parecem muito com sua mãe também.

Merina nasceu em Cabo Delgado, é do Distrito de Moeda, e me fala de como sua vida foi marcada pela fome, e como isso está presente nas suas obras, nas quais imprime, como em uma homenagem, experiências de seus ancestrais.

Saí muito mobilizada deste encontro. Dois anos depois, olho para estas imagens e ainda me toma um sentimento de encantamento de ver como a arte cumpre sempre a função de resgatar nossa humanidade, de reconhecerno-nos uns nos outros.

Nessa viagem, confirmou-se aquilo que eu via nos livros de História Africana que estudei: a África como marco civilizatório do Brasil. Confirmou-se enfim, algo que se reflete na maneira como os amigos moçambicanos tratam-se uns aos outros: como mano. E eu acho isso muito bonito e muito significativo. Somos irmãos, é assim que eu sinto, mesmo que habitando continentes diferentes. Somos manos, e como é importante assumirmos a potência desse diálogo e permitirmo-nos aprender uns com os outros pelo afeto, porque nos permitindo isso, estaremos aprendendo sobre nós mesmos.

**VIVÊNCIAS EM ÁFRICA:
aprendendo com seus caminhos civilizatórios**

Fábio Leão Figueiredo

Voduns e orixás saíam enfileirados daquela casa em um bairro de Porto Novo (Benim) em direção a uma praça próxima, onde o público convidado os aguardava respeitosamente. Era final de tarde de um dia de agosto de 2015. Gobi Ajinaku, meu amigo e interlocutor, colocara-me junto à assistência, sem muito explicar o que haveria de ocorrer. A cena causou-me surpresa, em razão da narrativa segundo a qual em África cada orixá ou vodum teria seu local próprio de culto, em geral não aparecendo coletivamente. Já não é mais sempre assim. Tanto na zona urbana de Porto Novo quanto nas matas de Ketu, entre outros lugares, encontrei casas e cerimônias que apresentavam um panteão variável de divindades, algumas das quais pouco conhecidas no Brasil.

Entretanto, o que mais me chamou a atenção foi uma ocorrência que se deu durante a cerimônia. O cortejo das divindades seguia de maneira tranquila, quando de repente e sem nenhum aviso perceptível ao público, tambores e cantos calaram-se, e o cortejo foi interrompido. Naquele instante, não pude entender a razão da interrupção brusca, mas o silêncio que se fez

no local permitiu-me escutar uma voz iniciando um canto que não parecia pertencer àquela cerimônia.

Olhei para o lado e vi que a voz vinha de dentro de um casarão próximo, com janelas abertas, através das quais percebiam-se várias pessoas vestidas de branco inclinando-se ao chão repetidas vezes. Somente quando soou nitidamente o nome de “Allah” compreendi que se tratava de uma cerimônia islâmica em curso, o que me confirmaram em seguida. Essa cerimônia islâmica durou cerca de trinta minutos, ao longo dos quais o público da outra cerimônia, a dos voduns e orixás, permanecia em respeitoso silêncio. Terminado o rito muçulmano, novamente sem nenhum sinal aparente, tambores e cantos retomaram sua atividade e o cortejo das divindades africanas continuou como se nada houvesse acontecido.

Não demorou para que eu me desse conta de ter presenciado ali uma expressão extraordinária de civilidade, harmonia e respeito mútuo às diversas tradições. Cabe frisar que o Benim atual é um país que abriga uma profusão de religiões. Uma parte importante da população é muçulmana, há cristãos católicos e protestantes, mas nada que se compare em força e onipresença às comunidades matrizes de voduns e orixás espalhadas por todo o território. Tem-se a impressão de ser um grande e diversificado terreiro na escala de um país. Igrejas neopentecostais tentaram, mas não tiveram o mesmo sucesso em penetrar na sociedade beninense da mesma forma que em outras partes do continente africano. Tais igrejas existem, mas em geral estão recolhidas aos espaços disponíveis e negociados em uma sociedade em que o protagonismo absoluto é dos voduns e dos orixás.

Levei um tempo para tomar conhecimento que, dentre os cerca de dez membros principais da confraria de Egúngún que me

acolheu, e com os quais criei laços de confiança e afetividade, um terço era cristão (inclusive evangélicos) e outro terço era muçulmano, porém não havia o menor sinal visível dessas orientações. Todos eram devotados de tal maneira aos Egúngún, que nada faria crer que poderiam assumir uma religião secundária, em ocasiões eventuais. Além disso, em seus encontros diários, dos quais pude participar, reinava apenas o ambiente lúdico e fraterno.

Voltando à narrativa inicial, sobre o cortejo das divindades em praça pública, trata-se de um exemplo bastante bem representativo dos ambientes e das vivências locais que me deram a noção do nível de civilidade e de educação social em vigor. São qualidades que colocam aquela sociedade muito à frente do Brasil em termos de sofisticação e eficiência em soluções civilizatórias, com as quais temos muito a aprender. Essas qualidades explicam perfeitamente o comportamento de todos quando da cessão do espaço público (simbólico e acústico) aos colegas muçulmanos que precisavam fazer suas orações naquele momento. Os protagonistas demonstraram reconhecer as diferenças, mas tais diferenças não funcionaram como fator de discriminação ou de privilégios, situação buscada e idealizada no pensamento de autores como Frantz Fanon (1968) ou Milton Santos (2001).

O acordo, o acerto, a troca e a coexistência são práticas arraigadas destes povos cujos representantes aportaram em terras brasileiras durante a escravidão. Em sua dinâmica social, não há problemas em coexistir, sabendo que cada grupo terá seu lugar. Esse traço cultural fundamentou e viabilizou a construção de espaços diaspóricos híbridos nas Américas, com a mistura de etnias africanas, de divindades e de costumes, na construção de sociedades compostas e articuladas, fenômeno particularmente

notável na formação das comunidades e dos espaços rituais e sociais na Bahia, especialmente no Recôncavo (PARÉS, 2013).

Diante do atual crescimento vertiginoso de agressões físicas e simbólicas aos espaços de religiões de matriz africana no Brasil, a coexistência e o respeito à diversidade tornaram-se conceitos cruciais para o desafio de encontrarmos soluções civilizatórias à ofensiva neofacista e fundamentalista neopentecostal que nos assola neste momento. Antes de pensar em tais soluções, é importante situar histórica e sociologicamente as categorias éticas das partes envolvidas.

O tráfico transatlântico de escravizados africanos foi um projeto capitalista originariamente europeu que se viu autorizado ideologicamente pelo posicionamento brutalmente racista de vários expoentes do pensamento dito “civilizado” da época, entre os quais Voltaire, Montesquieu, Kant, Comte, Hegel e outros (MACHADO; LORAS, 2017).

Evidentemente, para esses tratava-se da antiga contraposição entre “civilização e barbárie”. Porém, deve-se considerar que “civilização” tem sido um conceito desenhado, apropriado e forjado arbitrariamente por intelectuais das categorias representadas acima, e vem servindo de endosso moral às atrocidades genocidas dos colonizadores ao longo dos últimos séculos (ALMEIDA, 2020). Trata-se de um conceito chave muito importante para que fique eternamente monopolizado pelos opressores. Urge então reconstruir o conceito de “civilização” e de “civilizatório”, não como em tantas outras tentativas levadas a cabo por autores pertencentes a outras correntes do mesmo sistema, mas desta vez pelos protagonistas que foram impedidos de ecoar suas vozes nas narrativas históricas vigentes, a saber: africanos, afrodescendentes e povos originários de todos os continentes. Tal reconstrução torna-se ainda mais necessária a

partir da maior crise sanitária deste século, a Covid-19, cujas causas e consequências estão diretamente relacionadas ao modo como os países ditos “civilizados” têm levado o planeta ao caos por suas políticas catastróficas. Os maiores prejudicados por essas consequências distópicas são justamente os povos originários e os desprivilegiados nas lutas de classe que, no Brasil, como bem fundamentou Clóvis Moura (1988), são essencialmente afrodescendentes.

Neste sentido, há diversas abordagens que orbitam em torno da proposta de uma refundação do conceito e da efetivação de uma nova ideia de civilização verdadeiramente humanista, como se vê nas obras de autores e autoras como Aimé Césaire, Léopold Senghor, Carlos Moore, Angela Davis, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Kabengele Munanga, Achile Mbembe, V. Mudimbe, A. Hampaté Bâ, Felwine Sarr, a nigeriana Oyèrónkè Oyèwùmí, além dos já mencionados Clóvis Moura, Frantz Fanon e Milton Santos, apenas para citar obras afrocentradas.

Fragmentam-se ao longo da história incontáveis relatos de atitudes civilizatórias de personalidades negras, em oposição à falsa institucionalidade civilizada das elites, como bem argumenta Nikole Jones (2019) em seu artigo “Negros fizeram dos Estados Unidos uma democracia”, em que demonstra que ideias iluministas e garantias constitucionalistas, apesar de escritas como “universais”, eram negadas a afrodescendentes e a indígenas, não passando de uma enorme hipocrisia. A autora revela como movimentos negros, ao invés de atacar tais ideias e garantias, lutaram para que fossem cumpridas e estendidas a todos igualmente.

Mesmo em respostas armadas, revoluções negras trouxeram em seu bojo ideais civilizatórios. Na constituição

promulgada pela revolução haitiana, que acabou com a escravidão local, lia-se: “toda acepção de cor dentre as crianças de uma mesma família deve necessariamente cessar” (SAFATLE, 2020); e ao mesmo tempo que eliminou ou expulsou brancos escravagistas, permitiu a presença e a cidadania a outros brancos europeus que lutaram ao lado da revolução haitiana, bem como a mulheres brancas e seus filhos. No Brasil, a Revolta dos Búzios buscava a libertação dos escravizados, a proclamação de uma república e a instauração de um regime igualitário. Por isso, seus líderes foram esquartejados e partes de seus corpos expostas em praça pública. A pergunta é inevitável: quem são os civilizados? E quem são os bárbaros?

Civilizar deveria ser compreendido como respeitar e fazer respeitar. O caráter civilizatório deve basear-se no respeito aos pares e sobretudo aos diferentes. A diversidade é um valor fundamental e universal da vida na natureza. Onde quer que haja vida, há diversidade. É também o ambiente em que o encontro de diferentes culturas humanas permite um intercâmbio que leva ao progresso do conhecimento de maneira mais rápida e sofisticada. O caráter social será tanto mais civilizatório quanto mais respeitadas forem as culturas dos conviventes, a quem esse caráter se destina. Assim, não se pode considerar civilizada uma sociedade onde as diversidades não são respeitadas.

O processo bárbaro imposto pela escravidão é uma herança que vigora plenamente no Brasil atualmente, para uma grande parcela da população. Esse processo consiste, entre outras violências, na negação às diversidades, ao direito a um espaço físico regularizado para cultos religiosos, aos saberes e fazeres ancestrais, a um nome próprio de suas origens, à sua língua ancestral, a técnicas específicas passadas de geração em geração, à sua própria cultura e religião, à vida na natureza, à dignidade, à

autoestima, à saúde, à felicidade, à independência e à autosustentabilidade. Se as revoltas foram brutalmente desarticuladas, há um espaço em que os afrodescendentes conseguiram cultivar os ideais civilizatórios perdidos fora dele.

Esse espaço é o Candomblé: aí as pessoas recuperam seu direito à diversidade, a um espaço físico, aos saberes e fazeres tradicionais, recebem um nome sagrado dado pelo orixá, falam sua própria língua, aprendem técnicas, acessam livremente sua cultura e religião, recuperam sua dignidade, autoestima, sustentam-se, religam-se à natureza, curam-se e são felizes em coletividade.

Se compreendermos o conceito de ética como o conjunto de princípios e de condutas que visam garantir a harmonia entre os humanos e dos humanos com a natureza (CARVALHO, 1999), então o Candomblé é um espaço em que a ética pode ser vivida em sua plenitude e veracidade. E se a ética é o principal vetor que legitima uma proposta civilizatória, então o Candomblé é a consagração de um trabalho inestimável de gerações, habilitando-se como um dos modelos viáveis de relações em um futuro mundo civilizado em que a união das técnicas dos novos e da sabedoria dos antigos - respeitando-se o humano, a natureza e as diversidades culturais - apresenta-se não só como a melhor solução para nossa continuidade como espécie, mas como a única.

Referências

ALMEIDA, Sílvio. **Negar a relação entre liberalismo e escravidão está no mesmo nível do terraplanismo.** Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/silvio-almeida-negar-a-relacao-entre-liberalismo-e-escravidao-esta-no-mesmo-nivel-do-terraplanismo/>>.

VALHO, Edgard de Assis. **Mal-estar civilizatório e ética da compreensão**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.13, n.3, p. 24-28, 1999.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JONES, Nikole. Negros fizeram dos Estados Unidos uma democracia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 ago. 2019. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/08/negros-fizeram-dos-estados-unidos-uma-democracia-diz-autora>>.

MACHADO, Carlos; LORAS, Alexandra. **Gênios da Humanidade: ciência, tecnologia e inovação africana e afrodescendente**. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2017.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do Candomblé: história e ritual da nação Jeje na Bahia**. Campinas: Unicamp, 2013.

SAFATLE, Vladimir. **Identitarismo branco**. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2020/09/05/identitarismo-branco-por-vladimir-safatle/>>.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

A PACIÊNCIA É A MÃE DE TODAS AS VIRTUDES:

Um conto de Ifá do Odù Ogbèògúndá⁸

Leonor Franco de Araujo

Inicio esse texto apresentando um pouco da minha trajetória: Sou Professora assistente da Universidade Federal do Espírito Santo; Mestre em História Social das Relações Políticas, pela UFES; Doutoranda do Doutorado Multinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento da UFBA; Pesquisadora no grupo de pesquisa Educação Para As Relações Étnico-Raciais, Territorialidades E Inclusão, da Universidade Federal do Espírito Santo e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa REDE AFRICANIDADES da Universidade Federal da Bahia.

Gbengbelekú-adivinhou-onde-quis foi quem realizou um jogo de Ifá para Igún (abutre, urubu), primogênito de Olodumare, no dia em que ele adoeceu e a preocupação de seu pai era curá-lo. Igún é Agòtún aquele que faz da chuva uma fonte de riqueza. Ele tinha cinco doenças: na cabeça, nos braços, no peito, uma

⁸ Esse aše é encontrado na maior parte dos textos que versam sobre os Odus de Ifá. Aqui o (re)contamos a partir da versão de ABIMBOLA (1973) e VERDUGO (2016), com adaptação livre que nos permite Ifá, Orunmilá e Exu. Aboru, Aboye, Abosheshe.

corcunda nas costas e aleijão nos pés. Olodumare fez pelo filho tudo o que pode, cumpriu com as indicações do oráculo, sem sucesso. Cansado, abriu-lhe a porta do Aiyê (mundo “visível”) para que ele fosse morar lá. Mesmo o senhor supremo Olodumare se cansa e perde a paciência.

No Aiyê o Babalaô Tótó Ibarà e seus afilhados realizaram um jogo de Ifá para Orunmilá pois ele lamentava sua falta de sorte na vida. Seus babalaôs⁹o aconselharam a fazer um ebó (oferenda, sacrifício) com cinco galinhas. Se fizesse o ebó durante cinco dias, no quinto dia toda a riqueza desejada chegaria às suas mãos. As galinhas deveriam ser sacralizadas a seu Eledá¹⁰, uma a uma, diariamente, até completar cinco dias. As vísceras de cada galinha sacrificada seriam retiradas, colocadas numa cabaça, cobertas com azeite de dendê e levadas a uma encruzilhada. A carne da galinha poderia ser consumida por ele e sua família, o que muito ajudou Orunmilá que tinha usado suas últimas economias para comprar as galinhas.¹¹ A caminho da encruzilhada onde seria entregue a oferenda, Orunmilá deveria ir cantando em alto e bom tom: Lo oríta, ti o ná dé oríta, ou seja, que a sorte venha a mim! Que a sorte venha a mim!

Esse ritual deveria ser repetido durante cinco dias. Orunmilá procedeu de acordo com a orientação e, assim, começou a fazer o ebó. Sacrificava as galinhas e levava suas vísceras cobertas com azeite de dendê para a encruzilhada. Lá chegando, depositava a oferenda no chão e pedia que a sorte

9 Um Babalawô sempre está acompanhado de outros para validação de sua leitura, para que a leitura seja explorada ao máximo em benefício do consultante. Numa leitura de oráculo de Ifá todos aprendem e ensinam.

10 Guardiã Ancestral

11 Vejam que não há nenhum tipo de desconsideração ou desperdício com os animais que são sacralizados para os ebós. Comem os Orixás e as pessoas. A troca de energia e equilíbrio se mantém.

chegasse para ele. Em frente à encruzilhada onde Orunmilá entregava as oferendas havia uma moita e era ali que vivia Igún, filho de Olodumare. Mesmo sendo filho de Olodumare Igún sofreu discriminação por sua aparência, ele não era aceito no mercado, nas praças e todos o rejeitavam, ele muitas vezes passava fome, frio e outras necessidades. Assim que Orunmilá deixou o primeiro ebó Igún surgia do mato e foi ver do que se tratava. Quando viu a comida a devorou com sofreguidão devido a fome que o consumia.

No primeiro dia em que comeu a oferenda de Orunmilá, Igún ficou curado do problema que tinha na cabeça e se surpreendeu. No dia seguinte, Orunmilá levou novamente seu ebó à encruzilhada, repetindo os mesmos rituais, sem saber que alguém comia sua oferenda. Assim que Orunmilá saiu da encruzilhada, Igún foi até lá e comeu de novo a oferenda, e então seus dois braços, que antes não esticavam, ficaram normais. No terceiro dia Orunmilá continuou o seu processo, levando nova oferenda à encruzilhada. Mal terminara de colocar o ebó, Igún foi lá e comeu, e seu peito, que era inchado, desinchou assim que acabou de comer. No quarto dia Orunmilá levou seu ebó à encruzilhada e mal terminara de colocar o ebó na terra, Igún foi lá novamente e o comeu. Assim que acabou de comer, a corcunda que havia em suas costas desapareceu. No quinto dia Orunmilá levou sua oferenda à encruzilhada para completar os rituais. No caminho foi cantando o mesmo refrão dos dias anteriores. Mal terminara de colocar o ebó na terra, Igún foi lá novamente e o comeu. Na manhã do sexto dia seus dois pés aleijados haviam adquirido vitalidade e ele passou a andar sem dificuldade alguma, caminhando agora por todo canto. E foi assim que Igún se curou de todas as suas moléstias.

Impressionado com esses fatos, Igún se levantou e foi ao Orun (mundo “invisível”) para se encontrar com Olodumare que logo percebeu que o filho estava sadio e lhe perguntou quem o curara. Igún relatou todo o ocorrido a Olodumare. Disse-lhe que quem entregava as oferendas era Orunmilá e acrescentou que este sempre realizava a oferenda entoando o refrão: Lo oríta, ti o ná dé oríta, ou seja, que a sorte venha a mim! Que a sorte venha a mim!

Olodumare disse a Igún que presentearia essa pessoa com riquezas. Pegou então quatro àdó¹² e os deu a Igún para que os levasse a Orunmilá, no Àiyé. Eram os àdós awó (prosperidade, riqueza e dinheiro), omo (fertilidade), àrikú (longevidade) e sùùrú (paciência). Antes de Igún sair do Orun, Olodumare recomendou que Orunmilá poderia escolher apenas um dos quatro àdós e que Igún deveria trazer de volta os três restantes. Igún voltou para o Àiyé carregando os quatro adôs e foi diretamente à casa de Orunmilá para mostrá-los a ele. Orunmilá surpreendeu-se muito, mais em nenhum momento duvidou de seu visitante já que estava sendo abençoado por ter cumprindo o que lhe determinou Ifá através de seu oráculo, fazendo os ebós necessários.

Em dúvida quanto a melhor escolha a ser feita, mandou chamar os filhos para lhes pedir conselho sobre qual dos quatro adôs deveria escolher. Os filhos o aconselharam a escolher o àdó da longevidade para que vivesse muito. Orunmilá chamou então suas esposas a fim de ouvir o conselho delas, e as esposas o aconselharam a escolher o àdó da fertilidade para que pudessem ter muitos filhos. Orunmilá chamou seus irmãos a fim de lhes pedir conselho sobre qual dos quatro adôs deveria escolher e eles o aconselharam a escolher o àdó da prosperidade, para que pudessem ter muita riqueza e dinheiro. Então Orunmilá mandou chamar seu melhor amigo Exu. Quando Exu chegou à sua casa,

12 Àdo pode ser entendido como uma graça, uma virtude, um benefício, um dom.

Orunmilá relatou o ocorrido e lhe pediu conselho quanto à escolha que deveria fazer. Exu, habilidoso, perguntou a Orunmilá o que cada um e cada uma que ele consultou tinha lhe aconselhado. Exu disse a Orunmilá depois de ouvir as respostas: A longevidade não deve ser escolhida porque não há uma única pessoa que tenha vencido a morte e lembrou que, por mais tempo que se viva, um dia se morre. Exu lhe disse para não escolher a fertilidade porque Orunmilá já tivera muitos filhos. A prosperidade lhe tornaria rico e apesar de poder eliminar a pobreza da família, faria a ganância ser sua companhia. E acrescentou que, se seus irmãos quisessem prosperar, deveriam ir trabalhar.

Orunmilá perguntou então a Exu qual dos adôs deveria escolher e ele lhe disse para escolher o àdó da paciência, porque sua paciência era insuficiente para permitir que chegasse onde desejava. Caso Orunmilá escolhesse o àdó da paciência, todos os adôs restantes seriam seus. Orunmilá aceitou a orientação de Exu. Escolheu o àdó da paciência e devolveu a Igún os três restantes. Nem os filhos, nem as esposas, nem os irmãos de Orunmilá ficaram felizes com sua escolha e lhes viraram as costas, mais Orunmilá teve paciência para compreender.

Igún iniciou sua viagem de volta ao Orun, levando consigo os três adôs restantes para devolvê-los a Olodumare. Porém, mal andara um pouco com eles, o àdó da riqueza lhe perguntou onde estava a Paciência. Igún respondeu que ela ficara na casa de Orunmilá. Riqueza disse a Igún que voltaria para ficar com a Paciência porque só fica onde ela está. Apesar de Igún lhe dizer que tinha que ser devolvida a Olodumare a riqueza lhe disse que tivesse paciência mais precisava voltar. Em pouco tempo, desapareceu da mão de Igún e foi se juntar à Paciência na casa de Orunmilá.

Fertilidade também perguntou a Igún por Paciência. Igún lhe respondeu que ela estava na casa de Orunmilá. Fertilidade lhe

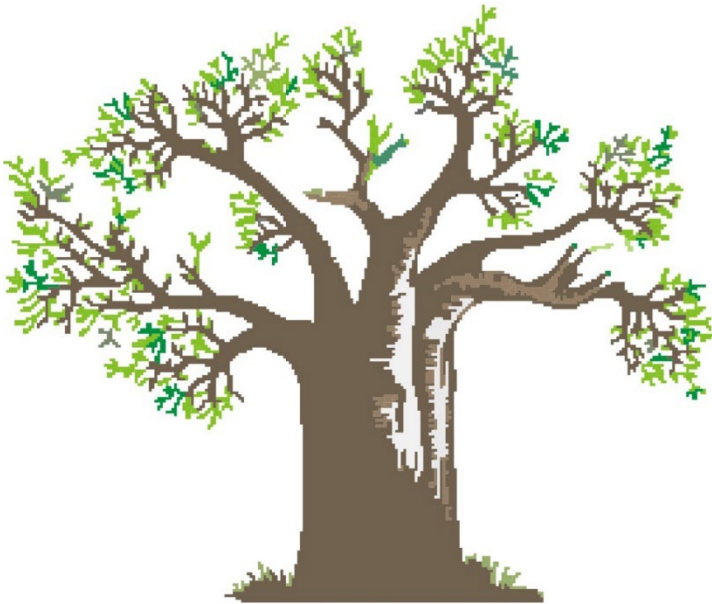
disse que só fica onde está Paciência, e foi se juntar a ela. Longevidade também perguntou a Igún onde estava a Paciência. Igún lhe respondeu que ela estava na casa de Orunmilá. Longevidade também foi se juntar a Paciência.

Quando Igún chegou ao Orun, Olodumare lhe perguntou onde estavam os três adôs restantes. Igún lhe disse que retornara para contar a Olodumare que todos os adôs desejaram ficar junto com Paciência na casa de Orunmilá, mas que pretendia retornar ao Àiyé para buscá-los e trazê-los de volta ao Orun. Olodumare lhe disse que ele não precisava buscar os três adôs, pois, de fato, todos pertencem a quem escolher a Paciência. Quem tiver Paciência terá prosperidade, riqueza, longevidade e fertilidade.

Esse conto é motivado por uma experiência na nossa Egbe. Um dia passei por uma Yaô que resmungava por estar fazendo uma conta. Além do cordão que desfiava, eram muitas as pequenas missangas. O aborrecimento dela era tanto que não havia ninguém em sua volta. Eu me sentei ao seu lado e perguntei se poderia contar-lhe um aṣe de Ifá. Depois da contação e do agradecimento da Yaô, rapidamente as contas ficaram prontas e muitos se aproximaram. O tempo dos Orixás deve ser respeitado, só assim realizaremos o aprendizado com a paciência necessária para que ele possa ser internalizado, compreendido e repassado a toda a comunidade. Cultivar sùrú nos leva a ter uma vida profícuo em comunidade e a realizar tudo que é necessário para nossa prosperidade e felicidade.

Iboru, Iboya, Ibosheshe. To Iban Eshú. Maferefun Olofin

PARTE V



ESCREVIVÊNCIAS QUILOMBOLAS E DO CAMPO

**MEMÓRIA E IDENTIDADE:
plântio de baobá na festa de São Roque**

Bárbara Manuela Silva dos Santos

Selma Silva dos Santos

Contavam as/os nossas/os mais velhas/os, contavam as/os nossas/os ancestrais, as raízes das árvores destas terras são sagradas, as águas desta terra são sagradas, o vento que arrasta do chão a poeira do massapê desta terra é um vento forte, é um vento sagrado, esta terra é sagrada. ((in)memoriam, nossa ancestral, Mestra Griô Maria São Pedro Cardoso)

Nesta terra sagrada no Recôncavo da Bahia, no Município de Cachoeira, está localizado o Quilombo do Engenho da Ponte uma comunidade negra, desde os tempos do Brasil colônia, formada por mulheres e homens negras/os escravizadas/os vindos

do continente Africano para trabalhar nos Engenhos da Bahia, forçados por um projeto colonial escravocrata.

As origens do próprio nome da comunidade remetem aos resquícios do projeto errôneo de colonização do povo negro, o nome “ENGENHO DA PONTE” era usado para identificar o território como uma propriedade de pessoas detentoras de terras e de escravos na região. Deste projeto ‘epistemicida’, de apagamento dos corpos, identidades, conhecimentos, culturas, saberes e crenças dos diferentes povos de África, nasce no Quilombo do Engenho da Ponte, um encontro negro que propõe, diante das circunstâncias de resistência, manter vivo os elementos da espiritualidade de cada corpo presente e suas memórias, uma identidade afro-diaspórica.

Contavam as/os nossas/os tataravós, bisavós, avós, as/os pretas e pretos velhas/os do quilombo nos “dedos de prosa”, que em diversos territórios os negros eram proibidos de cultuar suas ancestralidades. No quilombo os corpos não podiam cultuar seus orixás. Logo, buscaram estratégias de manter-se vivo por intermédio das ancestralidades presentes nas memórias, buscaram formas de sobrevivência desta religiosidade. Assim, o povo escondia-se dos senhores para cultuar seu sagrado, fazer suas oferendas, agradecer e reverenciar cada orixá.

No quilombo as pessoas se reuniam às escondidas para fazer suas oferendas no PÉ DO VELHO, local onde existia um poço de água e dois pés de árvores Gameleiras. Ali se cultuava uma devoção a todos os orixás, mas principalmente ao orixá Obaluaê, tradição desde os tempos em que o quilombo ainda era considerado uma propriedade de homem branco, a fé e o culto à Obaluaê é uma devoção antiga e contínua.

Quando o projeto de escravidão foi mitigado no quilombo deu-se origem a um terreiro de candomblé de onde originaram-se a muitos outros, em outras cidades, a exemplo do terreiro Centro de Oxóssi mensageiro da Fé, regido pelo Babalorixá Jorge Santos, em Salvador.

O sincretismo também nasce desse processo, a exemplo da posse do território pela família Novis, pessoas brancas, católicas, devotas de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do quilombo, onde se dá uma aproximação entre o catolicismo e o candomblé. Por muito tempo a devoção a Obaluaê ficou sem ser realizada, contavam as/os mais velhas/os que esta situação marcou profundamente o Quilombo. Duas epidemias, de sarampo e catapora, mataram diversas pessoas. Foram utilizados os tratamentos naturais com chás, banhos de folhas, ervas medicinais, rezas e rezas, mas nada conseguia conter as epidemias. Contava a parteira Isabel da Silva Santos, que ouvia das/os suas/seus mais velhas/os “(in)memoriam, nossa ancestralidade”, que muitas pessoas ficaram doentes, muitos corpos foram enterrados, de sete a dez caixões por dia. Mas um dia, no mês de agosto, apareceu um velho andando no Quilombo, pedindo para que as pessoas lhe dessem o que comer e beber. As pessoas reconheceram naquele velho um sinal de Obaluaê lhes trazendo cura, e então resolveram reunir-se ao pé do velho pedindo a Obaluaê, para que parassem as epidemias, para pedir cura e saúde. E nesse período a Família Novis entregou para as pessoas do Quilombo uma imagem de São Roque, Santo católico, concebido como médico curador de enfermidades.

Em devoção, reunidos ao Pé do Velho, com a imagem de São Roque, as pessoas prometeram à Obaluaê, que se as doenças desaparecessem seriam retomadas suas oferendas, e a comunidade sairia em romaria por meio da Esmola Cantada,

durante todo mês de agosto, passando de casa em casa, nos quilombos mais próximos, pedindo donativos com cânticos e rezas em devoção a Obaluaê e São Roque. Após a Esmola Cantada a comunidade faria uma missa seguida de procissão para homenagear alguns santos católicos.

Este processo de ressignificação de território e de memórias, ativa uma nova identidade religiosa ancestral entre os Orixás e os Santos católicos no Engenho Da Ponte. Tudo passa a proceder por orientações dos próprios ancestrais. Essa relação torna-se ainda mais forte a partir de 2009, quando os orixás mostraram à Ialorixá Juvany Viana da necessidade de se continuar essa tradição. Em 2019 durante a festa, foi realizado um diálogo com as/os Mestras/es dos Quilombos, para se tratar dessa tradição e das inovações epistemológicas no Território. Nessa Roda de Saberes as/os Mestras/es falaram das origens desta manifestação e como as memórias estão em constante ressignificação nessa cultura local.

Integrando a programação da festa, tivemos o “Plantio do Baobá”, bem em frente à igreja da comunidade. O plantio representou mais um momento ritualístico de conexão com as/os nossas/os Ancestrais. Foi plantado naquele solo sagrado, fé, saber, espiritualidade e memórias. Uma das principais reflexões durante o plantio, foi sobre o reconhecimento e a presença das forças espirituais daquela Terra, foi como se as raízes do Baobá pudessem alimentar, coletivamente, a força dos quilombos, trazer as memórias, fortalecer a identidade e manter o transe entre as memórias que se passaram e as que ora estão se atualizando com as/os novas/os agentes, que estavam sentindo, vivendo e produzindo esta cultura individual e coletivamente.

É nossa responsabilidade como educadores sociais, militantes, quilombolas, pessoas do axé, construir referências

para uma educação que reconheça os saberes e as potencialidades negras. Este conto é uma contribuição para os/as educandas/os. Vivemos um tempo histórico de reconhecimento das nossas potencialidades, logo, são os sujeitos pertencentes a essas culturas que são os agentes de construção e preservação das epistemologias dos terreiros, da religiosidade, das manifestações culturais identitárias.

Os contos são como sementes, e assim buscamos plantar, aproximar das/os educandas/os e, conseqüentemente, contribuir para que cada um(a) possa compreender, sentir, fazer e refletir sobre seu papel social. Este livro é como uma “semente de Baobá”, e uma vez plantada em solos do Recôncavo propiciará a realização de projetos coletivos de visibilidade dos patrimônios culturais, de respeito e inserção de nossas histórias, culturas e identidades, nos campos das Ciências, das Artes e das Tecnologias, que desde muito tempo “já sabemos de cor”.





Figura 1 e 2 - Plantio do Baobá em 09 de fevereiro de 2019, no Quilombo do Engenho da Ponte.

TERREIRO 21 ALDEIA DE MAR E TERRA: identidade, cultura, ancestralidade e baobá

Jucilene Viana Jovelino

Rosângela Viana Jovelino

O Terreiro de Umbanda 21 Aldeia de Mar e Terra está localizado na comunidade Quilombola Kaonge, zona rural no Município de Cachoeira/Bahia, e foi fundado pelo Babalorixá José Nery Viana (in memoria), aos 22 anos de idade, em 1910.

O Babalorixá José Nery Viana nasceu na Comunidade Quilombola de Acupe onde iniciou suas atividades espirituais, numa época em que o culto aos orixás era proibido. Durante uma festa para o orixá Angoró houve uma invasão policial na casa, e o Babalorixá ao pé dos atabaques, entoando um cântico, fez com que os policiais dançassem de saia na roda, durante toda à noite até às sete horas da manhã, quando finalizou a festa. Dada as perseguições e os desafios Ele pede a Xangô um barco para fazer sua morada e seu recanto espiritual, e assim poder ajudar as pessoas nas comunidades onde chegasse. Por meio de um sonho Xangô dá-lhe um milhar. Ele joga, ganha o dinheiro, compra o barco e dá o nome de Nova Aldeia. Em agradecimento Ele oferece um presente para Iemanjá e um amalá para Xangô. A festa foi iniciada no mar e continuou na casa de sua mãe com distribuição de comida. Durante a festa outros policiais chegaram com o

intuito de acabar com a mesma. Revoltado com essa situação o Babalorixá pega todos os seus mantimentos e segue para o porto, com algumas pessoas que o acompanhou. Ao chegar no porto o seu barco estava no seco pois a maré já havia vazado, mas mesmo assim ele entrou no barco, suspendeu o mastro e o barco correu no seco até pegar o nado. Ele seguiu para o Quilombo Dendê, onde permaneceu por um tempo na casa de sua prima Antonieta, conhecida como Tuninha, parteira da comunidade. Seguiu depois para o Quilombo Kalemba, onde morava o seu primo Arquimimo, que gerenciava o Engenho Kalemba. Através deste primo Ele conseguiu comprar vinte e cinco tarefas de terra que pertencia ao Quilombo Kaonge, de propriedade do dono do Engenho Kalemba.

Daí surge a Fazenda Nova Aldeia, onde José Nery Viana construiu sua residência para morar com a esposa e os filhos, fundando também o Terreiro de Umbanda Vinte e Uma Aldeia de Mar e Terra.

Homem de muitas mulheres, nas suas andanças deixa um legado de 45 filhos. Com a última mulher Maria Arcanja de Oliveira teve 10 filhos. Com o decorrer do tempo o Babalorixá adoeceu e foi se cuidar em Salvador, levando sete anos afastado do terreiro e deixando a reponsabilidade com uma das suas filhas de santo mais velha, a senhora Aurea. Mas, o mesmo não retornou, pois veio a falecer no dia 30 de maio de 1971, com oitenta e três anos de idade.

A senhora Aurea assumiu o terreiro durante alguns anos e depois o abandonou. A filha mais velha do Babalorixá com Maria Arcanja de Oliveira, a senhora Juvani Nery Viana, que com idade de sete anos saiu de perto de seus pais para estudar e retornou aos quatorze anos, passou a cuidar quando sua mãe adoeceu. Ao cuidar da sua mãe e de seus irmãos passou a receber as diretrizes

dos orixás. Após muitas lutas e demandas, aos dezanoves anos de idade, assumiu o terreiro até os dias atuais, dando continuidade ao legado deixado pelo seu pai, que construiu na natureza o templo dos orixás, sendo essa uma tradição continuada até os dias de hoje, pois a mãe natureza para o terreiro é sagrada e onde cada orixá tem o seu templo.

Como forma de reverenciar a história do Babalorixá Jose Nery Viana, nossa ancestralidade e a orientação dos orixás, nasceu a Trilha Ancestral. Não perdemos a ligação com a nossa identidade, a resgatamos e valorizamos tudo que ele nos deixou. Originalmente era uma trilha realizada numa mata virgem, no amanhecer do dia, na companhia dos caboclos e orixás, nos lombos dos animais, feita em silêncio, contemplando a natureza, que os nossos avós buscavam sua alimentação, por meio de trocas e de poucas vendas de mercadorias extraídas da comunidade para serem comercializadas em Acupe. Com a licença do mundo espiritual, com um dente de alho no bolso e rogando ao pai por proteção para subir e descer ladeira, eles chegavam em Acupe sem que a mercadoria caísse no chão. Foram tantas e tantas vezes, e na época de inverno os produtos como, manga, quiabo, azeite de dendê e tantos outros seguiam no lombo do burro, desciam ladeira abaixo e Eles voltavam para casa sem ganhar nem um tostão, como nos conta Ananias Nery Viana, Juvani Nery Viana e Valdelice Mota, que ainda estão vivos e tantas vezes passaram por isso. Saudamos Catarino Costa (in memória), um homem sábio e protetor, avô de tanta gente que esse caminho ensinou. Que Deus o tenha em bom lugar, e cada vez que adentrávamos a mata honrávamos e pedíamos licença para passar.

Um certo dia em baixo do tamarindeiro, em frente ao terreiro no Templo de Ogum do Tempo, numa roda de contação de histórias, de memórias, como de costume nas tarde livres junto

com a senhora Juvani e Valdelice, a filha de Juvani, Jucilene Viana Jovelino resolveu resgatar a memória, para por em prática o percurso realizado pelos Yaôs de Babalorixá, que residiam em Acupe e se deslocavam para o terreiro.

Foi em janeiro de 2011, com a presença de dezesseis pessoas, com os netos do Babalorixá, de Edson Reis Costa, filho de Catarino Costa e de Carlos dos Santos, da comunidade Quilombola do Dendê, que realizamos um ritual com cânticos, choros, com muita emoção, um caminho com quedas e grandes descobertas, para o resgate da Trilha Ancestral. Renasce a Trilha que agora passou a ser feita de uma maneira diferenciada, pois já não há mais a necessidade de se levar mercadorias nos lombos dos animais.

O propósito é fazer com que as pessoas conheçam o caminho trilhado por nossos mais velhos, que percebam as dificuldades, que entrem em sintonia com a sua ancestralidade, que contemplem a natureza, que observem as diversidades e por fim que valorizem a sua identidade.

A Trilha Ancestral inicia as quatro horas da manhã com o seguinte ritual:

- chamada com alvorada/queima de fogos, segunda chamada com queima de fogos;
- formação de uma roda embaixo do tamarindeiro, com um ritual ancestral de saída com oração, entrega do dente de alho e “encruzamento com a pomba de oxalá”;
- depois a Ialorixá conta um pouco da história e faz o cântico de abertura e benção, faz a queima de fogos da partida, segue a parada para pedir licença ao adentrar a mata;

- ocorre depois a hora do lanche coletivo dentro da mata, e a caminhada continua até a chegada em Acupe, onde ocorre queima de fogos e pedidos de licença para entrar na comunidade;
- chagada o ponto de apoio para tomar café da manhã, para fazer passeio de barco com direito a banho de mar;
- logo depois é servido o almoço, e começa o Samba de Roda;
- por fim, ocorre o retorno de ônibus para o quilombo Kaonge. Essa Trilha tem a duração de um dia.

Assim, como em todas as nossas vivências mantemos um elo ancestral e religioso, uma parceria de respeito e fé que nos trazem sempre fluidos positivos. E foi dentro do terreiro 21 Aldeia de Mar e Terra a mando do caboclo “Não Tem Pena” que nasceu a Companhia de Dança do Vale do Iguape, juventude ativa, grupos orientados por Juvani Viana e Ananias Viana. Ainda num sonho por liberdade criamos o Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape, que carrega no seu histórico a fundação do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, que tem um extenso currículo de luta e de resistência nas suas longas cartas de demandas e na busca constante de parcerias.

Guiados por essa Ancestralidade e pelo respeito à natureza, crescemos com o lema: “Nada acontece aqui por acaso“. Então, no dia vinte e três de setembro de dois mil e dezoito, orientados pela Índia Jaguaracira e o pelo Caboclo Sultão das Matas (que curam com raízes e folhas), recebemos e plantamos uma muda da árvore nativa africana Baobá. A muda entregue pelas mãos do professor Cláudio Orlando Costa do Nascimento foi plantada pela Ialorixá Juvany, pela Comunidade e por Ele. E

como diz o nosso lema, sobre nada acontecer por acaso, “nessa data celebrávamos a saída de obrigação no Terreiro”.

Em uma roda de diálogo em baixo do tamarindeiro formada pela Ialorixá, pelos Yaô e a Comunidade, o Professor relatou sobre a história, a origem do Baobá e seu significado ancestral para o povo negro. E assim se deu início ao ritual do plantio, com pedido de licença ao pai Xangô, o patrono do terreiro, que nos confirmou a sua presença junto com a mãe Iansã.

Pelas mãos da Ialorixá e do professor Cláudio Orlando Costa a terra recebeu o Baobá, que foi oferecido a **Índia Jaguaracira e ao caboclo Sultão das Matas**, que trabalham juntos e se fizeram presentes para receber o seu templo, pedindo a todos os Yaô para dar três voltas na árvore para equilibrar a mente e para o desenvolvimento material, o que assim aconteceu. Quando saíram da obrigação todos os Yaôs foram levados para o rito do Baobá, para dar as três voltas e assim renasceram para o mundo espiritual e para vida.

Por fim, como nos diz o proverbio africano “Nunca se esquecem as lições aprendidas na dor”, são elas que nos fortalecem, traz resistência para desejos mais profundos e anseio por um mundo melhor. Temos que ter orgulho de ser quem somos. Como dizia Nelson Mandela a grandeza da vida não consiste em não cair nunca, mas em nos levantarmos cada vez que caímos.

SOBRE AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, SOBRE NÓS!

Rosane Jovelino

A região do Território Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, no Recôncavo da Bahia, que entre o século XVI a XX se destacou no processo de colonização brasileira, como um centro de formação e exportação de capital, com base na economia e regime agro escravista, com atividade de produção e beneficiamento da cana de açúcar, exploração do fumo e comercialização de negros escravos trazidos do continente africano, se destacou como um grande complexo agro industrial repleto de vários Engenhos de Cana de Açúcar, com suas respectivas senzalas.

Nessa região da Bacia e Vale do Iguape, no Recôncavo Baiano, no Município de Cachoeira, estão instaladas 18 comunidades quilombolas: Kaonge, Kalembá, Kaimbongo Velho, Calolé, Dendê, Imbiara, Engenho da Ponte, Engenho da Praia/Tombo, Engenho da Vitória, Engenho Novo, Engenho da Cruz, Brejo da Guaiba, Mutecho Acutinga, Tabuleiro da Vitória, Santiago do Íguape e São Francisco do Paraguaçu.

Essas comunidades quilombolas estão localizadas no entorno da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape, no município de Cachoeira, no Território do Recôncavo da Bahia,

a 110 km de Salvador, capital da Bahia. As principais vias de acesso são a BR 101, a BR 324 quedá acesso a BA 880 e Via Fluvial do Rio Paraguaçu que dá acesso à Baía de Todos os Santos.

A região é cercada por uma extensa área de Mata Atlântica, que se estende ao extenso manguezal e que ainda abriga uma riqueza de fauna e flora. A mata para os quilombolas é um espaço sagrado, fonte vital, mantém uma relação de amor e respeito, assim como tudo a natureza e tudo que dela provém e dela é extraído de forma gratuita, ela é fundamental para a sobrevivência dos rios, nascestes para a vida humana na terra. Precisamos dela para proteção da água, esta fonte de vida que todos os seres vivos dependem para sobrevir.

Essas comunidades quilombolas remotam ao período da escravização, como convém são quilombos de negros fugitivos, que não queriam ser achados nem capturados. Essa mata serviu de proteção e esconderijo para os quilombolas, à época da escravidão e desse lugar extraíam o alimento e água para garantir a sua sobrevivência.

Nesse sentido a Trilha Ancestral, se constitui não só como uma oportunidade de estar em contato com a natureza, permite uma re-conexão com a ancestralidade e interação entre as culturas locais deixadas pelos negros africanos, como manifestação cultural de Samba de Roda e “Nego Fugido” de Acupe, sempre convidado a participar e demonstrar a riqueza dessa arte que retrata a perseguição captura e libertação de negros e que envolve teatro, brincadeira recheada de ritual misturada a som dos atabaques onde é possível sentir a energia que pulsa durante a apresentação. Isto é, permite aprender com essa força vital, num misto simbólico que integram os saberes e fazeres dos quilombolas. Além disso, para

os quilombolas a Trilha Ancestral é também re-significação da luta e resistência, momento de fortalecimento da sua identidade e ancestralidade negra. Ao tempo em que buscam despertar e chamar a atenção da comunidade local e da sociedade para o cuidado e respeito com as matas, com natureza.

A Trilha contempla um café e um almoço com os deliciosos e saborosos produtos naturais da região e um banho de mar, nas águas de Yemanjá, na ocasião os quilombolas e aqueles participantes, membros de matriz africana consagram saudações a Rainha do mar e aproveitam os benéficos do banho de mar, para relaxar, se divertir, se exercitar e renovar as energias e, sobretudo, agradecer pelo dom da vida, por conceder a realização da caminhada, pedindo a bênção para seguirem a jornada, e agradecer aos seus ancestrais pela força e resistência à escravidão, pelo saberes e fazeres deixados, pela coragem que tiveram, para que hoje pudéssemos seguir de cabeças erguidas.

A Trilha Ancestral é uma oportunidade de viver e reviver juntos, de troca e compartilhamento de saberes, de respirar a liberdade, de preencher-se desse santuário. Toda a preparação ocorre por meio da coletividade em articulação com o Núcleo de Turismo Rota da Liberdade. É um momento festivo, que além das manifestações culturais, envolve muita força, energia, orações, cânticos sempre conduzidos por Juvani Viana e Ananis Viana, responsáveis por transmitir os saberes para os mais jovens organizadores da trilha ancestral.

A PRESERVAÇÃO DAS MEMÓRIAS HISTÓRICA E CULTURAL COMO INSTRUMENTOS DE LUTA POLÍTICA

Leonardo Di Banda

Josélia da Hora

Em outubro de 2016, fui convidado a participar da 8ª edição da Festa da Ostra na comunidade quilombola do Kaonge, próxima de Cachoeira, no Recôncavo da Bahia. O Kaonge, junto com as comunidades quilombolas de Kalembá, de Dendê, de Engenho da Ponte, de Engenho da Praia, de Imbiara, de Kalolé, de Guaíba, de Tabuleiro da Vitória, de Engenho da Vitória, de Mutecho e Acutinga, de Engenho da Cruz e de Engenho Novo, fica localizado na Bacia e Vale do Iguape, alimentada pelo rio Paraguaçu, que, após nascer na Chapada Diamantina, percorre cerca de 600 km para desaguar na Baía de Todos os Santos.

Entre os séculos XVI e XVIII, a ligação fluvial entre os municípios de Cachoeira e de Salvador possibilitou o desenvolvimento da indústria do açúcar, através da instalação de inúmeros engenhos, com suas moendas, e da escravização de negros e de negras trazidos(as) da África, que, após a queda do comércio de cana e a abolição da escravidão, “[...] foram

abandonados, esquecidos”, como relata Ananias Viana¹³, quilombola ativista residente no território. Esse foi o marco inicial de organização coletiva, tendo, como princípio mobilizador, a solidariedade entre as pessoas.

Em 2002, as comunidades se organizam no Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape (CQBVI), com os intuitos de defender as próprias comunidades das explorações econômica e cultural externas e de promover os próprios direitos políticos, sociais e civis.

A expressão desta organização é a Carta das Demandas, documento elaborado por lideranças e por moradores das comunidades, que, a cada ano, reúnem-se para discutir as dificuldades e os avanços nas lutas pela reivindicação e pela defesa dos próprios direitos. A Carta é lida publicamente, durante a Festa da Ostra — momento de celebração e de apresentação da cultura local —, no sentido de promover a valorização do próprio patrimônio cultural, trazendo apresentações musicais e de danças, rodas de prosa, feiras de artesanato e outras produções do Quilombo, como degustação de ostras cruas, assadas, fritas ou em moqueca. Durante o evento, são apresentados os amigos e as amigas do território: Pesquisadores/as, políticos/as, ONGs, associações, além dos projetos que envolvem as comunidades.

Entre eles, foi apresentado, em 2016, o Projeto Terra de Direitos, uma parceria entre o CQBVI, o Centro de Cultura e Vale do Iguape (CECVI), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a *Cooperazione per lo Sviluppo dei Paesi Emergenti* (COSPE) (organização sem fins lucrativos da Itália), elaborado a partir da Carta de Demandas e financiado pela União

¹³ Documentário *Os quilombos do Iguape – uma história de vida, de terra e de direito*, de Lula Oliveira.

Europeia, pela Província Autônoma de Bolzano e pelo Fundo do Otto per Mille da Chiesa Valdese. Nessa oportunidade, fui convidado pela COSPE para assumir a coordenação do projeto, o que me proporcionou intensa vivência e vivo aprendizado no território por cerca de quatro anos.

A estratégia do Projeto Terra de Direitos, com os intuitos de atender e de qualificar as demandas contidas na Carta, visava ao fortalecimento e à proteção das comunidades, no sentido de fornecer instrumentos aptos à qualificação da própria luta, através de ações de formação política, direcionadas aos membros do CQBVI e ao Núcleo de Desenvolvimento do Território do Recôncavo, além dos fortalecimentos dos núcleos existentes, como o Núcleo Marias Filipas de mulheres quilombolas e o Núcleo de Mediação e Resolução de Conflitos.

Jovens formados em Monitoramento Ambiental aprenderam a ler o próprio território, através de uma outra linguagem: a do georreferenciamento, adquirindo novos instrumentos para identificar e para monitorar os conflitos presentes em suas terras. Foram promovidas ações de valorização e de mapeamento dos patrimônios histórico e cultural locais, dos terapeutas tradicionais (parteiras, rezadores/as, benzedeiros/os etc.), dos modos de “saberes e fazeres quilombolas” e das plantas de usos terapêuticos; e foi produzido o documentário *Os quilombos do Iguape – uma história de vida, de terra e de direitos*, que narra a história e os anseios da população do Iguape, a partir dos depoimentos de seus moradores. Destacamos, ainda, a construção dos materiais didáticos *Almanaque Pedagógico* e *Caderno Quilombola*, os quais foram produzidos coletivamente, envolvendo professoras e professores das escolas locais, lideranças, jovens e pesquisadores das áreas de Pedagogia, de Antropologia e de História da UFRB. Esses materiais passaram a

integrar o currículo didático do município de Cachoeira, com elementos da história e da cultura afro-brasileira, contemplando a implementação da Lei nº 10.639/2003, de inclusão de referenciais históricos africanos e culturais afro-brasileiros. Finalmente, outro conjunto de ações visava à promoção do direito à terra, através de formação sobre o processo de titulação, particularmente complexo, demorado e burocrático, e do consequente acompanhamento de uma das etapas mais complexas e onerosas: a elaboração do Relatório Antropológico.

As comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape, assim como a maioria dos quilombos do Brasil, não têm a propriedade da terra, mesmo que este direito seja garantido pela Constituição da República, conforme o art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado lhes emitir os títulos respectivos”. O caminho da titulação é um circuito bastante complexo e longo e, às vezes, perverso, além de ser constituído por muitas etapas.

Foi a partir deste direito que nasceu nossa reflexão acerca da importância da preservação da memória como instrumento de luta e de reivindicação dos próprios direitos territoriais.

A comunidade que quer dar início ao processo de titulação se autodeclara quilombola, primeiramente, e solicita seu reconhecimento, junto à Fundação Cultural Palmares (FCP), que, após análise, poderá emitir a certidão de certificação. A partir deste momento, se as terras forem públicas federais, como no caso dos territórios da Bacia e Vale do Iguape, começa o longo caminho da titulação no âmbito do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As comunidades do Iguape se encontram em diferentes etapas deste caminho, porque

os processos de organização política de algumas comunidades são mais antigos e articulados do que os de outras. Kaonge, Dendê, Kalembá, Engenho da Ponte e Engenho da Praia se formalizaram como associação e foram reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2004, enquanto outras, como Mutecho e Acutinga, criaram sua organização em 2015 e só receberam a certificação em 2020.

Em 2016, Mutecho e Acutinga ainda não tinham conseguido ser reconhecidas pela Fundação Palmares, critério para se ter assento formal no CQBVI. Mesmo assim, as lideranças destas comunidades sempre participaram de todos os encontros e as atividades promovidas pelo Projeto Terra de Direitos. Por ter uma organização política mais recente, as duas comunidades tinham que enfrentar alguns desafios, principalmente no que concerne à reivindicação coletiva do reconhecimento de comunidade quilombola. Assim, paralelamente aos estudos antropológicos desenvolvidos nas outras comunidades, promoveu-se um percurso diferente em Mutecho e Acutinga, com o intuito de reforçar o pedido que já tinha sido enviado à FCP, através do aprofundamento e do detalhamento do histórico das comunidades — peça fundamental da solicitação —, para resgatar elementos da história e da cultura guardados nas memórias dos mais velhos. Em 2017, fui convidado pela liderança de Mutecho e Acutinga, Josélia da Hora, para conhecer as ruínas dos antigos engenhos de Mutecho. Acompanhados pelo senhor Erasmo, pelo senhor Mário e sua esposa Maria e por um técnico agrícola da Humana Brasil (ONG atuante no território), adentramos no “interior da comunidade”, ouvindo os contos e as lembranças dos guias.



Figura 1 - Maria Josélia da Hora e Seu Erasmo mostram as ruínas dos antigos engenhos. Mutecho, 2017

Tendo sempre à nossa frente o Morro do Caboclo, grande montanha que domina e que protege a comunidade, percorremos novamente as estradas antigas que os moradores andavam para ir e para voltar do trabalho na usina Acutinga. Ao longo do caminho, encontramos vestígios das casas das famílias que moravam no lugar, enquanto nossos guias nos mostravam as ruínas dos antigos engenhos Caldeirão de Dentro e Caldeirão de Fora, escondidas, ambas, por uma vegetação fechada, e os antigos espaços de cultos, que se faziam presentes na memória e na referência ancestral dos mais antigos.

Em 2019, a partir do Plano de Incidência Política elaborado pelas comunidades, a resolução da situação de Mutecho e Acutinga se tornou prioritária, já que a falta da certificação da FCP implicava algumas consequências, entre elas a impossibilidade de acessar às políticas públicas estaduais e federais. Junto dos professores Cláudio Orlando Costa do Nascimento (Aboab), da UFRB, e Diego Puccio, da Universidade de Milão, e acompanhados por Josélia, fomos ouvir os guardiões dos saberes antigos de Mutecho e Acutinga, os quais, entre risos, memórias e histórias, contaram-nos sobre a comunidade e sobre suas vidas em épocas passadas. A seguir, alguns extratos destes relatos:

Seu Jaime Costa, um dos mais antigos moradores da comunidade, de 99 anos, ao falar da própria história lembrou das casas feitas de palha, barro e varas, mesmo antes das casas feitas com bambu. O solo da casa era de chão batido. Todos contribuíam na construção, que era comunitária. Ele afirmou ser neto de africanos que foram escravizados e contou do período que seu pai Candido Henrique trabalhava na usina Acutinga. As pessoas se alimentavam de xangós, peixes pequenos pescados no Rio Paraguaçu, e os excessos de bananas e farinhas eram vendidos na cidade de Acupe, no distrito municipal de Santo Amaro, para onde se deslocavam por caminhos de mato denso. Ainda criavam boi, galinhas e porcos. Antigamente, quando ocorriam alguns eventos especiais, se comprava o tecido e se mandava costurar as rupas na cidade de Cachoeira. Dos muitos festejos da época foi destacado o São João, o Natal, a Páscoa e “Pasquela” (o dia sucessivo à Páscoa).

Seu Erasmo Costa, 82 anos, nascido em 4 de fevereiro de 1938, reconhecido como curandeiro pela própria comunidade, nos contou que realizou quase duzentas

curas de picadas de cobras, porém, após a chegada da medicina, passou a cuidar somente dos seus familiares, já que as pessoas perderam o interesse nas ervas. Quando criança, foi inscrito pela mãe na escola, mas aos 8 anos o avô o obrigou a trabalhar com ele, pegando cana de açúcar e levando-a para a usina Acutinga. Ele trabalhava sem poder parar, nem assoviar, durante todo o dia, e no final do dia lavava os braços e “faxinava” os dentes para ficar em casa estudando. Seu Erasmo conhece o território e onde ficam as ruínas do Engenho Caldeirão, apesar de não ter visto funcionando. Contou que, no meio do mato, havia ruínas da represa e do induto de água, bem como vestígios de antigas moradias. Até a década de 1950, as manifestações religiosas ligadas ao candomblé eram realizadas por meio das obrigações. As pessoas realizavam as funções e preparavam a festa das obrigações. Seu Erasmo ia buscar os músicos em Acupe e Salvador, que chegavam de saveiro até o Cais do Muruim. Eles traziam os instrumentos para tocar. Lembra também de um Terreiro da Fazenda Sapucaia onde celebravam rituais de vários dias seguidos, especialmente, em dezembro. Essa casa tinha um quarto onde eram assentadas as entidades, as “sobreselências”, como ele as chamou. A tia de seu Erasmo, Maria das Neves, cuidava da casa, das funções e somente ela tinha acesso ao quarto para cuidar das quartinhas e acender as velas.

Maria João do Carmo, de 85 anos, não nasceu no quilombo, mas na cidade próxima de Feira de Santana. Chegou na comunidade com 8 anos de idade e desde jovem, logo após a morte do pai, teve que trabalhar. Ela teve 17 filhos, metade dos quais falecidos. Quando era jovem gostava de samba e cantava muito, mas depois entrou para uma igreja evangélica, segundo ela para diminuir os sofrimentos da vida, por isso hoje não

samba mais. Antigamente organizava-se a romaria para o milagre de São José numa nascente, no meio do mato, de onde jorrava muita água. A mãe Maria do Carmo de Jesus era muito devota e fazia caruru, além das romarias cantada para os encantados.



Figura 2- Jaime Costa, Erasmo Costa, Josélia da Hora com o filho Maecel, Maria João do Carmo. Acutinga, 2019.

Assim, as histórias contadas, ricas em detalhes, permitiram reconstruir, mesmo que parcialmente, a história da comunidade, fundamentando sua origem quilombola. As informações mapeadas foram sistematizadas num relatório, que, após aval do CQBVI, foi apresentado à Fundação Cultural Palmares. O requerimento foi analisado e a Certidão de

Certificação de Autodefinição foi liberada em 02 de janeiro de 2020, através da qual a FCP certificou que “A comunidade Mutecho e Acutinga [...] se autodefine como remanescente de quilombo”.

Ao receber a notícia, os moradores da comunidade de Mutecho e Acutinga pediram que o certificado fosse entregue à comunidade no dia do aniversário de Seu Erasmo, confirmando o grande respeito por um dos mais importantes lutadores do coletivo. Em fevereiro de 2020, fomos convidados a entregar o documento na presença das amigas e dos amigos e dos moradores das demais comunidades; uma vitória no meio de tantas lutas, sabendo que muitas ainda estão por vir.

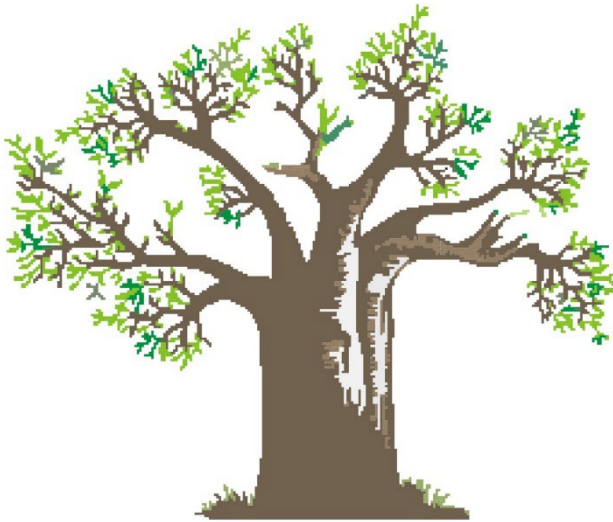


Figura 3 - Entrega do certificado: Prof. Claudio Orlando Costa, Leonardo Di Blanda, Erasmo Costa, Joselia da Hora, Ananias Viana, Edmundo Amaro. Mutecho, 2020.

Da importância da preservação da memória, essa vivência nos transmitiu a relevância do respeito aos anciãos e as suas histórias, o valor dos saberes e dos fazeres antigos e o mérito da reverência das crianças e dos jovens aos mais velhos, escutando e respeitando suas decisões e seus aconselhamentos, baseados nas experiências de vida que tiveram. Numa sociedade capitalista, em que a importância das pessoas é proporcional ao quanto elas produzem, os idosos não encontram mais espaços e respeito. Numa época, em que os avanços da tecnologia, da ciência e da imposição de novos modelos culturais corrompem os laços com o passado, principalmente entre os mais jovens, tornam-se urgentes a preservação da memória e a valorização e o respeito da cultura oral dos mais antigos.

O direito à terra e a sua importância para os crescimentos econômico e social das comunidades passa por estes processos de valorização e de preservação das memórias, como conteúdo dos currículos escolares e das práticas de ensinamentos básico e superior. Nessa perspectiva, os registros das trajetórias históricas e culturais das comunidades — das pessoas antigas ou novas —, tornam-se saberes, conhecimentos referenciais e instrumentos de luta política, de comprovação e de defesa de direitos civis e de territórios.

PARTE VI



ESCREVIVÊNCIAS MATRICIAIS DO SAGRADO AFRICANO E DOS PLANTIOS DE BAOBÁS

**A ÁRVORE DO ESQUECIMENTO, A
MANGUEIRA ESPADA E O BAOBÁ, RAÍZES
QUE TRAVESSAM MEMÓRIAS**

Paulo Henrique da Cruz (Tat'etu Ria Mukixi Mutalange)

Monilson dos Santos Pinto (Monilson Mony Tolonan)

O Recôncavo da Bahia é um lugar marcado pelo genocídio dos povos originários e pela escravização de pessoas negras africanas no período do Brasil colonial. Um lugar pulsante de conflitos e de corpos marcados pelas estratégias de alianças dos diferentes povos, pelas relações de poder, por memórias traumáticas que transitam entre lembranças e esquecimentos, pela constante reorganização social e recriação identitária do território. A historiografia afirma que no século XIX, teria se intensificado, no território, a chegada forçada de pessoas africanas oriundas do golfo do Benin, do Togo e da Nigéria, que se juntaram à população negra da África Central (com tronco linguístico Banto), escravizadas desde o século XVII, nas terras colonizadas pelos portugueses. Foi da cidade litorânea de Uidá, no Benim, terras de cultos aos Voduns, que veio uma história curiosa, captadas pelas câmeras do documentário Atlântico

Negro14 que atravessa os saberes, o corpo e a memória do povo do recôncavo. Diz um cidadão beninense:

Neste lugar se encontrava a árvore do esquecimento. Os escravos homens deviam dar nove voltas em torno dela. As mulheres, sete. Depois disso supunha-se que os escravos [e escravas] perdiam a memória e esqueciam seu passado, suas origens e sua identidade cultural, para se tornarem seres sem nenhuma vontade de reagir ou de se rebelar. Que aberração! Que contradição! Na história humana alguém já viu um nagô esquecer suas origens e sua identidade cultural, se ela está tão marcada em seu rosto e tão incrustada em seu coração?

A intenção dos colonizadores portugueses era que os africanos perdessem sua relação com o território, com sua memória, cultura, religiosidade, família e identidade. Mas, diz a história oral, mal sabiam os colonizadores da relação destes povos com a árvore sagrada. Ainda no documentário Karl Emanuel, historiador do Benin, reforça aspectos da resistência na história:

Mas ele não esquecia nada, porque quando chegava lá recriava suas divindades, mas na metafísica daqui o esquecimento devia segui-lo, pois se não esquecesse ele poderia amaldiçoar o país. Ora, o rei não queria jamais que os escravos o amaldiçoassem. Cerimônias eram feitas para terminar com as maldições. Saindo da boca de alguém que morre ou de alguém que parte para sempre essas maldições eram temíveis, segundo nossa ideologia religiosa. E então rezavam pelos escravos na praia para que eles fizessem uma boa viagem.

14 Documentário *Atlântico Negro. Na roda dos Orixás*. Produzido em 1998 com apoio do Itaú Cultural e Videografia, direção de Renato Barbieri. Consultado em: <https://www.youtube.com/watch?v=V1OqdhQItrI> Acesso em 12/01/2021.

Esses itãs (mito/causos) africanos ecoam nas falas das comunidades do recôncavo, principalmente, com os chamados povo de santo. Diz o saber oral afro-brasileiro, que sob a sombra dos Baobás, pessoas muito sábias, reconhecidos como griôs e bibliotecas vivas, transmitiam saberes e práticas por séculos, de geração em geração, e sob essas árvores, Nkisis, Orixás e Voduns foram cultuados, tornando a árvore para o esquecimento num símbolo de resistência contra o genocídio da cultura do povo africano. Para a tradição do candomblé, as árvores são entidades sagradas e algumas delas são reconhecidas como deuses, a exemplo da Loko/ Iroco / Gameleira.

No mês de julho de 2017 a Associação Cultura Nego Fugido realizou uma série de debates chamado de Ciclos de Revoluções Populares, durante as aparições do grupo nas ruas de Acupe, com o apoio da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia –UFRB, a fim de discutir sobre a necessidade de criar uma rede solidária de apoio ao fortalecimento e salvaguarda dos saberes e práticas tradicionais das comunidades do recôncavo. O evento tematizou sobre a revolução indígena na Bolívia, os cem (100) anos da revolução Russa, Mahatma Ghandi e a revolução decolonial, as guerras decoloniais na África e educação popular, possibilitando a troca de saberes no intuito de visibilizar e fortalecer as lutas antirracistas contra o genocídio da população negra da Bahia. A ideia era que o manifesto acontece sob a sombra de uma Mangueira Espada, enraizada há década nas terras de um antigo terreiro de candomblé, onde atualmente está instalado o Centro Educacional Municipal de Acupe- CEMAC, principal escola de educação formal da comunidade. A realização do Ciclo de Revoluções Populares dentro de uma escola pública da comunidade, haja vista o processo de colonização do território, configurou-se como elemento simbólico e metafórico na abordagem sobre os conflitos entre os

saberes escritos, organizados pela cultura hegemônica de conhecimento, e os saberes tradicionais, organizados pela cultura oral de Acupe.

Esses conflitos epistêmicos são o cartão de visita de Acupe, estão estampados na entrada da comunidade. Do lado direito, avista-se o terreiro de candomblé Enzo Tumbalê Junçara, local de culto e práticas às tradições do candomblé de Nação Angola. Do outro lado, separado pela avenida principal da comunidade, encontra-se o CEMAC, ensimesmada na forma de educação dos colonizadores e que por décadas fechou as portas para os saberes africanos, mas que mantém, a contragosto, um pé de mangueira espada que, segundo os moradores, guardam nas ruas raízes os fundamentos do antigo terreiro de candomblé e resiste ao genocídio da memória da cultura africana no território.

No debate sobre educação popular durante o manifesto no CEMAC, discorreremos sobre assuntos abordados na dissertação *Nego Fugido*, o teatro das aparições acerca do processo de ensino/aprendizagem de Acupe, durante as primeiras décadas do período pós-abolição, era decorrente de uma “educação informal”¹⁵ ligada às atividades cotidianas, como a pesca, a mariscagem e a agricultura familiar, além das atividades de “lazer”, como o “brincar” a cultura popular. Os traumas da escravidão e todo seu legado, ainda vivos e próximos, permeavam os saberes da comunidade, constituindo seu universo simbólico.

15 Para Afonso (1992), a educação informal acontece nos espaços de possibilidades do decurso da vida do indivíduo, num processo espontâneo e natural, ainda que seja carregada de valores e representações, como é o caso da educação familiar e das práticas do saber tradicional, como o exemplo em Acupe. Nesse contexto, a educação informal se distingue da educação não-formal que “aborda o processo educativo que ocorre fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade [...]” (GOHN, 1999, p. 7).

O saber pautado em uma cultura oral se articulava a um pensar não verbal, prático que conduzia a comunidade acupense a uma consciência corporal, coletiva e individual, na formação de sua identidade afro-diaspórica. Atualmente, a formação intelectual do acupense transita entre a “educação informal”, baseada nas práticas sociais e culturais acima citadas, e a “educação formal”, centrada exclusivamente na textualidade, nos modelos de ensino praticados nas escolas públicas e particulares. Também tem importância nessa formação a cultura de massa imposta pelas mídias televisivas. (PINTO, 2014). Nesse estudo os pensamentos da escritora brasileira Ecléa Bosi são apropriados para refletir sobre os conflitos e confrontos dos valores sociais e culturais no Brasil. Para a escritora “essa experiência raramente acontece fora dos polos de submissão e domínio. A cultura dominada perde os meios materiais de expressar sua originalidade.” (BOSI, 1987, p. 16). Bosi defende a ideia de que o enraizamento do capitalismo nas sociedades, provoca o desenraizamento das culturas, consumindo e desagregando valores conquistados pela práxis coletiva: “Os valores antigos, religiosos, artísticos, morais, lúdicos que o capitalismo encontra são consumidos até o osso [...] e transformado em mercadoria [...]” (BOSI, 1987, p. 16).

Defendemos que o saber oral, materializados nos fazeres da cultura afro-brasileira, é o elemento principal na retomada de consciência dos valores pautados em pensamentos afro-brasileiros. As lembranças em reminiscências sobre as revoltas e traumas relacionados à escravidão, se atualizam e articulam-se a questões políticas e de violência social de várias ordens, vividas pela comunidade acupense. Disse o beninense no documentário se referindo ao rito do esquecimento: “na história humana alguém já viu um nagô esquecer suas origens e sua identidade cultural, se ela está tão marcada em seu rosto e tão incrustada em

seu coração?”. Seus questionamentos são os questionamentos do povo negro quilombola e periférico das disporás, porque estão interligados por fios de memórias e forças ancestrais. O legado do passado compõe o paradoxo de experiências não vividas que nos emocionam, nos atravessam ao serem acionadas no presente por meio da manifestação das divindades africanas (PINTO, 2014). A nosso ver, é preciso descolonizar as escolas públicas em território afro-indígenas no Brasil e isso passa pela valorização e aplicação dos saberes ancestrais em espaço de educação formal.

A recriação dessas divindades no Brasil, como aponta o historiador beninense também no documentário, configurou-se como o elemento de reconstituição dos saberes e memória africana, força impulsionadora da reorganização social das terras assoreadas dos quilombos do recôncavo, território manchados pelo sangue dos povos originários e dos negros escravizados, mas, dessas mesmas terras, continuam brotando das antigas raízes, homens e mulheres dispostas a lutar contra o genocídio das práticas e saberes herdados pelos ancestrais africanos.

TaTa Talamonako, um broto de raízes banto

O Tata Talamonako, líder sacerdotal da associação religiosa Enzo Tumbalê Junçara, é uma dessas bibliotecas vivas nascido em terras assoreadas do Acupe.



Figura 1 - Tata Talamonako sob o jovem Baobá plantado defronte ao Tumbalê Juncara, em Acupe. (Foto: Monilson Mony, 2020)

Talamonako nasceu acupense em 2 de outubro de 1938, com o nome Manoel Clemildo da Cruz, filho de Luiz da Cruz (in memorian) e da sra. Anacleta dos Santos. De família grande e pobre foi preciso ajudar seus pais a criar nove irmãos mais novos. Seu pai e avós viviam da lavoura, do plantio da mandioca, quiabo, banana, aipim, milho, feijão, abobora, dentre tantas culturas da agricultura familiar que a terra acupense oferecia naquela época. Sua mãe se aventurava na maré, era marisqueira, mas, também, catava gravatá, lenhas, nicurí, caju, mangas e castanhas para sustentar a família. Vida difícil, mas superada pela força da coletividade dos familiares e comunidade. Os alimentos

adquiridos com muito esforço, na maioria das vezes, eram trocados por outros produtos e iguarias, e caso fosse necessário, as trocas envolviam roupas e calçados.

Aos 13 ou 14 anos Manoel se mudou para Salvador para trabalhar como empregado doméstico e enfrentar as dificuldades da vida na grande metrópole baiana.

Em Salvador, ainda nos primeiros anos de sua chegada, Manoel conheceu o terreiro Tumba Junçara, que ficava na Vila Colombina, nº30, Engenho Velho de Brotas, terreiro de Nação Angola liderado pela sacerdotisa Maria José de Jesus – Mam’etu Deré Lubidi (in memorian). O convívio com Mam’etu Deré Lubidi foi o portal de sua aproximação com a tradição de candomblé, que passou a acompanhar as atividades religiosas, se tornando membro da família Tumba Junçara.

Os ensinamentos do candomblé foram o alicerce para o jovem Manoel enfrentar as perdas e as conquistas que estariam por vir. Os anos se passaram em idas e vindas entre Acupe e Salvador, até que Nzambi colocou em seus caminhos Maria da Purificação Santos da Cruz (in memorian), apelidada carinhosamente por ele de Nununga, com quem formaria uma grande família. Mas também houve perdas e momentos tristes nessa trajetória. A morte do seu pai biológico aumentou sua responsabilidade no apoio à sua mãe, para sustentar seus irmãos mais novos e a nova família que formara. Segundo Manoel, o contato com o candomblé e as conversas com a Mam’etu despertou-lhe lembranças de que seu pai frequentava o terreiro do senhor Benedito. A cada ano que passava se estreitava sua relação com o candomblé, alguns fatos curiosos tornaram-se recorrentes na sua vida. Durante 30 anos consecutivos, especificamente no mês de maio, se agravava um problema de saúde de forma inexplicável. Inicialmente Manoel resistiu em

buscar a cura no culto do candomblé, para evitar uma possível iniciação. No entanto, em maio de 1977 os problemas se agravaram e Manoel finalmente cumpriu o rito iniciático para solucionar o problema de saúde. Ele renasceu Talamonako, iniciado para o Nkisi Nkosi Mavambo, tendo como sua Mam'etu ria Nkisi a senhora Maria José de Jesus – Mam'etu Deré Lubidi e seu tat'etu n'dengue o senhor Etelvino Bispo da Conceição, que tinha a dejina Doji e sua Mam'etu ndengue a senhora Elza Maria de Santana, dejina Sudemi.

Durante anos Talamonako se manteve fiel a proteção da sacerdotisa, que cuidou dele como um filho que saíra de seu ventre, cobrindo-lhe de cuidados, conselhos e ensinamentos. Para o Tata, falar da Mam'etu Deré Lubidi é reviver momentos de muitos sofrimentos e conquistas, pois ela apontou os caminhos que ele deveria trilhar, principalmente na sua vida espiritual e profissional, abertos pelas armas de Nkosi. Em relato emocionante sobre sua vida profissional, ele conta que a Mam'etu o incentivou a procurar o senhor Anze Klaiiv (de origem alemã) na empresa de telecomunicações conhecida na época por Telebahia, com sua central no bairro Cabula, em Salvador. Dessa indicação em diante, sua vida financeira melhorou significativamente e Talamonako pode retirar sua família das palafitas, iniciando uma nova vida.

Após alguns anos de iniciação, Talamonako recebeu os direitos sacerdotais como Tat'etu Kinungaria Nkisi pelas mãos de sua sacerdotisa, mas decidiu manter seus nkisi no Tumba Junçara e prometeu que enquanto ela estivesse viva, Nkosi não sairia do Tumba Junçara, embora Deré Lubidi lhe incentivasse a construir a casa de tat'etu Nkosi Mavambo, alegando velhice e determinadas limitações físicas.

Com o falecimento da Mam'etu no dia 30 de outubro de

1988, após a conclusão dos ritos fúnebres e seus devidos preceitos, foram trazidos para Acupe os nkisi Njila, Nkosi, Nzazi, Lembá, Ndandalunda e Kayala. O Tata passou a receber seus direitos, ngunzo e Asé, juntamente com seu irmão de santo e amigo José Edivaldo dos Santos (in memorian) – Tat’etu ria Mukixi Keanvulo, e fundou Enzo Tumbalê Junçara, no dia 05 de maio de 1990, data que coincide com seu aniversário de iniciação, tornando-se a data magna de sua família do Asé. Uma data comemorada com festejos religiosos e atividades socioeducativas para comunidade de Acupe.

Com café da manhã, distribuição de cestas básicas e palestras com temáticas sobre saúde e educação.

Na liderança sacerdotal do Tumbalê Junçara, aos 82 anos de idade, conquistados em outubro de 2020, a vida de Manoel Cletino da Cruz tem se pautado na fé e na dedicação aos Inquices. Suas lutas e conquistas são inspiração para toda população afrodescendente que defende a valorização e respeito a cultura do candomblé. Além disso, as atividades religiosas e culturais realizadas pelo Tumbalê Junçara é um giro anti-horário em torno das árvores do esquecimento para reverter o genocídio da memória sobre os ancestrais africanos.

Para as comunidades de candomblé, o Baobá ou Embondeiro está ligado a conexão entre os mundos, é um lugar de morada de um grande saber ancestral. No evento realizado Pelo Nego Fugido e professores da UFRB, citado acima, o Tumbalê Junçara foi presenteado com uma muda de Baobá, como reconhecimento do seu trabalho em defesa da tradição do candomblé de Nação Angola. Presente aceito, a árvore foi plantada na comunidade, entre Tumbalê Junçara e a antiga Mangueira Espada, com seus devidos ritos candomblecistas, comandados por Paulo Henrique da Cruz – Tat’etu ria Mukixi

Mutalange, Rosilene da Cruz – Makota Ngemakulê – filhos biológicos de Talamonako e sua neta Cristina da Cruz – Makota Mesu Luango.

Plantar o Boabá em plena praça pública de Acupe, tanto para o Tumbalê Junçara quanto para nossa comunidade quilombola, é a reafirmação de uma identidade enraizada do outro lado do atlântico. Seguimos reconstruindo a África por onde passarmos, plantando sementes de saberes e práticas afro-brasileiras em terras ainda assoreadas pelo sistema escravista.

Referências

AFONSO, A. J. Sociedade da educação não-escolar: Reatualizar um objeto ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES, A. J. **A sociedade na escola-professores, educação e desenvolvimento**. Porto: Biblioteca das Ciências do Homem, ed. Afrontamento, 1992.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOSI, Ecléa. Cultura e enraizamento. In: BOSI, Alfredo (Org.). **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

PINTO, Monilson d. Santos. Nego Fugido: O Teatro das Aparições. **Dissertação** (mestrado em Artes Cênicas). São Paulo: UNESP, 2014.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, quilombos. **Modos e Significados**. Brasília: UnB, 2015

23

NA TERRA QUE TUDO DÁ, DÁ BAOBÁ.

José Raimundo Lima Chaves (Pai Pote)

Nesse primeiro momento apresento quem sou e de que lugar eu falo, ou melhor, eu escrevo essa escrivência:

Sou Babolorixá do Ilê Axé Oju Onire, em Santo Amaro, Bahia; Presidente da Associação Beneficente Ilê Axé Oju Onire e da Associação Bembé do Mercado; Integrante do Conselho de Cultura de Santo Amaro; Graduado em História. Especialista em Gestão Cultural (UFRB); Atuo nos estudos relacionados à gestão/produção cultural e as suas práticas nas religiões de matriz africana no Recôncavo da Bahia.

O ato de plantar é sinônimo de aquecimento para a terra. Escolher o que plantar é uma das fases, que diz ao/a agricultor/a o que será semeado e o que se espera na colheita.

A ancestralidade do Ilê Axé Oju Onire acolheu em 2015, o plantio de um Baobá - por essas terras que tudo dá no Recôncavo da Bahia, em Santo Amaro da Purificação - que fora ofertado por Claudio Orlando Costa, Rita Dias e por meu filho abiã Murillo de Logunede.

A escolha do plantio seguiu preceitos ancestrais. Para nós, povo de santo, plantar implica em fortificar as energias ancestrais para que tenhamos forças de sobrevivência ao enfrentarmos os

desafios da vida transcendental, a exemplo do período de superação das mazelas da escravização. Plantamos continuamente o axé, seja ao levantarmos a bandeira branca do Orixá Ñila, ao plantarmos o pé de iroko, (que em nossa casa foi realizado por Ebomy Cidalia de Iroko do Terreiro Axé Iyá Massê), seja ao plantarmos os fundamentos que sustentam a casa, ao plantarmos a harmonia que há no axé que habita em nós. O plantio e o vínculo com a natureza são nossos alicerces, e plantar aqui na terra é uma dádiva espiritual.



Como filho de Ogum Mej Meje, nas terras do Ogum Onire, obedecemos ao seu chamado e aceitamos plantar e cuidar do Baobá aqui no Terreiro. Realizamos todos os rituais direcionados à ancestralidade, evocamos o poder sagrado africano e afrodescendente que habita nessa espécie de planta e ecoamos cânticos de agradecimento por sermos escolhidos para cultuá-lo em nossa Egbé (casa).

Essa planta chegou em nossa casa em um momento especial, uma vez que havia passado um ano do falecimento da Yalorixa Maria Humbelina Santos Pinho (Mãe Belinha de Ogum), matriarca do Terreiro Ilê Axé Omin J. Jarrum, terreiro centenário conhecido como “Viva Deus de Santo Amaro”, onde fora realizado a feitura e as obrigações religiosas do Babalorixa José Raimundo Lima Chaves, responsável por esta casa.

O plantio do Baobá foi um acontecimento importante para nossa comunidade, pelo seu valor histórico, ancestral referentes aos saberes e fazeres dos povos africanos em relação à natureza, também foi um ato de ação afirmativa concernente à política de relações étnico-raciais no Brasil, no Recôncavo da Bahia e em Santo Amaro. Semeamos aqui uma força ancestral. Alimentamos o Baobá por meio de ritos sagrados, e ele nos presenteia inspirando poesias, itãs, músicas e arte. Circulamos em sua volta e aprendemos com ele a tecer redes embrionárias e pulsantes com os nossos pares e com os diferentes. Ouvimos o som de suas folhas balançarem, suas raízes servem-nos de dínamo no axé, os seus galhos possibilitam o contentamento, a harmonia e a alegria em nossa família.



Esperamos que os frutos de nosso Baobá sejam simbolizados no fortalecimento dos laços de origem do povo negro e de matriz africana do Recôncavo com a África, e sirvam-nos de âncora para as lembranças e reconciliações com a ancestralidade africana.



Agradeço a participação de todos os filhos dessa casa, dos abiãs, yawos, egbomes aos mais velhos, por confiarem e assumirem a responsabilidade conjunta de plantar, cuidar e preservar a memória dessa tradição e de, conjuntamente, proteger o legado histórico e cultural que representa nosso Baobá. Agradeço ainda, especialmente, em nome de todos os outros filhos, ao nosso Babakekere da Casa, Gerivaldo Caldas; a nossa Yamorô, Manuela Pereira; a nossa Ya Egbe Obá T' Onã, Miriam Oliveira; o nosso Egbon Ybô Ayó, Edson Silva de Araujo Junior. Além desses, cabe uma declaração de afeto a nossa Egbon Nice Espíndola, egbome da Casa Branca e Yaladakere do Ilê Oju Onire, e a Ajoie do Ilê Axé Opô Afonja, Ana Cristina Purificação, Yá Onirere do Ilê Axé Oju Onire.

24

PRÁTICAS MÁGICO-RELIGIOSAS PARA EXISTIR:

o plantio do baobá em Bom Jesus dos Pobres

Babálorisá Agenor de Santana

Ekedji Vanessa Orewá

“Ewé pèrègún latòní ó, pèrègún latòní ó,
àkábá awó ẹ̀lẹ̀gé, pèrègún latò ní ó”

“A folha de peregum tem sido o cadeado contra
nossas enfermidades, peregum tem sido o
cadeado contra nossas enfermidades”.

Não tem há como pensar o culto aos Orixás sem pensar no meio ambiente. É através das ervas que estabelecemos o primeiro contato com as energias dos orixás. Ao chegar na egbé - comunidade do terreiro, também chamado de roça - buscamos nos conectar com o sagrado, com os banhos de ervas aromáticas antes de saudarmos nossos orixás, e também os mais velhos e os mais novos. Quando compreendemos a importância da energia que as

ervas possuem, entendemos que as folhas e as ervas são representações vivas do Orixá Ossain, como guardião do segredo das ervas de todos os Orixás. Nas folhas encontramos energias para acalmar, acelerar, adormecer ou até mesmo neutralizar outras energias e assim por diante... Sendo assim as ervas têm características dos Orixás.

As religiões de matrizes africanas possuem uma relação estreita com o meio ambiente, possibilitando uma compreensão destes espaços, e dessa forma, podemos observar que, nas práticas litúrgicas dos terreiros existe, explicitamente, uma consciência ambiental. Toda essa configuração de sentidos, agenciam sentidos para/pela preservação de espaços verdes, tão importante para as práticas ritualísticas na rotina das comunidades dos terreiros. É importante salientar a importância das religiões que têm em sua cosmovisão a preservação ambiental, uma vez que vivemos uma crise ecológica e as discussões em torno da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável tomaram sentidos notórios nestas últimas décadas. Fazendo uma observação cuidadosa, podemos identificar, no culto aos Orixás, que a Natureza tem uma significativa importância para a manutenção dos rituais e das práticas do cotidiano como, por exemplo, nos banhos de ervas ou na utilização para fins medicinais. Os Orixás são representações da Natureza, neles estão a essência e força dos elementos da Natureza. Nesse sentido, Religião e Natureza estão intrinsecamente ligados, o que nos permite analisar a importância das folhas e seus significados nos rituais e cerimônias do Candomblé.

As folhas têm grande importância nos rituais ou mesmo no cotidiano de um Ilê Axé, sua utilização pode tanto ser para uso litúrgico como medicinal. Vê-se então, a necessidade de preservação do Meio Ambiente, pois este é de importância

fundamental para a manutenção da Religião. Há também leituras de autores que se engajaram na pesquisa sobre o Candomblé como se vê em José Flavio de Pessoa Barros, no livro *Ewe Orisa*, que nos traz uma catalogação das principais ervas que vieram do continente africano e as que sofreram ressignificações no Brasil.

Também é comum a utilização das plantas, tanto na liturgia das casas de santo, como em seus conteúdos ligados à preservação da saúde. Macerar as ervas é o mesmo que manusear o sangue vegetal, e até o sacrifício animal para acontecer depende de algumas ervas. Perpetuar o conhecimento sobre ervas é além de compreender como a natureza se manifesta, perpetua também o culto à memória ancestral. Essa relação e representação estão postas no Baobá, uma árvore que conecta humanidade e sagrado, reverencia memórias, os ancestrais de cura e suas estratégias de sobrevivência.

No dia 24 de novembro de 2019, a nossa casa recebeu Cláudio Orlando Costa para uma roda de saberes com o tema “saúde, memória e ancestralidade” e, posteriormente, realizamos o plantio de uma Baobá. A roda de saberes foi dividida entre Cláudio (pesquisador da UFRB), o Babalorixá Agenor de Santana (sumo sacerdote da casa) e a Egbomi (irmã mais velha) Walquíria Rebouças, para uma explanação referente à temática. Foram partilhados saberes do cotidiano de cada um(a) estabelecendo um diálogo com as práticas culturais aprendidas no Terreiro e todo um arcabouço ancestral que direciona as habilidades profissionais no cotidiano de cada um(a).

Em seguida, caminhamos em cortejo para o ritual do plantio do Baobá, ofertada pelo professor Cláudio. Chegando no local, conhecido como Tamarineiro, e logo começamos os processos ritualísticos, com orikís e os elementos necessários para a plantação, os quais fazem parte do eró (segredo em yorubá) de

preparo para o plantio. O Babalorixá discorreu palavras de positividade e prosperidade e ressaltou sobre a simbologia da “plantação da memória”, a grande simbologia do Baobá. Todo este ato litúrgico, nos confere conhecimento sobre práticas de (re)existência neste mundo contemporâneo, sobretudo, para nós que vivemos num mundo onde o Estado com a sua “necropolítica” (MBEMBE, 2012), decide quem vive e quem morre.

A memória é nosso portal para continuarmos existindo e salvaguardando o legado ancestral africano nestas terras. Nestes tempos de crise civilizatória, o plantio do Baobá confere sentido em nossas vidas, nas dimensões éticas e políticas de ser e estar. Aqui é sobre poder ser quem se é!

Referências

BARROS, José Flávio Pessoa de. **Ewé: o uso das plantas na sociedade yorubá**. Companhia das Letras, 1999.

MBEMBE, Achille, **Necropolítica**. Una revisión crítica, In: Chávez, Elena (Curador académico), *Estética y violencia: necropolítica, militarización y vidas lloradas*. México, MUAC, pp. 130-139. 2012.

OLIVEIRA, Altair. **Cantando para os orixás**. Pallas, 2009.

25

UM BAOBÁ VINDO DE ÁFRICA

Mãe Nilza D'Oxum

Maria Goretti

Mãe Nilza D'Oxum disse alto e de bom tom: meu sonho é plantar aqui no Terreiro, um Baobá vindo de África. Tenho fé em Deus e no Santo que um dia vou plantar!

Fiquei por horas pensando porque ela queria tanto um Baobá e ainda vindo de África! Seu terreiro de Candomblé, um dos primeiros da cidade de Santo Antônio de Jesus - Ba, é cercado por uma linda mata natural, tem árvores plantadas e muitas delas são ervas consagradas aos Orixás e utilizadas nos rituais de sua fé, dela e minha, pois me tornei sua filha de Santo. E me perguntava: a Mãe de Santo já não tinha as folhas de que precisava no Terreiro?

A Mãe de Santo, uma mulher negra, muito sábia, sendo filha de Oxum, está sempre muito arrumada, bonita e elegante. Tem uma doçura que se eterniza em seu olhar perdido quando nos conta suas memórias. Histórias de uma vida muito bem vivida. Mas, também, esse mesmo olhar, às vezes, revela a firmeza de suas palavras e quem a conhece sabe que é daquelas que quando bota uma coisa na cabeça não há quem tire. Teimosa por demais,

também é muito paciente. Um tanto misteriosa, às vezes, mas a teimosia é sua marca. Não tem pressa pra nada. Essa com certeza é sua outra marca: não ter pressa.

Quando tinha alguma festa no Terreiro, reunião, saída de Santo, em qualquer ritual tudo era feito com muito zelo e sem pressa. Desde que me entendo como filha de Santo, há pelo menos 9 anos, nunca vi nada começar na hora marcada. Começava sempre atrasado, mas começava e era um sucesso. Tudo muito lindo e tudo bem feito. Minha Mãe tem muito zelo, carinho e amor pelos Orixás.

Uma das festas mais lindas que já vi na minha vida foi a saída de Santo. A nossa própria saída nunca é possível apreciar, totalmente, somente as saídas das outras pessoas. Um dia estávamos preparando uma daquelas saídas de Santo. Num terreiro de Candomblé é assim: todas as pessoas trabalham e tem gente pra tudo: cozinhar, lavar, ornamentar, arrumar, tocar, cuidar de Santo, receber Santo e por aí vai. Eu ajudo na cozinha e recebo Santo. Mas como eu estava dizendo, era uma saída de Santo, as pessoas já estavam começando a chegar e a Mãe de Santo, lá embaixo de uma árvore, sentadinha numa cadeira com uma bacia nas pernas fazendo um preparado. Eu agoniada com a situação, fui até ela e disse:

- Banda Gira, Mãe!

Ela respondeu:

- Giraê, minha filha.

Continuei: Mãe, está quase na hora da festa, as pessoas já estão chegando e a senhora, ainda vai se arrumar, já está terminando?

Ela me olhou com aquele olhar, que a gente não sabe ao certo se é de indignação por eu ser só uma abiã querendo apressar a Mãe de Santo, ou de compreensão, justamente por eu ser só uma abiã. E respondeu-me com a maior tranquilidade do mundo, e de forma muito carinhosa:

- Já, sim, minha filha, já estou terminando. E eu fui toda feliz informar aos meus irmãos que a mãe de santo já estava terminando. Eles se entreolharam, disfarçadamente, como quem diz: aí está uma desavisada. Mas mesmo assim, fomos todos nos organizar para o Xirê, eu era a última da fila. Ficamos ali esperando a Mãe de Santo e ela chegou mais ou menos uma hora depois. Estava linda, parecia uma rainha com seu adjá em punho, comandando seus filhos e enchendo o Ilê de Axé. Essa é ela. Faz tudo do seu jeito e dentre tantas coisas que me ensinou, destaco duas: o tempo num terreiro de candomblé é o tempo do Orixá, por isso não se deve ter pressa; e o tempo da mãe de santo é só o dela botar alguma coisa na cabeça. De um jeito ou de outro, sempre consegue o que quer.

A Coisa na Cabeça e a Fé no Coração

Anos se passaram desde aquela revelação do sonho de minha mãe, de plantar um Baobá vindo de África. Tornei-me Iawô e, sempre, muito questionadora e observadora de tudo o que acontecia, ou pelo menos, quase tudo, fazia muitas perguntas, respondidas carinhosamente por minha mãe, sempre, que possível. Aprendi que o CANDOMBLÉ tem sua magia na força da essência das folhas, raízes e sementes das ervas sagradas, que concentram a energia etérea em torno do médium, envolvendo-o nessa corrente de força espiritual em que ocorre a incorporação,

ou seja, a ligação Òrun/Àiyé. Minha mãe sempre dizia: KOSI EWÊ KOSI ORIXÁ (Sem folha não há Orixá).

Comecei a compreender que mesmo com toda a riqueza natural que havia no terreiro, faltava a árvore sagrada que representa a majestade do reino de Ossain: O Baobá. Ele viria incorporar à vida do terreiro um sentimento de pertencimento às tradições, de resistência, de respeito à memória dos nossos ancestrais. A fé de minha mãe em Deus e no Santo, como ela costuma dizer, é algo inabalável. Seu sentimento de fé e de pertença ao Candomblé é tão forte e transparente, que contagia a todos. Fui contagiada, também, pelo seu sonho, tamanha era a sua força. Passei a sentir que precisávamos de um Baobá vindo da África! Mas como? Eu não tinha a menor ideia. Não tinha a menor possibilidade de eu viajar até à África atrás de um Baobá. Bem que a causa valia o sacrifício, mas era falta de grana, mesmo, e ainda tinha as filhas pequenas, o trabalho e tudo o mais. Ela, já sendo uma jovem idosa (não vou poder falar a idade dela, sabe como são as mulheres, ainda mais se é uma Mãe de Santo com mais de 40 anos de feita), responsável pelo Terreiro Ilê Axé Yepandá Odé, com muitos filhos de Santo para cuidar, seus filhos e netos de sangue. Simplesmente, ela também não tinha a menor possibilidade, pelo menos não naquela época, de ir atrás do Baobá.

Mas a fé, essa que a gente sente no fundo do coração, ela se fortalece a cada dia. A fé do Povo de Santo é algo fantástico, representa confiança, respeito, (re)existência. Então, passei a ter fé no coração de que um dia o nosso terreiro iria ter um Baobá vindo da África. Ter fé não me dizia, exatamente, como íamos conseguir um Baobá vindo da África, mas nós tínhamos certeza de que um dia plantaríamos um Baobá, e que ele viria do Continente Africano.

Um Encontro Com o Passado no Presente

Muito tempo havia se passado desde aquela revelação de minha Mãe. Pelo menos uns cinco anos, quando recebi um convite de um querido amigo para participar da cerimônia de plantio de um Baobá. Então pensei como ele recebeu esse Baobá vindo da África?

Nesse dia do plantio fizemos um círculo ao redor do local onde o Baobá seria plantado e meu amigo Cláudio Orlando Costa (Gbinkore – aquele que colhe o que planta!) e outras pessoas também falaram sobre a importância histórica e cultural do plantio do Baobá. E consegui sentir a energia daquele momento, uma mistura de força e fé, uma alegria que não sabia de onde vinha, exatamente, e uma emoção que tomou todo o meu ser. Ao final da cerimônia, abracei Gbinkore e agradei por me proporcionar um momento tão ímpar e lhe fiz um pedido:

- Você consegue um Baobá desses para o meu Terreiro?

E ele, com um olhar carinhoso me respondeu: sim, o terreiro é seu chão! Eu tenho algumas mudas que um Tatá trouxe da África e me deu para cuidar e doar para territórios de matrizes africanas. Eu não conseguia acreditar! As sementes que se tornaram mudas vieram da África! Não podem imaginar a minha emoção. Cheguei até a me arrepiar. Na mesma hora, agradei a Deus e ao Santo por aquele presente divino, que representava a conexão com o passado de resistência do povo negro, do povo de Santo. Mais do que isso, a memória ancestral se faria presente no nosso terreiro e o sonho de minha mãe seria realizado.

Falei com a Mãe de Santo, que ficou muito feliz. Marcamos a data da cerimônia no Terreiro, no dia 27 de setembro de 2018. Eu fiquei encarregada de encontrar o meu amigo para juntos irmos ao terreiro levar a muda para o plantio. Fizemos uma

viagem muito boa, fomos conversando sobre a importância para o nosso terreiro de receber um Baobá. Após, aproximadamente, uma hora de viagem, chegamos no Ilê. Apresentei meu amigo a minha Mãe de Santo, novamente. Ela já o conhecia, mas por vezes ela esquecia. Minha Mãe é esquecida, essa é a terceira marca dela. Esquece quase tudo, mas nunca vi minha mãe esquecer as coisas do Candomblé. Mas apresentei e perguntei: - Lembra dele, mãe? e ela respondeu: claro que sim, minha filha! e olhando para ele disse... como vai meu filho? E seguiram caminhando e conversando.

Fui correndo tomar meu banho de folha, me vestir como uma Iawô e pedir a benção à Mãe de Santo, às demais autoridades da casa e aos irmãos e irmãs presentes. Quando tudo já estava pronto, minha mãe iniciou o ritual. De repente, comecei a sentir a presença e a força do Orixá, naquele momento tão especial, e o Santo me pegou.

Vocês não têm ideia da energia que é um Orixá. Só quem recebe um é capaz de dimensionar. Como diz a minha mãe, um verdadeiro encontro entre matéria e espírito, entre o Òrun e o Àiyé. Quando voltei em mim, vi o Baobá já plantado. Perguntei à mãe, como tinha sido a Cerimônia e ela me respondeu:

- Foi lindo, minha filha! Xangô veio entregar na casa de Oxum um Baobá vindo de África.

O baobá foi plantado no terreiro dentro da reverência dos fundamentos de Ossain, com a participação dos filhos da casa e, também, de Gbinkore, filho de Xangô Airá do Ilê Axé Opô Afonjá, terreiro dos mais antigos da Bahia. Ele foi batizado de BABÁ BAOBÁ LUAGUNSUN. Todos os Orixás da casa vieram participar da cerimônia e reverenciaram a árvore sagrada.

Lágrimas vieram aos olhos, tamanha era sua emoção, e continuou falando:

- Serei eternamente grata a Gbinkore pela realização de um sonho antigo, mas que hoje se fez presente. Como disse antes, a fé que vai no coração é força da natureza, permitindo a realização de sonhos, os milagres da vida. Oyá Matamba que roda no meu Mutuê (cabeça) trazida em terra pela Oxum de minha mãe, soprou os ventos que levaram o Baobá até o terreiro onde ela foi assentada. Hoje, graças a Deus e ao Santo, temos a representação das tradições ancestrais. Plantamos no Terreiro Ilê Axé Yepandá Odé, àquela que é considerada a árvore da vida, a árvore da memória, a mais majestosa árvore do reino de Ossain: UM BAOBÁ VINDO DE ÁFRICA!

26

O BAOBÁ TRADUZ O LIGAÇÃO DO IXI OU DIULO, A TERRA COM O CÉU, O HUMANO NA TERRA COM O SAGRADO NO DIULO.

Solange Borges

Integrados nessa memória/história: Kithi e Mário Borges

Embondeiro, imbondeiro ou baobá – uma árvore que é chamada de forma diferente em Angola, Moçambique, Senegal (onde é o símbolo nacional), Madagáscar, ou mesmo no Brasil, que suas sementes foram trazidas pelos escravizados.

Nos lugares em que os baobás foram plantados marcaram a paisagem e inspiraram lendas. Uma dessas histórias conta que se um morto for sepultado dentro de um embondeiro, a sua alma viverá enquanto a planta existir.

O humano e o sagrado estão ligados pela árvore da vida, a primeira que deu origem a Kitempu, o Nkissi que tudo sabe e indica todas as direções, sabe o que aconteceu, o que vai acontecer, ou seja, sabe o antes, o agora, bem como o futuro. Foi no Bembé do Mercado, candomblé de rua que acontece em Santo Amaro da Purificação, que eu Solange Bortes tive a grata satisfação de conhecer Kithi, que me fez a seguinte pergunta: “Posso te fotografar? Você tem o sorriso mais lindo da festa”. O Bembé do Mercado foi a porta, que trouxe o momento seguinte que o Nkisi fez o plantio da árvore sagrada. Pois Kithi me

apresentou um zelador de Baobás que havia plantado mudas nos Terreiros e Comunidades Quilombolas no Recôncavo, e nos presenteio com uma baobazinha.

Eu realizo um projeto chamado Culinária de Terreiro, e então convidei Kithi para conhecer essa experiência, que tem o objetivo de desmistificar a ideia que muitas pessoas têm sobre Terreiros de Candomblé. Busco mostrar que o Terreiro é um lugar de paz e que as comidas de terreiro fazem parte da nossa mesa, da nossa cultura alimentar.

A vivência no terreiro passa a ser uma oportunidade para se conhecer o cotidiano da casa, se fazer perguntas, se tirar dúvidas, revelando assim aspectos da cultura de nossa religião de matriz africana.

O evento que reúne gente em torno do aprendizado das comidas feitas no Terreiro, se amplia por meio de uma energia de paz, alegria e amor, por meio de vivências, do trabalho sagrado, de forma que a comunidade possa ver toda a beleza contida naquele espaço, cuidadosamente zelado pela família. Assim, mostramos as tradições afro-brasileira no dia-a-dia, uma decorrência da liturgia, uma forma de viver que esteve e ainda está presente nos modos de vida das pessoas da zona rural, independente, inclusive, de opções religiosas, pois o ancestral não se define por meio da religião, e sim pelo respeito e reverência ao inexplicável.

Contando sobre nossas experiências com os baobás, num primeiro momento relato que em 2018 recebi uma muda de Seu Raimundo Viana Bandeira. Eu ainda não conhecia o manejo e plantamos em uma área que alagou, e então a planta não conseguiu se desenvolver plenamente. Depois passou um tempo quando veio o momento de plantarmos a Árvore da Vida. Ter

plantado o Baobá no nosso espaço foi a certeza de um acontecimento, de um fundamento que vai permanecer por várias gerações. A espécie e o ato do plantio fortaleceram o sentimento de África em mim, e no outro da comunidade. Um sentido posto pela filosofia africana denominada “Ubuntu”, que significa: “eu sou porque que nós somos”.

Esse outro Baobá veio por meio do professor Cláudio Orlando Costa, zelador de Baobás, e a realização do plantio da árvore veio por indicação do Nkisi Kitempu, que já havia planejado tudo que era pra ser feito, assim como deu o caminho para a chegada dessa outra muda. Kitempu completa o tempo, Hongoro dá as cores do arco íris mostrando a direção para a nova muda, Nzila dá o caminho, Mutalambo atira no alvo e provém a fatura. Pede-se licença ao rei Kafunje para manipularmos a terra, pede-se licença a Hongoro, Lembá e também à mameto Kisimbe pede-se licença para usar a água para regar a árvore. Nvuji traz toda a alegria, reverencia-se Lembá que é o Senhor da criação e da paz, e aqui nesse rito tudo acontece com a permissão dele, que traz a certeza de que todas as forças da natureza, os Tatetos e Mametos, os Jinkisi, estariam presentes. Esse acontecimento representou o novo ciclo do nosso Projeto Culinária de Terreiro.

Tudo certo, marcamos a data do plantio. Para tocar veio o Samba Chula Filhos de Oyò, com Mestre Plínio e Jane, a Mestra Sambadeira do mesmo grupo.

Durante os momentos dos plantios, vários povos atuam na parte da terra destinada as atividades produtivas, onde se dá a transformação do que é plantado em alimento, numa variedade enorme de produtos proporcionados pelo Nkisi. Os alimentos são dendê, aimpim, mandioca, hortaliças.. e os produtos que derivam destes. Vale ressaltar que esses produtos saudáveis servem para subsistência da comunidade e o excedente é vendido em feiras,

como forma de sustentação. Assim vivemos a fartura, beneficiados pelo que temos permissão para cultivar.

Os conhecimentos e ritos espirituais propiciam uma grande celebração entre aldeias, com as presenças de: Ialorixá, mestres, mestras, filhos de santo, adeptos, da nação Angola, Ketu, Umbanda. Assim estávamos no Sítio da Lagoa no dia 01 de setembro de 2019, data do Plantio da Baobazinha filha da árvore matricial plantada em Itapema-Santo Amaro, e como de costume fizemos muitas iguarias deliciosas. Iniciamos os rituais desde as nove horas e finalizamos com o almoço, com aipim, bolos, cuscuz, frutas diversas, pães, feijão, arroz, saladas e aquela galinha de quintal, que tem um sabor especial por ter sido criada solta.

As conversas desse dia giraram em torno da Árvore Sagrada. Contamos para Cláudio Costa, nossos sonhos e a forma que a espiritualidade conduziu o movimento, com aquela paciência dos Pretos Velhos. E Ele nos contou que "os mais velhos diziam que os colonizadores forçavam os escravizados a darem voltas em torno do Baobá para esquecerem as suas histórias, culturas e religião. Então agora após o plantio aqui daremos voltas no sentido contrário para relembrarmos das nossas histórias, acordarmos nossas memórias ancestrais". Assim fizemos o plantio e o rito, com uma roda de conversa e com músicas. Então a terra foi sendo preparada, o buraco foi sendo cavado por todos os presentes. No lugar preparado para o plantio do Baobá foi entoado o pedido à terra, e a todos os elementos da natureza, incluindo os caboclos, os espíritos de luz. E como o Baobá é a ligação do **Diulo** e a **Ixi** pedimos que todos os envolvidos florescessem, tivessem paz, saúde, prosperidade e equilíbrio.

Tempo dá tempo tira!

Mokuiu Kolofé Saravá Motumbá

Sakidila Baobá!

Ngunzo, nguzo! Obrigado Baobá! Força, força!

PLANTAÇÃO DE ARVORE SAGRADA NO TERREIRO ILÊ AXÉ OMORODÉ LONI OMORODÉ OLUAYÉ

Gilson da Cruz

Dayane Ribeiro Santos

Pedimos agô à ancestralidade da terra. O Baobá enraíza e orienta a Comunidade!

No dia 1º de julho de 2022, a planta sagrada Baobá escolheu o terreiro Ilê Axé Omorodé Loni Omorodé Oluayé como morada. A comunidade do terreiro acolheu este acontecimento com imensa felicidade. Localizado no bairro do Derba em Santo Amaro/Bahia, em meio ao mangueza e ao massapé este Ilê e todo o seu egbe pode viver e compartilhar mais uma sacralidade.

A grande árvore mãe ancestral foi plantada no centro da convivência do nosso terreiro. Essa encruzilhada sagrada junta as reuniões dos seus membros, as passagens cotidianas e a contemplação dos nossos ritos consagrados. Fica entre o barracão, área onde louvamos os orixás, e a aldeia do caboclo, assim foi escolhido o local para receber a grande entidade da casa.

O ato começou pedindo licença para os orixás e logo em seguida foram realizados os procedimentos de praxe pelo Babalorixá Gilson e os Egbomes da casa. Os cânticos foram

entoados por toda a comunidade presente. Ossain estava entre nós, mas não só ele, os órixas, voduns, nkisi e os encantados estavam presentes. Em todo o processo tivemos a plena certeza que “Orixá é vivo e a natureza é viva”, e isto foi sentindo por todos presentes, mesmo aqueles que não passam pelo processo de incorporação.



O Baobá para além da sua importância ancestral e material em que consagra o nosso egbe com a sua força simbólica, nos compõem de elementos essenciais impactando na fé, no pertencimento, permanência, cura e no saber. Essa árvore não nos faz esquecer!

Nesta base fundamos os melhores sentimentos, respeito e aprendizados. A árvore nos seguirá em histórias, ritos, cura,

formações em muitas gerações. A sua presença é adubo em nossas vidas.

“Sem folha não tem sonho
Sem folha não tem vida
Sem folha não tem nada”



Seminário “2 de julho: Episteme dos Caboclos”

No mesmo dia do ato de plantação do Baobá ocorreu o seminário “2 de julho: Episteme dos Caboclos”. O seminário foi uma iniciativa do Babalorixá Gilson da Cruz e do Omo orixá

Maciej Rozalski (UFRB), no qual consistiu em difundir os saberes e a importância dos Caboclos na construção histórica, territorial e ontológica no Brasil, trazendo assim a devida importância aos povos originários em diálogo com a diáspora africana.

A plantação do Baobá iniciou esse dia, seguido da segunda edição do seminário “Episteme dos caboclos”, com a participação de artistas, intelectuais e a comunidade do terreiro. Nada se constrói por acaso, o caboclo como entidade dialógica nos possibilitou este nexo entre as folhas, os originários da terra e os orixás. Assim partilhamos vivências, observamos o corpo em suas manifestações, dançamos e celebramos a nossa existência e a existência daqueles que nos guiam e nos mantêm.

O professor Claudio Orlando Costa (UFRB), palestrante do dia, respondeu o seu chamado ancestral da cosmologia e geografia sagrada trazendo a muda da árvore matricial até o Terreiro. Esse presente foi recebido por toda comunidade, recebido com muita alegria e assim se deu toda a partilha vivenciada com a grandiosa potência do Baobá, enraizando a eternidade na presença dos mais novos e também dos mais velhos do Terreiro.

Só temos a agradecer por todo axé compartilhado nas raízes rizomáticas daquela árvore que nos traz o fruto filosófico e ético da vida!



Programação do encontro dia 1 de julho 2022:

13.00 Ato de plantio de Baobá ancestral

14.00 Abertura do seminário sobre saberes ancestrais (participação: Ialorixá Gilson da Cruz, Inah Irenam Oliveira da Silva UFBA , Professor Claudio CECULT UFRB, Dayane Ribeiro UNILAB)

15.30 Apresentação do teaser de documentário “Caboclo boca da mata” (Direção Maciej Rozalski CECULT UFRB)

16.30 Apresentação de grupo de samba de roda do terreiro Ilê Axé Omorodé Loni Omorodé Oluayé

28

BAOBÁ, ÁRVORE DE RESISTÊNCIA NO ILÊ AXÉ OPÔ AFONJÁ

Ana Verônica Bispo Santos

(Mãe Ana de Xangô".Yalorixá do Ilê Axé Opô Afonjá.)

Ana Cristina Silva da Purificação

.(Ajoie Ana Santo Amaro)

O Ilê Axé Opô Afonjá (Casa de Força Sustentada por Afonjá) é um terreiro de candomblé fundado em 1910, por Eugênia Ana dos Santos. Está localizado na Rua Direta de São Gonçalo do Retiro, 557, no bairro do Cabula, em Salvador, na Bahia, Brasil. O seu tombamento ocorreu em 28 de julho de 2000, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O terreiro ocupa uma área de cerca de 39.000 metros quadrados. A organização espacial do Axé Opô Afonjá, por força da topografia do terreno, contempla as edificações de uso religioso e habitacional do terreiro, ocupando cerca de 1/3 do total do terreno, em sua parte mais alta e plana, sendo o restante ocupado pela área de vegetação densa, que constitui, nos dias de hoje o único espaço verde das redondezas. Este templo

religioso de 112 anos, é governado pelo orixá Xangô, sendo matriarcal, com a seguinte linha sucessória: Mãe Aninha - 1909-1938; Mãe Bada de Oxalá - 1939-1941; Mãe Senhora - 1942-1967; Mãe Ondina de Oxalá - 1968-1975; Mãe Stella de Oxóssi - 1976-2018 e desde 2019 Mãe Ana de Xangô, iniciada na religião do Candomblé por Mãe Stella de Oxóssi em 24/08/1988, ainda adolescente e recebeu o nome religioso de “*Obá Gerê*”.

Com expectativa de realizar um plantio de Baobá, desde 2021, o Egbé Afonjá iniciou as tratativas necessárias, que se deram entre Mãe Ana de Xangô, Yalorixá do Terreiro, e o filho da casa de Xangô Ayrá (Gbinkore), o Professor Claudio Orlando Costa, zelador da Baobá Matricial, plantada em Itapema-Santo Amaro.

Num dia de quarta-feira (06/07/2022, às 10:40h), logo após o Amalá de Xangô, e com as bênçãos do Orixá, o Egbé Afonjá participou da cerimônia do plantio. Mãe Ana de Xangô fez a abertura oficial, e logo em seguida o Professor Cláudio Orlando Costa (UFRB) fez uma explanação sobre a importância da árvore Baobá. Em seguida o Egbé se dirigiu ao local do plantio da árvore, tendo como participante do plantio juntamente a Mãe Ana de Xangô, a Yaô de Xangô Tayla, uma criança de nove anos, que também falou sobre o significado da árvore para o terreiro.



Durante o plantio do Baobá, o Egbé Afonjá entoou cantigas para Ossain, orixá que tem a sua história ligada às matas e florestas, bastante próximo do reino das plantas, sendo um orixá, que geralmente se apresenta pelas tonalidades verdes. Um dos itans mais conhecidos sobre Ossain, é contado por Mestre Didi no Livro Contos Nagô, e relata o seguinte:

Ossain já possuía conhecimento de algumas plantas e de suas propriedades, pois já as estudava com afinco, um certo dia ao passar na região de Àgbàsaláààrin ayé lònun (é uma rocha que está no meio do percurso entre o Céu e a Terra) ele encontrou o Orixá Orunmila que descia do céu carregando inúmeras folhas:

Ossain, aonde vai? – interrogou Orunmilá. Irei buscar folhas para fazer alguns remédios para alguns doentes na Terra. – respondeu Ossain. Vendo a dedicação do Orixá aos seres humanos, Orunmilá que descia com todas as espécies de folhas para nomeá-las o convidou para que ele pudesse ter conhecimento delas no momento de sua nomeação, e foi assim que Ossain aprendeu o nome das plantas e de seus segredos. Os dois Orixás desceram com as folhas para a Terra e as espalharam pelo planeta.

O segredo das folhas está contido no Axé de Ossain. Xangô, que é um Orixá de temperamento forte e guerreiro, queria tomar posse do poder de conhecimento das folhas de Ossain e para tal propósito teve uma ideia. Ao observar o passos de Ossain ele notou que em determinados dias, ele pendurava a sua cabaça que continha todas as plantas em um galho de Irocô. Então, ele solicitou o auxílio de sua esposa Yansã para que ela enviasse uma forte tempestade quando isso acontecesse, o objetivo era espalhar as folhas para que eles pudessem recolhê-las e desvendar os seus segredos.

Yansã então enviou uma tempestade muito forte que arrancou grandes árvores pelas raízes e espalhou as folhas que estavam na cabaça para todo lado. Os Orixás saíram correndo para pegá-las, cada um tornou-se conhecedor de algumas folhas, mas Ossain continuou a ser o único a ter o domínio de todas, pois elas já faziam parte de seu Axé e só ele era o rei absoluto para invocar seus poderes.

No candomblé, os vegetais são importantes elos simbólicos de conexão com o divino, sendo seu uso atribuído de forma específica ao culto dos Orixás. Nesse sentido, as plantas desempenham um papel preponderante no cotidiano ritualístico dos terreiros de candomblé. No que se refere aos itans do

candomblé, existem diversas lendas africanas sobre a origem dos baobás, mas duas são mais conhecidas.

“Dizem que, no momento da criação, Deus presenteou todos os animais com a semente de uma árvore. O babuíno, um macaco conhecido por sua preguiça, recebeu as sementes de baobá e, ao invés de plantá-las, simplesmente as jogou na terra. As sementes teriam brotado de ponta-cabeça, deixando as raízes da árvore à mostra e sua copa enterrada. Algumas tribos africanas atribuem a aparência da árvore a esta incrível lenda”. A segunda lenda, afirma que “a árvore reinava sobre toda a África, mas o baobá era tão soberbo que os deuses se enfureceram e os colocaram de cabeça para baixo como castigo. A lenda diz, ainda, que aqueles que comerem seus frutos serão amaldiçoados com a morte pela boca de um leão”.

No Ilê Axé Opô Afonjá, no culto aos orixás, temos algumas árvores de suma importância para veneração aos deuses africanos. O Orixá Apaoká é conhecido no Brasil como a jaqueira, considerada como a mãe do Orixá Oxóssi, e é por excelência a morada das grandes mães ancestrais, que tem em seus frutos o poder de transformar o homem bruto em nobre, valioso e iluminado.

A árvore do Acocô, originária da África, foi trazida pelos negros africanos, sendo de grande importância ao culto, e consagrada aos Orixás Ossain, Xangô, Ogun, Oya e Odé. Também são árvores conhecidas a do orixá Iroko e o dendezeiro (igi òpè), que é fundamental ao culto, suas sementes foram trazidas pelos escravos representando o simbolismo e propriedade que possuíam em sua terra natal.

O Baobá, plantado no Ilê Axé Opô Afonjá, assim como os do continente africano, são considerados "árvore mãe", por

possuir elementos para a sobrevivência humana, tanto no que se refere a produção de alimentos, quanto de medicamentos.

O plantio do Baobá, em julho de 2022, em um terreiro que completou 112 anos de existência, cumpre na concepção de mundo Yorùbá e do Candomblé, um papel fundamental no processo de manutenção da vida e do equilíbrio da coletividade.

29

OUTRO REGISTRO DO PLANTIO DO BAOBÁ NO ILÊ AXÉ OPÔ AFONJÁ.

Thiago Garcez

Conhece a tua história e conhecerás a tua força.

O Ilê Axé Opô Afonjá, que significa “Casa cuja Força é sustentada por Xangô Afonjá” é uma das Casas de Axé (terreiro de candomblé) mais tradicionais de culto afro no Brasil, foi fundada em 1910 pela Iyalorixá Eugenia Anna dos Santos, conhecida como Mãe Aninha – “Obá Biyi”, que adquiriu uma fazenda em São Gonçalo do Retiro, no bairro do Cabula, no município de Salvador, Bahia, local onde o terreiro funciona até os dias atuais. Nesse período, o local era pouco urbanizado, longe do centro da cidade e pouco habitado.

Em 1936, nasce a Sociedade Cruz Santa do Axé Opô Afonjá, com o objetivo de manter o trabalho do Axé e representá-lo civilmente, pois, apesar das perseguições que as religiões afro-brasileiras sofriam era necessário se organizar civilmente a fim de conquistar alguns direitos necessários à sobrevivência e preservação do culto.

Após a morte de Mãe Aninha, em 1938, o Terreiro foi liderado por mais quatro Iyalorixás: Maria da Purificação Lopes, conhecida como Mãe Bada – “Olufan Deiyi”, que assumiu temporariamente os destinos do Axé; Mãe Senhora – “Oxum

Miywá”, em seguida por Mãe Ondina Pimentel – “Iwin Tonan” e, desde 1976, esteve sob a direção da Senhora Maria Stella de Azevedo Santos, conhecida por Mãe Stella de Oxóssi – “Odé Kayodê”, que faleceu em 2018, deixando um legado de quarenta e dois anos de história, memória e saudade e, ficou conhecida por uma frase que terminou virando livro de sua própria autoria “Meu tempo é agora!”, um trabalho inédito na literatura afro-brasileira, onde Mãe Stella de Oxóssi detalha minuciosamente toda a dinâmica de um dos mais belos e longos rituais do Ilê Axé Opô Afonjá, sua Casa de Axé.

O conteúdo histórico da obra retrata a organização do ritual praticado pela ancestralidade afrodescendente. A ancestral de Oxóssi de forma didática conduz o leitor para uma compreensão de como as relações se estabelecem dentro do Candomblé e todo o conteúdo revela experiências vivenciadas por ela durante seu reinado à frente do Opô Afonjá.

Em 2019, a senhora Ana Verônica Bispo Santos, mais conhecida como Mãe Ana de Xangô, foi escolhida através do jogo de búzios presidido pelo Babalorixá e iniciado no Afonjá, o senhor Balbino Daniel de Paula, Obarayin, conhecido como “Pai Balbino de Xangô Aganju. O jogo sucessório que tornou Mãe Ana a sexta Iyalorixá a ocupar o trono de regência do Ilê Axé Opô Afonjá, culminou com a materialização de uma cerimônia cívico-religiosa na própria Casa de Axé, no dia dezesseis de junho de dois mil e vinte e dois, dia da festa em homenagem ao Orixá Oxóssi, mesmo orixá de Mãe Stella, sua Iyalorixá e antecessora.

O Afonjá tem como matriz o Ilê Axé Iyá Nassô Oká, popularmente conhecido por “Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho”. O terreiro ocupa uma área de cerca de 39.000 metros quadrados. As edificações de uso religioso e habitacional do terreiro ocupam cerca de 1/3 do total do terreno, em sua parte

mais alta e plana, sendo o restante ocupado pela área de vegetação densa que constitui, nos dias de hoje, o único espaço verde das redondezas.

O Ilê Axé Opô Afonjá destaca-se por abrigar a Escola Eugênia Anna dos Santos, municipalizada em 1998, onde é ensinado o Iorubá e História da África (em conformidade com a Lei 10.639/2003); o Museu Ilê Ohum Ilailai “Casa das Coisas Antigas”, fundado em 1981; e a Biblioteca, fundada em 1996. Portanto, além do ambiente religioso em si, mantém outros espaços de formação, preservação e difusão da memória daquela comunidade e da história dos africanos no Brasil.

O ciclo de Xangô no Ilê Axé Opô Afonjá e o plantio do Baobá

A primeira quarta-feira do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois ficará marcada para a família do Ilê Axé Opô Afonjá, pois naquele dia seis de julho, um dia após os “Seis dias de Xangô”, foi plantado o Baobá no espaço sagrado da Casa. Sob a regência de Mãe Ana de Xangô, que escolheu a Iaô (iniciada), mais nova do Axé, a criança Tayla Pimentel, que também é do Orixá Xangô, para fazer o plantio.

O Baobá, árvore ancestral que representa longevidade, foi ofertado pelo professor e meu filho pequeno Claudio Orlando Costa, idealizador do projeto de plantio dessa árvore sagrada em vários espaços sagrados, fundamentalmente, no Recôncavo, onde Ele é zelador do Baobá Matricial, em Itapema-Santo Amaro.

É uma emoção vivenciar esse projeto, essa missão que revela a implicação que decorre do nome de iniciação de Claudio Orlando, pois ao assentar o orixá Xangô, no Opô Afonjá, ele recebeu o nome de “Gbinkore”, que significa “aquele que colhe o que planta!”. Observo que com o passar do tempo essa

responsabilidade tem aumentado e ele tem espalhado diversas mudas dessa árvore sagrada e ancestral como forma de renascimento da sua fé.

Pedindo agô (licença) ao Orixá Ossain, que é senhor da natureza e de tudo que dela descende, registro que fui escolhido pela Iyalorixá para ser orador da cerimônia de plantio do Baobá, da árvore da vida, por representar a ancestralidade, a origem e a resistência. Durante o evento, foram cantadas músicas em homenagem aos orixás que possuem relação com a árvore Baobá.

A escolha e representatividade de uma criança para ser a responsável por um ato tão simbólico para os filhos e filhas do Opô Afonjá, demonstrou sabedoria e sensibilidade de nossa Iyalorixá. Por meio do ritual ficou demonstrado o reconhecimento da nova geração que no futuro terá grande importância para a história da Casa.

Xangô é vivo! Salve Xangô Afonjá! Salve o Baobá! Salve a Ancestralidade!

UM RITUAL PARA O PLANTIO DO BAOBÁ

Yalorixá Daniele De Oya

Esdras De Lúcia

No dia trinta e um de julho de dois mil e vinte e dois, no Ilê Axé Opô Obá Awooloyá, em Mata de São João-Bahia, sob responsabilidade da Yalorixá Daniele De Oya, foi realizada a cerimônia do plantio da árvore sagrada Baobá, em conjunto com a pré-inauguração do restaurante, buffet e cerimonial afro MAMA OUNJE, uma iniciativa da Yalorixá para o resgate e a valorização da cultura afrodiáspórica. Nesse dia estavam presentes: Mãe Ditinha de Yemanjá, Iyakekere do Ilê Axé Opô Afonjá e avó carnal de Iyá Daniele de Oya, que fez as honras e sacramentou a cerimônia ao jogar os Obis, que de forma surpreendente trouxe somente respaldo positivo. Também estavam presentes seus filhos João Alexandre de Odé e Valentina de Oxum ambos iniciados.

Mãe Ditinha com oitenta e dois anos de iniciada no candomblé demonstrou a importância da nossa ancestralidade, por meio de um rito de muito cuidado no plantio da árvore sagrada Baobá. Desde o início, quando ocorreu a fala de sua neta a Iyalorixá, ficou destacada a tamanha responsabilidade do acontecimento. Então Mãe Ditinha muito emocionada falou: “sou sortuda por plantar esta árvore onde fui iniciada (no Afonjá), e

ainda plantá-la junto com você minha neta na qual é a minha sequência ancestral”.

Com a presença do professor Cláudio Orlando, filho de Mãe Stela de Oxóssi, que tem o nome yorubá Gbinkore “aquele que colhe o que planta”, que nos presenteou com a muda do Baobá, demos continuidade ao ritual junto a Comunidade e convidados, como Esdras De Lúcia vindo de São Paulo, Sandra Maria da Alma Crioula, David Almeida da Constelação Zulu, Késsia Makeda também da Constelação Zulu. Destaco também as presenças do Ogan e Ojé Jader e sua companheira Yalorixá Soraia de Ogum, do Ogan e Ojé Alexandre(Awonişé), do Ogan Adailton e de Eliene de Oxum, além dos demais filhos da casa e de pessoas que cotidianamente estão presentes nas atividades do Ilê Axé Opo Obá Awooloyá.

No decorrer da cerimônia Yansã, a orixá patrona da casa, se fez presente juntamente com Ogum. Oyá manifestada através da Yalorixá Daniele, abençoou o ritual do plantio, abençoou Mãe Ditinha, Gbinkore e os demais presentes, e depois mandou chamar Esdras para comparecer na sua casa, onde lhe foi entregue suas armas sinalizando a suspensão do mesmo para o cargo de Ogan do Ilê. Esse acontecimento raro foi recebido com muito carinho e admiração por todos os presentes.

Ao final foi servido um Ajeum de muito bom gosto feito por Daniele De Oya, que deixou todos os presentes com vontade de conhecer o seu restaurante MAMA OUNJE, em vias de ser inaugurado.

**ESCREVIVÊNCIAS A PARTIR DA SOBERANIA
DE UM REI:**

**da chegada ao plantio do Baobá no Parque Pedra
de Xangô**

Maria Alice Silva

Hélen Diogo

Mestre Jegue

Roberto Olugbenirá Rodrigues

Era um dia de domingo ensolarado, o dia da Floresta, das matas, e o Parque Pedra de Xangô amanheceu em festa. As árvores e plantas amanheceram sorrindo, dando gargalhadas, como sempre iluminando e dando alegria. Elas receberam um aviso do plano espiritual, que a partir daquele instante, todas seriam mais potentes, pois chegaria a Árvore da Vida, o Baobá, vindo da África. Essa espécie chegaria para com suas raízes ancestrais fortalecer, iluminar, afrodiaporizar e memorizar as histórias de uma Pedra, Pedra de Xangô que é caminho, rede, território e terreno.

Um alvoroço minha gente. Xangô não brinca, protagoniza, e de lá de cima a tudo assistia. As crianças da comunidade local, o Mestre Jegue com seus alunos de capoeira, a mulher de Oyá, Gayaku Sinay, o herdeiro da Pedra do Trovão e guardião do Parque Pedra de Xangô, Azonsi Vidaxo Pedro Victor e como não poderia faltar a professora Ayóbami (Maria Alice Silva). Estavam todes visivelmente emocionades para receber Olugbenirá (Ogã Roberto Rodrigues), Prof. Cláudio Orlando Costa (Gbinkore, Aboab), e es convidades.

A história do Baobá plantado no Parque Pedra de Xangô é recheada de vai e vem, de fica não vai. Tudo começou há 15 (quinze) anos atrás, quando Aboab prometeu a Olugbenirá uma muda da árvore ancestral. Chegou o dia e Olugbenirá após receber o presente buscou um lugar apropriado para fazer o plantio, o que foi preciso negociar com o sagrado e as lideranças do lugar.

Em 2018, Olugbenirá havia pensado em plantar a muda no Instituto Anísio Teixeira (IAT), na Semana IAT da Consciência Negra. A ideia não vingou. Pois seria necessário identificar uma pessoa que cuidasse da jovem árvore por longo período e isso não foi possível. De forma soberana e sábia, a força ancestral não deixou vingar. Não era para ser, logo não aconteceu.

Depois de um tempo, em 2022, Olugbenirá resolveu buscar a muda para plantar no recém inaugurado Memorial do Parque Pedra de Xangô. Definido o lugar, com a ajuda e cooperação de um amigo-irmão (Edson Rodrigues), Olugbenirá pegou o broto do baobá na residência de Aboab e o transportou para o seu lugar, para a sua futura casa. Registra-se, também, a presença de Taata Mutá Imê, sacerdote do terreiro Mutalombo Yê Kaionfo, pela fala de fé, sempre precisa e incentivadora. Vida, vida, vida! Que o Baobá traga vida para esse parque, vida para todes nós. (A pedido de Roberto Olugbenirá)

Azonsi Vidaxo Pedro Victor aguardava com muita preocupação o novo morador do Parque. Cabia a ele cuidar e proteger o broto, símbolo de luta e resistência do povo negro, até o dia do plantio e posteriormente durante o tempo que exercer a função de guardião do Parque, sítio natural sagrado afro-brasileiro.

Xangô é um rei, vaidoso, estratégico. Sem avisar, mandou seu exército para reforçar a recepção e dar o ar de pompa que o ritual exige. Uma equipe da Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental (COPPA), da Polícia Militar do Estado da Bahia - PM-BA, inesperadamente, chegou ao local e participou da solenidade. Essa Companhia é responsável pelo combate ao crime ambiental, pela defesa do mineral, da fauna, da flora e atua no resgate de animais silvestres.

A cena mais impactante, de arrepiar, foi quando a subtenente, colocou a mão no bolso da calça, retirou uma conta de Xangô, posicionou-se de costas para a pedra e de frente para o Baobá. Segurando uma pistola na mão e na outra a conta de Xangô, ela mira para o Orun (céu) e fica como se estivesse contemplando os deuses e as deusas afro-brasileiras. Nesse momento Olugbenirá vibrou de alegria. Olugbenirá—em seu discurso de entrega da muda da árvore, dissera: “Esse Baobá veio da África, a semente foi plantada no Recôncavo, depois da Baobá matricial fora colhido o fruto, retirada a semente que germinou e depois foi levada para o bairro de Piatã, para finalmente chegar aqui no Bairro de Cajazeiras, onde será plantada e cuidada por todes nós religiosos do Candomblé”.

Ao receber o broto, Azonsi Vidaxo Pedro Victor, agradeceu a Olugbenirá e a Aboab em nome da comunidade de Cajazeiras e de todas as pessoas de religiões de matriz afro-brasileira, pela representação da vida, da continuidade e da

ancestralidade que estava sendo ofertada naquele momento. O clima foi de emoção e felicidade e assim persiste com a presença do ilustre morador que chegou ao seu local de destino, sacralizado pela força vital e pelo poder das divindades.

Professora Ayóbami, não contou conversa, deu publicidade ao ato, publicando no perfil do Instagram @pedra.de.xango^[3]. Muitos seguidores deram as boas vindas à árvore da vida e lá, nas redes sociais, foi possível constatar o quanto o Baobá é querido, acolhido e desejado, pois, parecia que já era esperado.

Retornando por onde começamos, no dia do plantio da muda, Aboab fez uma explanação sobre o Baobá, a árvore matricial de onde nasceu a muda, em Itapema-Santo Amaro. Mestre Jegue saiu do auditório, em total silêncio, com as crianças todas vestidas de roupa de capoeira, na cor branca, e em fila todes foram ao encontro do Baobá, com muito respeito e reverência assistiram ao lindo ritual.

Aboab disse que o Baobá é uma árvore ancestral, da vida, da energia vital. Na época do tráfico negreiro, os africanes eram obrigades, a darem sete (os homens) e nove (as mulheres) voltas na árvore, em sentido horário, com o objetivo de esquecer as suas origens, fragilizar a cabeça e o corpo. Essa prática era um rito de dominação e controle utilizado pelos colonizadores.

Após o plantio, Aboab convidou a todes a desfazer esse rito colonizador. Então uma grande roda foi formada e começaram a dar voltas na árvore em sentido anti-horário, como roda o xirê, com o objetivo de fortalecer as cabeças e desfazer as maldades e violências dos escravagistas.

O Parque Pedra de Xangô (símbolo sagrado), acolheu no dia da floresta, não somente o Baobá, mas também a capoeira (patrimônio cultural) e as crianças (as sementes do amanhã).

Uma energia positiva pairava no ar. Um momento único. Não apenas de festa, de jogo, de alegria e, sim de sensibilização, de se sentir integrado à natureza, ao cosmo. Assim a ancestralidade se fez, e se faz, presente.

Durante o manejo da terra, o plantio pelas crianças, jovens e adultos, o clima foi de paz e esperança no futuro, de lembranças do passado e projeção do presente. O que representou uma temporariedade circular. Para Mestre Jegue, a simbologia do ato foi como se plantasse em cada um de nós, uma semente que vai se perpetuar por muitas e muitas gerações.

Já a Professora Ayóbami, não se conteve de alegria e chorou. Com a voz embargada, falou que a Pedra de Xangô é patrimônio ambiental e cultural da cidade de Salvador e patrimônio de relevância nacional pela CPRM – Serviço Geológico do Brasil.

A décima segunda muda foi plantada no Parque Pedra de Xangô. O numeral doze é o número simbólico de Xangô. O Baobá foi dedicado a Oyá, e uma mulher de Oyá, Gayaku Sinay, participou ativamente do ritual.

Muita simbologia no ato. Uma Árvore Ancestral plantada ao lado de uma Pedra Sagrada, patrimônio cultural da cidade de Salvador. No dia de Proteção às Florestas, plantamos o Axé da companheira de Xangô ao lado da sua morada. O futuro é o que é feito no presente, semeado para as futuras gerações.

Parque Pedra de Xangô e Baobá unidos. Um símbolo protegendo o outro. Pedra de Xangô é enredo, é rede. Aqui o sagrado caminha junto com a ciência e a cultura. Vamos

reflorestar as mentes, os corações e a cidade. O evento foi encerrado com uma bela apresentação musical, em que o músico Esdras cantou um canto em homenagem ao poderoso Orixá da Justiça, XANGÔ, *Kaô Kabiesile!*

Referências

SILVA, Maria Alice Pereira da. **Baobá – a árvore sagrada.** @pedra.de.xango - 18 mai. 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CdtF4pVjoqm/?igshid=YmMyMTA2M2Y=> Acesso: 05 set. 2022.

SILVA, Maria Alice Pereira da. **Azonsi Vidaxo Pedro Victor.** @pedra.de.xango - 21 mai. 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Cd0yBGYIUvq/?igshid=YmMyMTA2M2Y=> Acesso: 05 set. 2022.

SILVA, Maria Alice Pereira da. **Pedagogia do Baobá.** @pedra.de.xango - 18 jul. 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CgKSENqjyg5/?igshid=YmMyMTA2M2Y=> Acesso: 05 set. 2022.

SILVA, Maria Alice Pereira da. **É de arrepiar.** @pedra.de.xango - 19 jul. 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CgMe9OegfwB/?igshid=YmMyMTA2M2Y=> Acesso: 05 set. 2022.

[

TERREIRO KAMAFEU DE OXÓSSI: construindo referências e o plantio do baobá

Pai Cícero Centriny

Talvez as religiões de origem africana no Brasil tenham sido organizadas no Maranhão de forma bem diferente de como aconteceu em outras regiões brasileiras.

Até a década de 1930 a religião e o nome Vodum eram pouco conhecidos no Brasil. A partir daí, começaram a ser realizadas no Maranhão visitas de interessados que iniciaram as pesquisas e documentações sobre o culto dos Voduns no Brasil.

A Missão de Pesquisas Folclóricas, coordenada pelo paulistano Mario de Andrade, esteve rapidamente no Maranhão e no Pará em junho de 1938 e documentou cânticos do culto do Tambor de Mina, onde se encontra a palavra Vodum.

Na década de 1940 em diante, começaram a ser realizadas pesquisas, como as de Octávio da Costa Eduardo e de Nunes Pereira, que documentaram a presença desta religião no Maranhão, fazendo referência a sua ocorrência em Belém e Manaus, sendo levada por negros procedentes do Maranhão. O culto do Voduns foi trazido para o Brasil e para as Américas por pessoas escravizadas procedentes do antigo Reino do Daomé.

O povo FON é próximo vizinho dos IORUBÁS que os dominaram por certo tempo e exerceram muita influência sobre

ele. A grande multiplicidade de deuses, de cultos e de mitos é uma das características da religião daomeana. A introdução de novos deuses e novas ideias relaciona-se com as conquistas. O reino aceitava cultos das sociedades dominadas e os casamentos de reis com mulheres de outros Povos que traziam seus cultos fez com que a religião englobasse inúmeras divindades de povos vizinhos como ocorre até hoje.

Acho interessante partir desse princípio e fundamento dessas religiões de matrizes africanas no Maranhão.

O Baobá na nossa Casa: Uma reverência a Ancestralidade!

A seguir passo a relatar sobre um encontro no Piauí, em que o Professor Cláudio Orlando Costa nos ofertou uma muda de Baobá para plantio no nosso Terreiro no Maranhão.

Era uma vez, deidades do panteão africano conspiraram para que um milagre acontecesse. Em plena semana da Consciência Negra, em um evento importante promovido pela Universidade Estadual do Piauí. E o milagre foi um encontro e um convite para um almoço com o professor Claudio Orlando Costa, com a professora Lívia Natália. O referido almoço aconteceu sobre o encontro das águas doces e meio turvas no encontro dos rios Poty e Parnaíba, apesar do calor senegalês foi um momento pra lá de animado, regado de uma comida deliciosa e muitas conversas sobre nossas ancestralidades, assunto favorito de gente preta. Aí começou acontecer um novo milagre, dentro do milagre que foi a oferta de um pé de Baobá para a Casa Kamafêu de Oxóssi, localizada na ilha de São Luís do Maranhão, onde difunde duas religiões fundadas e praticadas no nosso estado a mais de três séculos atrás, o Tambor de Mina e o Terecô

respectivamente, onde em suas fundações eram também conhecidas como a Religião dos Voduns.

O ano era 2019, dia 13 de janeiro em meio uma cerimônia na principal festa de obrigação, com a participação de vários pais e mães de santo, centenas de filhos, estudantes, professores, antropólogos e simpatizantes presenciaram o plantio da muda de Baobá, pois quiçá a Casa Kamafêu de Oxóssi, seja o único Terreiro do Maranhão a possuir essa importante árvore em seu acervo das plantas. Pois no Querenbentã de Zomadônu, mais conhecido como Casa das Minas Jeje, por volta de 1914 as vodunsis daquele Terreiro tentaram plantar um Pé de Baobá sem sucesso. Devo dizer que aqui o Pé de Baobá foi consagrado ao Vodum loko, (o Irôko dos iorubanos). Pois vale ressaltar que já foram feitas duas tentativas do plantio da Gameleira Branca, como é mais tradicional em outros Terreiros. Mais aqui não obtivemos êxito. Quiseram os deuses africanos que a doação do Pé de Baobá fosse feita por um neto de uma filha de Oxóssi, a saudosa Mãe Stela (Odé Kayodé) para uma Casa de Oxóssi. Devo dizer que eu tive o privilégio em ter conhecido pessoalmente Mãe Stella em 2016 na minha primeira visita ao Ilê Axé Opo Afonjá.

Por fim, nos resta reafirmar os nossos eternos agradecimentos as nossas ancestralidades através do professor, zelador de Baobás, Cláudio Orlando Costa, e da Professora Patrícia Dias, que transportou a muda da árvore da Bahia para o Maranhão.

PARTE VII



ESCREVIVÊNCIAS DE HISTÓRIAS, CULTURAS, MEMÓRIAS E HUMANIDADES BAOBÁS

33

NOSSA ÁRVORE MEMÓRIA: o baobá e o presente carregado de sentidos

Silvio Luiz de O. Soglia

Maria da Conceição de M. Soglia

“Quando se passa parece que se evola do vegetal gigante uma aura tranquila e protetora. Como se nos visse e nos cedesse um mínimo da sua alma de tempo” (*Glória de Sant’Anna, Ao ritmo da memória*).

Começamos essa escrevivência olhando para o tempo. Não o tempo meteorológico, tempo bom, ou tempo ruim. Nem tão pouco, unicamente o tempo imutável e sucessivo das horas, dias, meses e anos, que orienta nossos olhares para o passado, o presente e o futuro. Falamos aqui do tempo como memória. A memória como amparo do tempo e espaço que caminham juntos e que se confundem no resgate das nossas recordações. Sendo assim, o olhar que queremos estabelecer através do tempo, são reproduções das distintas temporalidades e acontecimentos que marcam nossa própria história e do nosso lugar. O baobá, *Adansonia sp.*, também conhecida como a árvore-dos-mil-anos, é considerada a árvore do tempo.

Deste modo, a narrativa a seguir, assentada na tradição da oralidade, pretende narrar o conto do baobá que ganhamos de presente no dia nove de setembro de dois mil e treze, dia marcado de muitas lembranças. Neste dia, o primeiro autor desta narrativa completava cinquenta anos de idade. Entre outros agrados, ganhamos uma muda desta extraordinária planta originária da África Central. Era um dia muito especial de festa, celebração da vida, e repleto de sentidos. O baobá chegou então ao nosso lar, semeada em terra fértil em um vasinho de barro, pelas mãos de um grande amigo, um Griô em nosso meio, assim o consideramos, o professor Claudio Orlando Costa. Ele parecia saber a profunda relação que estabeleceríamos, a partir daquele dia, com o nosso embondeiro.

Inicialmente a nossa plantinha - sim pois era miúda e muito longe ainda dos vinte e cinco metros que pode alcançar esta árvore adulta - ficou na companhia das mais de seiscentas plantas amigas/ companheiras que temos em nosso jardim. O lugar escolhido para o acolhimento da plantinha foi aquele destinado às espécies medicinais e aromáticas. A sua vizinhança mais próxima era, o alecrim, a arruda, hortelã e os boldos, que além da companhia, a protegia das formigas cortadeiras. Cuidada ela foi por nossa paisagista (a segunda autora desse conto), utilizando-se de técnicas agronômicas, mas sobretudo saberes aprendidos na sua experiência de jardineira, auxiliada por seres invisíveis que a acompanha todas as vezes que está no jardim na



tarefa do cuidado com as plantas. Um gosto e talento que herdou da sua quase hoje centenária avó Maria Melo, Dona Nenga.

Mas que propósito o futuro reservava àquele rebento? Que destino suportaria a sua existência? Por ser uma espécie de crescimento lento e muito longeva, o seu uso do ponto de vista paisagístico, é recomendado para plantios em locais abertos, onde seu tronco majestoso e escultural, assim como suas raízes vigorosas, possam se desenvolver sem causar prejuízos às edificações ou tubulações.

Apesar do apego àquela admirável, rara e sagrada plantinha, era inevitável o fato de que teríamos que transplantá-la para um espaço maior, onde todos e todas pudessem apreciá-la e sentir a sua presença imponente. Um espaço onde ela pudesse crescer a pleno sol, livre e sem limitações para que o seu tronco calibroso com sua intrincada ramagem, que lembra um sistema radicular, se espalhasse frondosamente e, quando no inverno, despida de folhas, curiosamente, pudesse causar aos que a olharem, a impressão de que foi plantada de “cabeça para baixo”.

Assim foi feito! Numa manhã de primavera do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, durante a abertura do IX Fórum 20 de Novembro e do Fórum Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo, no campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em Cruz das Almas, a “Nossa Árvore Memória” foi transplantada para o solo dos tabuleiros do recôncavo.



Aliás, estudos desenvolvidos com estes solos por professores da antiga Escola de Agronomia da UFBA, mostram que eles possuem uma camada adensada, dura e coesa, próxima a superfície, intransponível para muitos sistemas radiculares, ou seja, as raízes das plantas. Um problema agrônômico para muitos cultivos no recôncavo. Em nossa incursão reflexiva, enxergamos essa barreira como a intolerância, o preconceito e o racismo, que nosso baobá terá de romper, para crescer e florescer em terras muitas vezes hostis ao seu sagrado. Esperamos que sejam muitas as mãos e mentes a ajudá-lo nesse processo.



Não há muitos pés de baobás no Brasil. Isto imprime ao nosso baobá uma relevância ainda maior. Muitos exemplares mais antigos foram trazidos e plantados por lideranças africanas, através de sementes trazidas consigo, na maioria das vezes na condição de escravidão. É nessa força ancestral, intensa e enigmática, em seu poder encantado, admiravelmente belo, que reside o seu valor para nós.

Por isso, se o tempo confere singularidade a cada experiência concreta da vida humana, essa vivência com o nosso baobá nos trouxe referências fundamentais na construção das nossas identidades individuais e coletivas, o nosso auto reconhecimento como sujeito da nossa história. De uma história que se confunde com a conquista da Universidade



Federal do Recôncavo da Bahia, uma grande luta dos povos constituintes desses territórios, sobretudo do povo negro.

Que o nosso baobá, no sentido mais amplo que o pronome possa alcançar, engravado naquele espaço, seja um lugar de encontro, símbolo de um equilíbrio daquela coletividade, na promoção da paz, na defesa dos direitos sociais, do respeito à vida e à natureza e do combate a qualquer ameaça às liberdades.

O BAOBÁ RECONVEXO EM TERRAS RECÔNCOVAS

Lorena Penna da Silva

No primeiro ano de instalação do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em 2013, foi plantado um baobá nas antigas ruínas da fundição de Aço Trzan, a primeira metalúrgica do Nordeste, instalada em 1945 e finalizada suas atividades em 1960 (ALFREDO, 2019). Essa fábrica foi responsável pela contaminação do Rio Subaé, ao depositar nele dejetos como chumbo, cádmio e outros metais pesados, impactando na saúde pública local e nas vidas das que foram ceifadas ou que amargam os efeitos da contaminação no organismo. A formas perversas que o Capital se reveste em detrimento à vida em todas as suas formas e espécies.

O plantio do baobá simbolizou a primeira atividade acadêmica extensionista do Cecult por meio do Projeto de Extensão Cultura e Negritude, de iniciativa da Profa. Dra. Rita Dias e do Prof^o. Dr. Claudio Orlando Costa (Aboab) dão continuidade às políticas afirmativas construídas na UFRB e que, nesse ínterim, tomavam corpo na sua pregnancy movida, diuturnamente, por lutas em prol do acesso, da permanência e da pós-permanência de jovens negros/as, de origem popular na

Universidade, resultado do processo de interiorização do ensino superior.

Em continuidade, a inserção de jovens negros/nas nas Universidades, havia a necessidade de mudanças curriculares que dessem conta dos conhecimentos que foram invisibilizados/apagados pelo racismo e pela colonialidade. Revelava-se urgente a aplicabilidade e a discussão em torno da lei 10.639/2003, inserindo nos currículos as temáticas relacionadas à História e à Cultura Afro-brasileira, implicando assim no fortalecimento da identidade negra, na visibilidades dos conhecimentos e saberes afro-brasileiros que foram apagados pelo epistemicídio (CARNEIRO, 2005) e no pertencimento da comunidade Santamarense no âmbito do Cecult.

A cidade de Santo Amaro pleiteava por uma Universidade para o recôncavo desde o séc. XIX, como se pode verificar em um dos 42 projetos de criação de Universidade no Brasil, apresentados durante o período de 1808 a 1889 (TEIXEIRA, 1968). Essas sementes lançadas germinaram, criaram raízes, que inclusive deu nome ao movimento instituído para a conquista do centro: *"Para ser do Recôncavo tem que estar em Santo Amaro"*. Em que moradores, associações e movimentos sociais junto com a UFRB construíram debates, consultas públicas, para a escrita do projeto político-pedagógico que deu origem ao Cecult, após aprovação e autorização ministerial, no governo da Presidenta Dilma Rousseff.

O Cecult iniciou suas atividades letivas em 2014, ofertando o primeiro Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (BICULT). Em 2018 foram criados os cursos de Licenciatura em Música Popular Brasileira; Licenciatura Interdisciplinar em Artes; Curso Superior Tecnológico em Produção Musical; Curso Superior Tecnológico

em Artes do Espetáculo e o Curso Superior Tecnológico em Política e Gestão Cultural.

O baobá plantado na Trzan, local onde será construído o campus definitivo do CECULT, por um infortúnio do tempo/destino, teve sua copa cortada, por transeuntes que utilizavam o espaço sem uso para diversas finalidades. Com certeza, desconheciam o Baobá e seus significantes, mas suas raízes já tinham sido fincadas, aprofundadas e espalhadas junto ao povo santamarense. A casualidade e o acontecimento trazem sentidos que vão além do visível e dos significados aparentes. O baobá é uma árvore ancestral, a árvore da sabedoria, da memória, da vida, que sabe o tempo e a hora de se movimentar e de produzir reparação, nesse sentido creio que o ato do plantio contribuiu positivamente para geração das conquistas que se seguiram e seguirão.

Nesse compasso, o Projeto Cultura e Negritude é um exemplo dessas conquistas, com realizações de formações e diálogos em prol da igualdade racial, por meio de pautas que extrapolam os muros acadêmicos e assim produzem ações e programas junto às comunidades dentro e fora da Universidade, em associações, escolas municipais e estaduais, mercados municipais e espaços de terreiros, como o Bembé do Mercado, o primeiro candomblé de rua do Brasil que foi reconhecido como Patrimônio Cultural, pelo IPHAN, em 2019. O baobá criou raízes profundas e longas, trouxe ensinamentos da Mãe África para as terras diaspóricas, produziu a continuação da nossa memória ancestral.

Das atividades do Cultura e Negritude, destaco a roda de saberes/formação: "O lugar do sagrado na religiosidade afro-brasileira: interfaces cotidianas", ocorrida na IV edição do programa, no ano de 2017, em Itapema, na sede da associação de

moradores. Na oportunidade, tivemos no encontro as presenças do Prof^o. Kabenguele Munanga, Prof^o. Eduardo David de Oliveira, Mestres, Mestras de Capoeira, da Marujada, do Povo de Ase, intelectuais, moradores, estudantes, pesquisadores, que também aguardavam a chegada do presente para as divindades das águas do Bembé do Mercado.

No cartaz desta edição, logo abaixo, é significativa a imagem de uma mulher preta, de candomblé, anunciando o evento. Yá Manuela de Ogunjá, do Terreiro Ile Axe Oju Oniré, responsável pela organização do Bembé do Mercado, está sentada na proa do barco, fitando-se nas margens d'água, refletindo o encantamento do sagrado, a deriva do povo negro em diáspora e reverenciando a ancestralidade, representada pelas Yabás Oxum e Yemanjá.



Créditos: Murillo Pereira de Jesus (Autorizado)

É de Itapema que sai o presente para as águas, finalizando as atividades do Bembé do Mercado.

Esse barco também simboliza caminhos de sofrimento, de tristeza, de alegria, de chegadas e de partidas, margeando a costa da Baía de Todos os Santos. De Itapema se vê Salvador e se vê todos os ancestrais, que aqui aportaram. São raízes que vêm de longe e nos ligam e tracejam os pontos do passado, presente e futuro. Esse encontro também é folia de santos negros, é folia de orixás. E "quem não é recôncavo, não pode ser reconvexo", parafraseando Caetano Veloso e reverenciando nossa ancestralidade baobá!

Referências

ALFREDO, M. C. R. DE O. **Patrimônio Industrial: Narrativas de uma Ruína Santamarense**. 2019. 154. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Museologia da UFBA) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

NASCIMENTO, C.O; ALVES, R de C.D.P.A. **Cultura e Negritude: linguagens do contemporâneo**. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016.

SILVA, L.P. **Estudo sobre o projeto de extensão cultura e negritude: suas implicações no âmbito da cultura e da formação com ênfase nas religiões de matriz africana**. 2019. 121. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade-EISU). Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia

TEIXEIRA, A.. **Uma perspectiva da educação superior no Brasil**: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. v.50, n.111, p.21-82. Brasília: jul-set. 1968.

(IM)PLANTANDO MORADA DOS ANCESTRAIS EM SALVADOR

Gilmar Santiago

Era um dia ensolarado no mês de outubro de 2005. Após o almoço, Micaú Barreto Sá, Cláudia Muniz Barreto e eu conversávamos próximo ao Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da UFBA, quando sua sede era no Terreiro de Jesus, no Pelourinho.

À época, Cláudia Barreto trabalhava no CEAO/UFBA e já estava desenvolvendo pesquisa sobre a presença do baobá (*Adansonia digitata*) no Brasil e disseminando mudas da árvore desde 2002 juntamente com o antropólogo e etnobotânico Dr. John Rashford, do College of Charleston/EUA, e o servidor da Universidade Federal de Pernambuco, Fernando Batista dos Santos. Com base nos achados da pesquisa de campo que os três estavam desenvolvendo, Cláudia Barreto me propôs por em prática um projeto de plantio de baobás em áreas públicas da cidade do Salvador e em terreiros de religiões de matriz africana, que viessem a manifestar interesse pelo plantio da árvore em seus territórios.

No início da pesquisa, localizaram apenas dois exemplares na capital baiana - um na Praça do Campo Grande; o outro na Praça de Nazaré; e dois unidos em Maragogipe, mais

precisamente no Ilê Alabaxé, então liderado pelo saudoso Pai Edinho de Oxossi.

Considerando a notória importância do baobá para os povos africanos, bem como o fato de que Salvador se destaca como cidade que possui a maior população de afrodescendentes no Brasil, onde a herança e influência africanas influenciam nossos modos de ser e viver até os dias atuais, Cláudia Barreto vislumbrou que Salvador precisaria apresentar mais exemplares da espécie africana em áreas públicas como forma de fortalecer os vínculos culturais e ancestrais com o continente do qual muitos e muitas de nós derivamos.

Então, como Secretário da Secretaria Municipal da Reparação (Semur) na época, abracei a ideia. Micau Barreto Sá, então Assessora da Semur, começou a conceber o projeto juntamente com Cláudia Barreto que ficou pronto em 01 de novembro de 2005 com o seguinte título: “**Projeto (Im)Plantando Morada dos Ancestrais em Salvador**”. Um projeto forte com um nome forte! Até os dias atuais, ainda há pessoas de candomblé que solicitam mudas para plantio, inclusive para além das fronteiras da capital baiana.

Em seguida, constituiu-se uma comissão composta por membros da Semur, Ceao/UFBA, representantes da federação e associação de religiões de matrizes africanas e da comunidade de terreiros de candomblé, para apresentar o projeto e pensarmos nas áreas públicas da cidade que deveriam ser contempladas com mudas da árvore, bem como as datas para o plantio.

As mudas foram germinadas e produzidas por Fernando Batista em Recife e trazidas para Salvador. À medida que as mudas iam chegando, eram armazenadas aos cuidados da Superintendência de Parques e Jardins (SPJ), sendo a SPJ também

coautora do projeto de modo que nos viabilizou toda a infraestrutura necessária para o plantio, proteção, manutenção e preservação das mudas. Por ser uma árvore sagrada, o processo prático do plantio foi realizado por pessoas indicadas pelos terreiros de candomblé.

De acordo com o diálogo mantido com os representantes dos cultos de matrizes africanas, decidiu-se que as mudas seriam plantadas durante o mês de novembro, quando se celebra a consciência negra, nos seguintes pontos da cidade: 1) na entrada da cidade via Aeroporto (na Rótula próxima ao ponto da Bandeira do Brasil, onde ficava a placa Welcome/Bem Vindo, atualmente é onde se localiza o viaduto que liga Salvador a Lauro de Freitas. Contudo, posteriormente, a árvore foi retirada do local para a construção do viaduto); 2) na Praça de Oxum, do Parque São Bartolomeu; 3) no Terreiro Ilê Asé Omim J'Obá, no Loteamento Quinta do Pitanga – Rua Ararema, 17 – Início da Estrada Velha do Aeroporto (vindo pela Paralela) e 4) no Parque da Cidade – Itaipara.

Entretanto, por questões de logística, não foi possível o início do plantio durante o mês de novembro de 2005, só ocorrendo a partir de 01 de fevereiro de 2006. As primeiras árvores plantadas seguiram o calendário abaixo:

01/02/2006 – Entrada da cidade, próximo ao Aeroporto, Salvador, Bahia;

01/02/2006 – Praça de Oxum, do Parque São Bartolomeu, Salvador, Bahia;

01/02/2006 – Parque da Cidade, Salvador, Bahia;

21/02/2006 – Campus de Ondina da UFBA, Salvador, Bahia. O ritual de plantio no campus da UFBA foi conduzido por Gersonice Ekedy Sinha Azevedo Brandão, do Ilê Axé Iyá Nassô

Oká (Terreiro da Casa Branca), além de autoridades do Candomblé baiano como Deoscoredes Maximiliano dos Santos (Mestre Didi) e outras representantes do Terreiro do Gantois e do Ilê Axé Opô Afonjá, dentre outros.

02/03/2006 – Manso Banduquenque (Terreiro Bate Folha), no bairro da Mata Escura, em Salvador, Bahia.

03/03/2006 – Terreiro Ilê Asé Omim J’Obá, Loteamento Quinta do Pitanga – Rua Ararema, 17 – Início da Estrada Velha do Aeroporto, Salvador, Bahia.

04/03/2006 – Manso Dandalunda Kokuazenza, Estrada Velha do Aeroporto, Salvador, Bahia.

16/03/2006 – Doação de muda para a Secretaria Municipal de Reparação de Maragogipe, Bahia, posteriormente plantada no Centro Cultural Mangue daquela cidade, em ritual conduzido por Pai Edinho de Oxóssi, com a participação de Fernando Batista.

31/03/2006 – Entorno do Dique do Tororó, próximo à escultura de Ossain, Salvador, Bahia.

22/06/2006 – Terreiro Ilê Axé Opô Aganju, Rua Saketê, 36, Vila Praiana, Lauro de Freitas, Bahia.

Inicialmente o projeto foi pensado para atender única e exclusivamente a cidade do Salvador, porém devido à projeção e aceitabilidade que a ação alcançou, cerca de mais 40 mudas foram plantadas e/ou doadas em Salvador, na Região Metropolitana de Salvador, em algumas cidades no interior do estado da Bahia, bem como algumas mudas foram doadas a outros estados da Federação.

Esse nosso projeto motivou a dissertação intitulada “Igi Osè no reino de Obaràyi: uma etnografia acerca da presença do baobá no Ilê Axé Opô Aganju, Lauro de Freitas, BA”, defendida

em 2016, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco por Fernando Batista, um dos colaboradores do Projeto.

Enfim, foi assim que tudo começou, se desenrolou e, pelo visto, ainda não terminou.

36

ESCREVIVÊNCIA DE UMA HUMANIDADE BAOBÁ:

Dona Cadu, uma história de cem anos

Ricardina Pereira da Silva

Rosangela Cordaro

A história que venho contar é de Ricardina Pereira da Silva, conhecida como Dona Cadu. Mulher Afro-Indígena, centenária, que veio ao mundo pelas mãos hábeis de Dona Dalvice, sua mãe de umbigo e madrinha de batismo. Cresceu junto dos seus 9 irmãos que foram morrendo ao longo do tempo.

Sentada na beira de sua saia rodada com a barra suja de barro, eu me atentava aos movimentos de suas mãos ligeiras moldando suas panelas, enquanto ela narrava as histórias de sua vida. Nos primeiros contatos, meu olhar ainda ingênuo não conseguia enxergar a profundidade dos seus conhecimentos, o que venho tentando desvendar passo a passo ao longo destes quinze anos de convivência. O tempo é outro quando falamos com mulheres que já são bisavós.

Atenta a suas falas acompanhadas de movimentos firmes e com muita vitalidade, comecei a desconstruir a imagem anterior que tinha de uma pessoa centenária, pois sua memória era impecável. Bastava uma faísca de pergunta para ela começar a

contar suas histórias, sempre impregnadas de fé e espiritualidade, que me parecia constituir o fio condutor da trajetória de sua vida.

Era como se ela tivesse todo o tempo do mundo para compartilhar os conhecimentos que a conectavam com seus antepassados. Embora declarasse que não se lembrava das falas das pessoas mais velhas, pois quando criança não participava dos assuntos dos adultos, suas histórias sempre carregam a ancestralidade que agora ela reencarna com seus cem anos de vida.

Com calma, paciência e tempo, ela se sentiu confortável para me contar com mais detalhes os fatos e as experiências que trago aqui com a sua permissão. Muitas vezes em nossas conversas, Dona Cadu repetia algumas histórias que me pareciam ser intencionalmente selecionadas por ela para serem contadas. São algumas dessas vivências que ora vou relatar.

Ela nasceu e cresceu na Fazenda Pilar, no pequeno distrito de São Félix, cidade presépio do Recôncavo da Bahia. De olhos atentos, cabelos compridos “de pentear com as mãos”, assim como os de seu pai, Juvelino, que era muito apegado a ela. Ela conta: “Meu pai era assim da minha qualidade, bem moreno. Meu pai era caboclo. Meu pai era neto de índio. Sim minha filha, meu pai era um caboclo que você precisava ver. Um pai maravilhoso.”

Juvelino, caboclo bonito como ela, plantava mandioca, inhame, batata, aipim, feijão, e todos os membros da família o ajudavam. Apenas dois entre seus irmãos estudaram. Sua infância foi de muita pobreza, a casa era de taipa, onde se plantava e colhia para comer.

Com nove anos de idade, Dona Cadu conheceu uma senhora que veio do Sertão e que a ensinou a fazer louça de barro. Ao contar essa história, com os olhos muito brilhantes e alegres,

ela dá uma gargalhada ao afirmar que logo aprendeu a fazer melhor que sua vizinha que a iniciou ao ofício e à arte do barro.

A rotina da menina Cadu começava muito cedo com a participação na roça de seus pais, no horário do almoço corria para fazer suas panelas e a tarde quebrava pedra na pedreira perto de sua casa.

O sábado era um dia consagrado à comercialização de suas panelas de barro na feira de Muritiba, cidade vizinha. Para as panelas estarem prontas e serem vendidas, às quintas-feiras seu irmão ajudava a pegar lenha para queimá-las às sextas-feiras. Tudo era embalado em palhas no panacum, para na madrugada de sábado seguirem para feira. Com o dinheiro da venda, compravam algumas coisas que sua família precisava para a semana. Ela conta que sempre trabalhou muito.

Sua mãe, Ana, cuidava dos afazeres da casa, e observei que não ganhou tanto destaque em suas falas como seu pai. Sua admiração por Juvelino era nítida. Ela conta que, um dia ele sumiu pelos matos e não deixou que ninguém se aproximasse, apenas ela. Ele estava coberto de espinhos pelo corpo e contou que encontrou na mata um “homem cheio de cabelo”. Eu, muito curiosa, queria que ela descrevesse melhor o que seria um “homem cheio de cabelo”, porém, percebi que nenhuma explicação dada seria suficiente para que eu tivesse a compreensão exata. Assim, achei que deixar por conta da minha imaginação seria melhor. Esse dia entendi que essas conversas muitas vezes vão além de um raciocínio lógico, então sabia que poderia nesse momento ter um pensamento livre de como ele seria e apenas acreditar.

Dona Cadu passou a noite retirando os espinhos do corpo de seu pai que ardia de febre. Nesse dia, ele pediu para que Cadu

rezasse por ele, mas como ela não sabia como fazer, ele começou então a ensiná-la. Durante três dias de reza com muita fé, ela conseguiu curar seu pai e começou a aprender a fazer outras rezas, tais como: *mau de morto*; *mau olhado*; *fogo selvagem*; *espinhela caída*, entre tantas outras. Daí em diante, ela começou a rezar para as pessoas da comunidade que obtinham suas curas.

Eu só fiquei sabendo sobre essa história porque, em uma das minhas constantes visitas, meu carro quebrou na porta da casa dela, e não pegava de jeito nenhum. Como ela sempre tem uma resposta para as coisas que acontecem, me alertou para que ficasse tranquila, pois era um livramento. Tranquila, sem sinal de internet nem de telefone, decidi aguardar o tempo necessário. Foi nesse momento que uma vizinha apareceu para ser rezada. Fiquei muito surpresa, porque, nossas conversas sempre foram em torno da cerâmica. Foi daí que ouvi seu relato de como ela aprendeu a rezar e de que maneira as pessoas a procuravam.

Dona Cadu me deu algumas informações sobre rezas. A primeira foi de nunca rezar nos horários cheios (meio dia, seis da tarde e meia noite), já a segunda dica foi de não rezar na maré vazante, por fim, disse que quando reza para “vermelho” (impinge), tem que passar uma semana sem pular água. Ela reza com as folhas extraídas do seu próprio quintal, como por exemplo, pinhão roxo e aroeira.

Eu perguntei para Dona Cadu se ela tinha ensinado a alguém, ou se ao menos tinha registrado suas rezas. Ela disse que ninguém tinha se interessado até então. Foi nesse momento que compreendi tudo, o “livramento” que tinha que ter na minha vida naquele momento era da possibilidade de registrar esses conhecimentos além da oralidade e da memória.

Passar as tardes quentes sentada no chão de seu espaço de trabalho, ouvindo suas histórias, sempre foi um presente. Algumas histórias eu pedia para repetir, como a do dia que seu filho Balbino se curou.

Balbino, ainda menino, filho de Dona Cadu, foi pular uma cerca de ferro com lanças e perfurou o pescoço. Ficou rouco por conta do acidente, e ela não se conformava com isso. Contou que existia uma senhora que praticava milagres, Maria Milza, milagreira do Sertão, conhecida como “Mãezinha do Sertão”. Diziam que ela lia o coração e a mente das pessoas. Atendia no povoado de Alagoas, município de Itaberaba – Bahia. Dona Cadu foi atrás de um milagre para seu filho Balbino. Fez uma viagem longa até esse santuário, com muita devoção. Depois de horas de viagem encontrou essa senhora sentada em uma cadeira, e próximo a ela tinha uma imagem de Nossa Senhora dos Milagres, com um véu.

Dona Cadu explicou a Mãezinha o que tinha ocorrido com seu filho, ela então pediu para Balbino falar. Pediu três vezes, bem alto, até que o véu de Nossa Senhora balançou de forma afirmativa. Seria assim a confirmação do milagre pedido. Esse milagre ela sempre conta envolvida de muita gratidão e fé. Seu filho Balbino saiu daquele santuário falando normalmente. Ninguém podia imaginar que hoje ele seria uma das mais belas vozes do grupo de samba de Roda, filhos de Dona Cadu.

Outro lugar que Dona Cadu anualmente visita é o santuário de Bom Jesus da Lapa. No ano de 2016, fui convidada para acompanhá-la e registrar esse percurso de cerca de 700km, junto com outros devotos e romeiros. A viagem saiu de Coqueiros por volta das vinte e uma horas, em um ônibus com a capacidade máxima de leitos ocupados. Era uma viagem de fé e de renovação.

Durante o caminho ela relatou que antigamente os devotos iam e voltavam rezando e cantando os benditos. Hoje ela sente muita falta dessa devoção e seriedade. Durante o trajeto ela pouco dormia, sempre atenta a estrada. A viagem que deveria durar em torno de dez horas, dessa vez levou quase dezoito horas, pois ocorreu um acidente com o ônibus no meio do caminho.

Os romeiros diziam que estávamos pagando pelos pecados de alguém. Dona Cadu, que poderia demonstrar algum sinal de cansaço pela jornada tão desconfortável e longa, assim que acomodamos nossas malas no quarto, imediatamente disse que deveríamos ver Bom Jesus antes de qualquer coisa, e assim fomos. Com seus joelhos em prece, ela começou a rezar em agradecimento.

Dona Cadu contou que, quando tocasse o sino da torre da igreja, deveríamos observar se o som gerou um eco, pois esse seria o sinal de que voltaríamos no próximo ano, caso contrário seria um sinal de morte. Ela sempre destemida fazia questão de subir a torre para saber sobre seu destino.

O retorno da viagem era sempre com suas malas cheias de lembrancinhas para todos, além das réstias de cebolas, alho, rapadura. As viagens continuaram e Dona Cadu sempre participou delas.

Esses são alguns dos relatos ouvidos atentamente e repetitivamente, que me fazem acreditar que é dessa forma que ela gostaria de ser lembrada. Como uma mulher de fé e devoção, não somente aos santos católicos, mais também às forças dos Orixás, que vivem sendo cultuados próximos a sua cozinha, abaixo de seu pássaro preto, que sempre responde aos seus chamados.

Assim seguem os dias da centenária Ricardina Pereira da Silva, símbolo de humanidade, de força e resistência baobá.

SOMOS QUANDO NOS REALINHAMOS A NOSSA ANCESTRALIDADE

Assunção de Maria Sousa e Silva

Do Maranhão para o Piauí, esse foi um dos primeiros destinos. Vim morar em Teresina, chapada do corisco, ainda criança. Por muito tempo, não consegui estabelecer qualquer aproximação com a terra onde nasci e tampouco alimentava quaisquer memórias que se vinculassem aos meus antepassados. O ato de lembrar se assentava intermitentemente sobre o ato de esquecer. Talvez por isso tenho na ação de meu pai, trazer-me para morar na casa de minha avó em Teresina, uma dimensão simbólica de novos rumos e, simultaneamente, de afastamento de minhas remotas raízes. Demorou uma parte da minha vida para que eu fizesse um movimento de retorno e encarasse as minhas memórias afetivas para daí compreender que o lugar onde eu nasci significava para mim o ponto de partida da minha existência. Lugar o qual eu não mais retornaria como morada, mas que, a partir dele, se instalou em mim a vontade de conhecer a história de meus antepassados.

Venho então de uma família que se formou do entrecruzamento étnico negro-indígena, predominantemente constituída de mulheres, cuja maioria eram sós, viúvas e algumas solteiras - que voluntariamente nunca quiseram se casar, e que traziam como traço comum por serem desbravadoras e

destemidas. Elas nos incentivavam a não ter medo do primeiro obstáculo que atravessasse nosso caminho. E assim nós, mais novas, tomamos isso como norma.

Os cuidados e aconselhamentos para vida nos eram dados pelos caboclos e caboclas, entidades que visitavam nossa casa e, através de suas vozes (avó, tias avós), conviviam com nossos momentos familiares. Ainda criança vivenciei as chegadas das entidades em noite de velas e defumadores e, antes que outras mais expansivas e temerosas baixassem, era a vez de nós, crianças ou adolescentes, sermos benzidas e levantadas as arcas (se caídas), indicado chá ou algo para quaisquer doenças com as quais estivéssemos passando, com as recomendações das rezas e dietas.

Cresci vivenciando, de um lado, as missas na Igreja do bairro (chegando a cantar e participar dos grupos de jovens / pastoral de juventude do meio popular, posteriormente) e, ao mesmo tempo, presenciando as sessões de umbanda no quarto das casas de minha avó e tias-avós cujo quintal era área comum. Agora vejo o quanto ali era um território de aquilombamento. Das sessões se tirava ensinamentos: buscar a força para vencer as dificuldades, evocar a esperança e cura, proteger contra o mal, buscar viver com saúde e ultrapassar as limitações. Hoje compreendo como aquilo nos fortalecia, ao tempo em que o sistema econômico e político nos massacrava, nos tornava seres invisibilizadas ou visibilizadas para a sustentação do maquinário econômico da cidade.

O lugar de pobre seria, do ponto de vista da elite coronelista nordestina decadente que sempre quis se manter no poder, os confins do terceiro setor, como massa de manobra que fortalecessem as fileiras do lumpemproletariado e do desemprego. A elite seria a quem o pobre devia subserviência

num circuito de manutenção da imobilidade social ad infinito. Pois bem, minha família do lado materno continuou chefiada por mulheres e buscou sempre detonar tal perspectiva econômica e social nefasta, optando por um único meio viável de sermos outras – estudar. Estudar para ser gente, dizia minha avó. Estudar para ser doutora, reiterava quando estava alegre com minhas notas boas na escola.

Estudei, entrei na universidade, optei por fazer Letras e me formei com a ideia de ser professora porque queria ensinar os mais novos a interpretar o que viesse aos olhos, interpretar o mundo e não continuar a manutenção da subserviência. Da graduação, cursei especializações. Com isso insistentemente meus estudos se direcionaram mais para as literaturas do que propriamente para os estudos linguísticos. No decorrer do processo de minha formação: graduação, mestrado e doutorado, despertei para uma compreensão de que estudava muito do que estava alheio à minha realidade de sujeita nordestina e negra. Os clássicos, os autores canônicos e suas visões de mundo traziam a mim incompletudes. Então parti para outro movimento, estudar e me aprofundar em literaturas que irradiassem outras visões e conhecimentos; novas territorialidades, percepções transculturais, produções de autoria feminina envolvidas pelo fluxo da diáspora africana. Por essa via, vivencialmente, passo a buscar meu vínculo afetivo-familiar nas minhas raízes ancestrais (conhecimento sobre mim mesma e sobre realmente no que me sustenta nesse mundo espiritualmente). Nesse sentido, o ato de reacionar minha ancestralidade, fez-me buscar outras apreensões de conhecimentos no desenvolvimento das pesquisas no campo acadêmico.

Por outro lado, minhas experiências no campo político-ideológico junto ao movimento de mulheres, negros/as e partido

político de esquerda nas décadas de 80 e 90, alinhadas às minhas vivências e condição de mulher negra são basilares na minha atuação como professora e na experiência em sala de aula (ensino médio e superior), como também fora dela, sempre procurando estar junto com os que lutam contra o racismo, a intolerância, o preconceito e a discriminação de quaisquer espécies.

Minha atuação como professora foi e tem sido na busca de construir sentidos de pertenças, de avivamentos de histórias esquecidas, de valorização daquilo que muitas vezes está amortecido e desvalorizado na vida por estudantes. No ato de ensinar, pesquisar, desenvolver projetos na universidade o pilar nutrido passa pelo respeito, pela dignidade e pela troca de conhecimento na solidariedade. Só há possibilidade de mudança se juntarmos ali a propagação de outras histórias que não sejam apenas aquelas que já estão nos livros, as dos vencedores, dos que impõem as leis e a ordem em seus benefícios, que dominam, disciplinam e colonizam corpos subalternizados. Só há possibilidade de mudança se abirmos para assuntar o outro igual que está no cerco da subalternização. Só há possibilidade de uma educação que transforme se todos tiverem as mesmas chances e oportunidades. Já vi muitos desistirem por situações mobilizantes, já vi muitos estacionarem e não seguirem para alcançar outro nível de ensino por acharem que não eram capazes de levar junto escola e luta pela sobrevivência. Ou seja, muitos estudantes ficaram no meio do caminho dos estudos e isso é um dos mais cruéis efeitos dos racismos estrutural e institucional.

O que nos fortalece é que no ato de não esmorecer as forças de continuidade da vida, vemos os que, mesmo com grandes desafios, conseguem chegar aos mais significativos patamares acadêmicos: graduam-se, tornam-se mestres/as e doutores/as e estão em sala de aula fazendo diferencial, a partir

daquilo que aprendeu e a partir da compreensão que obteve de não esquecer suas raízes, seu tronco para alimentar os galhos e folhas. Passam a ser nossos/as colegas de profissão que juntos/as pensam e trazem um modo de retroalimentar o ciclo do conhecimento e da vida.

E por isso há momento de conciliar, verbalizar, trocar ensinamentos, como fazemos no evento bianual da UESPI, o África Brasil. O evento sempre está constituído de pesquisadores/as negros/as que vêm de uma caminhada acadêmica de estudos sobre o Brasil e a África negros. Além da participação de parentes/as indígenas de quase todos os Estados do país. Nessas últimas edições (2017, 2019) o tom foi de construção de parceira de afetos e de ideias que nos incentivam a continuar a jornada, fortalecer as fronteiras. O propósito do África Brasil é alinhar o saber acadêmico e as experiências produzidas pelos movimentos sociais marginalizados, na perspectiva de fazer valer a cultura e memória ancestral da coletividade negra, feminina e indígena na sociedade brasileira.

Hoje, movendo a vista para o passado, relaciono essas experiências de vida com a construção contínua de um tronco oco que se realimenta da terra – raiz, nutrindo o vivencial para que nos tornemos sujeitos/as de mudança. É por esta via que evoco a imagem do baobá: tronco que nos leva às raízes aéreas revigorando o passado no nosso presente para fazermos um futuro mais alvissareiro.

Recorro à imagem do baobá para pensar no tempo histórico e reverberar sua presença como elo e testemunho da história de povo e de suas várias comunidades. Tudo se realiza por sua via simbólica como guardiã dos sentidos da cultura africana e na diáspora que o tem como “pilar que une os mundos” e fortalece a existência. Árvore centenária, baobá reverbera no

acento da palavra como lugar onde se registra a história, conforme nos lembra Cheikh Anta Diop, e nos traz um sentimento de pertença com a consciência da urgência de ações que transformem o mundo, em que o desencanto, a nulidade, a subserviência sejam transformadas em encantos de viver e ativismos com responsabilidades.

Asé!

38

A CÉLULA E A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA NAS AULAS DE BIOLOGIA SOB UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL: como dar voltas no Baobá!

Antonio Novaes (Baruty)

Antes da invenção do microscópio o ser humano era entendido como sendo formado por diferentes componentes pelos vários povos que pensaram sobre este assunto ao longo dos séculos. Para os remetu kemi (egipcios/as), o povo negro do Ta-Meri (Antigo Egito), o nosso corpo era organizado por cinco elementos: corpo, nome, sombra, ka e ba (BOTELHO, 2013). Entre os povos centro-africanos, da região do Congo-Angola, o ser humano era composto pelo corpo (nitu), o sangue (menga), considerado uma espécie de fluido vital, visto que carregava a alma (mo-oyo), e o duplo, que vinha a ser tanto a sombra do corpo quanto o espírito (menga) (SOARES, 2001). Para os povos que constituíram a atual Grécia o corpo era um microcosmo que espelhava o macrocosmo, o universo, sendo o corpo elaborado a partir de quatro humores (líquidos): sangue, fleuma, bílis amarela e negra, relacionados respectivamente aos quatro elementos da matéria: ar, água, fogo e a terra (SANTOS; FAGUNDES, 2010).

Diferentemente destes elementos descritos acima, todos os seres vivos são formados por células, que são estruturas, em

sua maioria, de dimensões microscópicas que foram descritas pela primeira vez, em 1665, pelo filósofo natural britânico Robert Hooke (1635-1703) no ano de 1665 utilizando-se de um microscópio. A ampla aceitação da presença das células em todos os organismos vivos veio apenas 217 anos depois desta observação pioneira em 1838/1839 a partir dos trabalhos de dois cientistas alemães Mathias Jacob Schleiden (1804-1881) e Theodor Schwann (1810-1882), botânico e zoólogo, respectivamente ao proporem, de forma independente, a Teoria Celular (ALVES, 2014). A proposta de ambos sugeria que uma substância de nosso corpo, o citoblastema se cristalizava ao redor de um citoblasto dando origem as novas células. A teoria inovadora foi repercutida, no então Império brasileiro, pelo médico negro do Rio de Janeiro o Dr José Maurício de Nunes Garcia (1808-1884) que em seu livro, considerava sedutora a comparação da formação da célula com a dos cristais (GARCIA, 1854). O grande salto conceitual foi dado em 1858 por Rudolph Virchow (1821-1902) quando este propôs que os tecidos normais e os doentes, originam da célula (*Omnis es cellula e cellula*) (ALVES, 2014).

No Brasil a importância do estudo da doença, por meio de microscópios foi ressaltada pelo médico negro baiano Juliano Moreira, que afirmou em 1905, que um bom “complemento de um bom serviço clínico, são indispensáveis: um bom laboratório bioquímico e anatomopatológico,” (MOREIRA, 2011, p. 742), sendo que para a anatomopatologia o microscópio é um instrumento indispensável. Sem o uso deste equipamento, no ano de 1910 o médico James Herrick (1861-1954) não teria tido com descrever as células em forma de foice no sangue do então acadêmico negro do curso de medicina, a época com 26 anos de idade, Walter Clement Noel de (1884-1916), oriundo da ilha de Granada.

O que vem a ser a célula? Quais os seus constituintes? Como estes se relacionam com as doenças prevalentes da população Negra? Uma célula eucariótica, aquela encontrada em fungos, plantas e animais, é formada por membrana, citoplasma no qual estão presentes, núcleo e estruturas tais como retículo liso, granular, lisossomos, centríolos, mitocôndrias lisossomos e o Complexo golgiense. Uma exceção é a hemácia dos mamíferos que é formado apenas pela membrana e pelo citoplasma sem nenhuma das estruturas citadas acima.

Com a participação da membrana plasmática, uma película muito fina que separa o meio externo do interno, o citoplasma, podemos citar 3 doenças prevalentes na população negra. Na primeira delas, a covid 19, o novo corona vírus, por meio de uma estrutura denomina de “S” passa a ter acesso ao interior da célula após interagir uma proteína de nossas células, a “ECA2”. Na segunda, a intolerância a lactose, que é formada pela união da lactose à glicose, que são dois tipos de açúcares, nota-se a ausência na membrana celular de uma proteína, a lactase, sem a qual a lactose não tem como ser digerida, gerando seus dois componentes, que não são absorvidos pela célula (BARBOSA et al, 2020). A terceira doença é a aids, sendo que nesta as proteínas virais gp 120 e gp 160 interagem com diferentes receptores localizados na membrana plasmática, por exemplo nos macrófagos, monócito e linfócitos T, que são células que fazem parte de nossa defesa imunológica (COLLINS, 2010).

No núcleo da célula estão presentes os genes, responsáveis pela produção de centenas de milhares de proteínas que irão controlar nossas funções vitais, nestes podem ocorrer alterações (mutações) relacionadas a 5 doenças prevalentes na população negra. Na primeira e na segunda, a anemia falciforme e a doença falciforme, a mutação ocorre no gene da beta globina localizado no

cromossomo 11 (SONATI; COSTA, 2008). Na terceira, o câncer de próstata o gene mutado é o BRCA1 encontrado no cromossomo 12 (AMENDOLA; VIEIRA, 2005). A quarta doença são os miomas uterinos (fibromas) que são causados por mutações no gene MED12 no cromossomo sexual X (FARIA; GODINHO; RODRIGUES, 2008). A quinta doença é a hipertensão arterial na qual mutações no cromossomo 8 levam a uma excessiva retenção de sal desencadeando sintomas que levam ao aumento da pressão (DRAGER; KRIEGER, 2004).

No presente texto apresento, resumidamente, a base de algumas das doenças prevalentes na população negra, porém a presença da célula do gene não significa propriamente destino e para as doenças aqui citadas é importante levarmos em conta as condições de vulnerabilidade de qualidade de vida, bem como o acesso à saúde como fator que interfere nas manifestações. A Biologia tem profundas raízes eurocêntricas, mas, como aqui demonstrado, ela também apresenta uma série de conteúdos, os quais podem ser introduzidos permitindo uma abordagem decolonial e também contribuindo para o cumprimento da Lei nº 10.639/2003, que como dar votas na Adansonia sp, mais conhecido como baobá, que represente reconhecer e valorizar as histórias, as culturas africanas e afro-brasileiras na formação escolar e nos ambientes não escolares.

Referências

ALVES, Manuel V. **História da Medicina em Portugal**. Cidade do Porto, 2014.

AMENDOLA, Luis Cláudio Belo; VIEIRA, Roberto. A contribuição dos genes BRCA na predisposição hereditária ao

câncer de mama. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 51, n. 4, p. 325-330, 2005.

BARBOSA, Nathalia E. de Almeida et al. **intolerância a lactose**: revisão. *Para Research*, v.4, n. 3, p. 1-10, 2020.

BOTELHO, João B. **História da medicina**: da abstração à materialidade. Manaus, Editora Valer, 2013.

COLLINS, Francis S. **A linguagem da vida**. São Paulo, Editora Gente, 2010.

DRAGER, Luciano F.; KRIEGER, José Eduardo. A Genética das Síndromes Hipertensivas Endócrinas. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, v. 48, n. 5, p. 659-669, 2004.

FARIA, Joana; GODINHO, Cristina; RODRIGUES, Manuel. Míomas uterinos, revisão da literatura. **Acta Obstétrica e Ginecológica Portuguesa**, n. 2, v. 3, p. 131-142, 2008.

GARCIA, José M. de Nunes. **Curso elementar de anatomia humana ou lições de anthropotomia**. Rio de Janeiro, Imprensa de Luiz Sousa Teixeira, 1854.

MOREIRA, Juliano. Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil (190516). **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 728-768, 2011.

SANTOS, Dulce O. Amarante; FAGUNDES, Maria D. Conceição. **Saúde e dietética na medicina preventiva medieval**: o regimento de saúde de Pedro Hispano (século XIII). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, n. 2, p.333-342, 2010.

16 Transcrito de **Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins**, vol.1, n. 1, p. 52-98, 1905.

SOARES, Márcio. de S. Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro vol. VIII(2), p.407-438, 2001.

SONATI, Maria de Fatima; COSTA, Fernando Ferreira. **Genética das doenças hematológicas: as hemoglobinopatias hereditárias**. *Jornal de Pediatria*, v. 8, n. 4, p. S40-S51, 2008.

**SEMEANDO ENERGIA:
os corpos como templos de memórias ancestrais!**

Marcela Barravento

Integrantes da escrevivência por meio das memórias e simbologias registradas: Moisés Calabar, Rocio Cecilia Fernández, Ludmila Gallardo, Cecilia Leiva e Rafaela Aguiar.

Essa escrevivência é uma construção de inspiração coletiva, assim integra energias, corpos, vivências, como templos de memórias ancestrais. Logo, apresenta variações de narrativas, de tempos e expressões, tendo a linguagem metafórica como propulsoras do caminho.

As raízes viajam embaixo da terra buscando novos solos para brotar. Às vezes são arrancadas e transplantadas. Algumas com ternura e outras com ira por aqueles que se sentem poderosos e donos do seu destino. No caminho, a transformação é necessária para se adaptar a essas novas terras, climas e alturas. Com grande sabedoria a natureza se nutre a cada momento e transita o presente com entrega absoluta, sabendo que hoje, e somente hoje, é o momento possível para a gestação da vida. Nas nossas raízes o passado vibra, pulsa e flui constantemente, e o futuro é apenas o devir desse presente habitado na plenitude.

Minha história como árvore não é linear, mas sim cíclica. O início é a conclusão de um percurso, e o fim é a abertura. Uma identidade justaposta em constante construção e desconstrução. Esta raiz brotou novamente do outro lado do oceano, e cresceu no solo quilombola de São Braz. Moisés de Souza, mais conhecido como Monza Calabar, cresceu nessa terra de pescadores com sua avó Olegária, mãe de santo e parteira, uma pessoa muito querida e respeitada pelo povoado. Monza cresceu entre nascimentos, antepassados, e com o dia a dia de contato profundo com o mar, assim como sentia a necessidade de estar presente em corpo e mente para enfrentar a atividade da pesca com seus tios. Nesse vai e vem do tempo, nessa simplicidade aparente, foi gerado o equilíbrio da imensidão de receber novos seres no âmbito da terra, por meio da comunicação dos atabaques que chamam os antepassados, e de ser o responsável por levar a comida do dia para sua família. Esse devir nutriu seu corpo de saberes sensíveis que se transformaram em dança.

Como filho de Ogum seu destino guerreiro o levou a abrir novos caminhos que desembocaram em Buenos Aires, na Argentina, onde conheceu a sua companheira Marcela Barravento. A música e o movimento fizeram do seu encontro um caudal de sementeira. O abraço maternal, as espadas aguerridas, o desejo indomável de criar uma maré revoltosa onde o caos foi, então, fonte facilitadora de gestação e colheita.

Nessa disseminação me encontrei com outras sementes, outras seivas, terras com nutrientes de outros povos, feridas de raízes extirpadas e novas raízes claras, impostas como um cubo em um círculo. Pequenas almas incômodas e vacilantes buscavam encher esses espaços vazios, como um caule que busca a fenda por onde brotar. Nosso encontro foi tão orgânico como a chuva quando desliza pelas folhas até chegar no mais profundo das

nossas vestes. Foi como desatar o nó de um balão e descomprimir séculos de apneia. Ali nos abraçamos, amalgamamos nossos solos e entendemos que a ancestralidade brota e rebrota, mesmo que insistam extirpá-la da raiz. A terra fértil tão intangível como poderosa é a memória viva nos corpos.

Esta é uma história de palavras que são corpos. É um relato que traz a sabedoria do tempo para habitar o sentido.

Esse espaço onde sou plantada novamente é a inauguração da abertura de muitos corpos que unidos fazem da expressão uma linguagem originária, uma língua cheia de música e poesia que provoca a união dos opostos aparentes, e que faz os rostos dialogarem com cores, movimento com música e palavra com silêncio que converge em um centro. Bailando em círculo.

Para começar, foi necessário cultivar a terra, reconhecer se era solo fértil. Por isso, foi necessário derrubar preconceitos, sermos capazes de aceitar o desconhecido, aceitar essa pessoa estranha, sempre negada, e aceitar a “outra”. Enquanto isso, surge um som percussivo parecido com a batida do coração, do ritmo de uma rítmica vital, um rito de iniciação que reproduz o caos. A MÁGICA DA CRIAÇÃO.

Abrindo as portas e as janelas, o espaço dava lugar a um tempo mítico através do movimento encarnado.

Tocar o solo com os pés descalços para se conectar com a semente que começa a enraizar. Abrir o ouvido orquestrado desde o início para que se expanda a sonora divindade que replica a sístole e a diástole, e assim começar a ver com outros olhos.

Aqueles corpos já não são indivíduos, mas sim corpos rituais, porque são parte de um relato que se vivifica, integrando-se a uma tradição oral que chega até eles, chamando para ser parte de algo

transcendente. Pouco a pouco, e a cada dia, começam a ser um só corpo que contam uma mesma história.

Sua performance remete a um tempo esquecido, originário e cíclico onde cada gesto se conecta com um centro. Entrar pela primeira vez neste círculo sagrado, nessa esfera como bailarinas, é também quebrar o modo ordinário de experimentar o tempo, de romper com sua linearidade, sua lógica. Desorganizar os movimentos racionais e automáticos para fazer com que eles caiam na sua própria natureza. O suor das testas, os olhares presentes, os ombros alinhados, o peito no ângulo preciso com a terra e cheio de música são coordenadas para começar a viver de um modo diferente. A terra se alimenta e me alimenta, transportando nutrientes às minhas raízes, e assim cresço.

O solo já era fértil. A terra deu lugar ao meu nascimento. Podia me sentir crescer sem me ver, e ali sempre retornarei por mais longe que possa ramificar.

Marcela inaugurava o ritual compartilhando os relatos míticos que habitam suas raízes há muito tempo, querendo se reproduzir para que, ao mesmo tempo, se reproduzam nela.

Quando alguém conta, conta através dessas palavras. Nesse caso, eram os símbolos desdobrados através do mito, das deidades que trazem a sabedoria do centro da terra para nutrir esse solo dia e noite e permitir uma semente fecunda.

Aprendizes conectando com a natureza que fica longe, que tem cimento em cima e que tem muita luz, tanta que não dá para abrir os olhos aos matizes. A vida da cidade tem muitas palavras e pouca música, escasseia a terra, está longe de um centro, mesmo sendo central geograficamente.

Sofre de uma existência que se vangloria de ter e não de Ser. Não é porque quero ser crítico, não é porque não gosto da luz

e das palavras, necessito delas assim como de todos para crescer, mas apenas sinto, com a brisa, o enjoo delas, em um excesso alienante. Acho que a espécie humana esqueceu das suas raízes, e talvez minha missão como árvore, além de dar oxigênio, frutos e flores, seja record-la.

No meio dessa diurna cidade, com todo o barulho e luz, parece que as palavras também perderam certos sentidos. Mesmo assim, abriu-se um espaço na terra para crescer pequenas raízes que tinham esquecido ou nunca aprenderam o valor da terra, da escuridão, do silêncio e da música.

Para que seja possível dar à luz, nessa unidade entre a natureza e o corpo dançante, entre a raiz e a superfície, nada deveria ficar de fora. Um olhar novo, um sentir novo e, ao mesmo tempo milenário de um saber perdido entre os livros, porque só sabe viver nos relatos orais, na música e nos corpos. É possível sentir o aroma da refeição, cozinhando. Esse não era só um espaço de aprendizagem de dança, foi realmente o cultivo de uma cosmologia. Sentavam-se em círculos, estiravam as pernas e os braços como galhos que crescem cada noite, cada dia. Lembravam-se de onde vinham e até onde iam, se expandiam. Olhavam para seu interior.

Relatar um conto, uma história com palavra e corpo, é religar, resgatar memórias através de imagens, de experiências, o significado profundo que descansa nesse lugar que existe antes de se manifestar. É ver o que não é visível, é abrir para que a raiz cresça. Ritualizar a dança e se vestir com a pele das divindades traz consigo uma transformação profunda a cada alma que entra nesse tempo sagrado.

Naqueles anos, a cidade não era precisamente o lugar sociopolítico com mais húmus embaixo de nós. Mesmo assim, os

portadores do mito, os maestros, os semeadores, estavam ali com os olhos apurados pelas divindades para encontrar esse lugar, para ser aquele que hospedaria esta sagrada mensagem ancestral.

A umidade e o sol cobriram os dias, mas também surgiram na noite o tempo de regar, com o cansaço nas costas e o sorriso no rosto. Os tambores soam no meio da cidade e se escuta o eco nessas ruas de cimento, entre os edifícios sólidos, no meio do bairro “porteño” de Villa Urquiza.

Como não podia ser de outra maneira, o cuidado desta colheita encontrou seu crescimento no trabalho coletivo. Muitos brotos irmãos concederam ferramentas e nutrientes, alimentando e fortalecendo esta gestação. Sem dúvida, aqueles que transcenderam e nos acompanharam nesta *interplantação* foram Augusto Omolú e Mestre King.

Assim, em uma maré de incerteza, movimento, risos, frustrações, dias e noites de ensaios e dores, continuou o desejo indomável de seguir crescendo. Esses caminhos não foram simétricos e nem simultâneos. Mas a singularidade é a seiva da essência genuína, e encontra na construção coletiva o reflexo da diferença como enriquecimento. Assim, os brotos menores, os maiores, os mais estreitos, os mais e menos rígidos, os mais escuros, todos eles foram reproduzindo uma dança aguerrida no meio de um terreno tormentoso para conseguir uma dança uníssona na “Guerra de Ogotum”.

Transpiramos. Transpiramos caudais incalculáveis que se transformavam em água sagrada. Nunca se sabe o caminho da água quando ela brota. Mas, quando acontece, sua constante rega sulca a trilha do seu rumo. Os caminhos foram diversos, mas esse útero marcou irremediavelmente a vida de cada corpo germinado. Este reencontro com os outros e conosco em comunhão com a

natureza, em um tempo e espaço não linear, esse novo conceito de família, elos que necessitam se aferrar a outros e que, ao mesmo tempo, são peças fundamentais para a gestação do bosque, porque esta conexão com nosso próprio ser já não se concebe individual e nem fragmentada. É necessário estar em comunidade, de se aferrar ao respeito dessa oportunidade tão apreciada de estar nesse tempo e espaço, no âmbito terrenal, e que só tem sentido quando o compartilhar, abraçar, agradecer e amar são as bases da terra que nos sustentam.

Anos de plantios, centenas de frutos replicados e multiplicados. Hoje volto a ter forma de árvore. Hoje serei plantado naquela terra quilombola de São Braz pelas mãos dos que souberam ramificar meus saberes. Hoje me aferro e reafirmo todos meus ciclos e a infinidade de cores, sabores, ritmos e danças que soube ser. Hoje reconheço a potência da minha identidade negra em constante movimento e superposição de formas, e me disponho a crescer com liberdade, tão alto como meus ramos me permitam e tão profundo como minhas grossas raízes necessitem. Cantarei de dia com as aves e à noite inundarei os solos com o ranger dos meus pés andantes para lembrar os meus antepassados que vivem e renascem em mim cada vez que uma pele de tambor é convidada a bater, quando os corpos se entregam ao diálogo com sua própria ancestralidade. Eles são responsáveis por despertar minha história, quando as palavras se dispersem e os olhos se nublem, serão os corpos templos da memória ancestral!



Que Sou! Quem Somos! E desta forma integramos o coletivo dessa escrevivência por meio das memórias e simbologias registradas:

Marcela Barravento (Argentina) – Autora/protagonista: Sou professora de dança afro, articuladora cultural, arte educadora, coreógrafa, diretora da Compañía Danza em Buenos Aires, diretora do Balé Afro do Recôncavo de Santo Amaro. Ekeki de Oxalá do Ilê Ya Omam. Acredito que somos permeados pela cultura que vivenciamos. Acredito que a arte nos explica, nos revela, nos move, nos comunica. O candomblé é a fonte do saber espiritual que ilumina minha caminhada.

Moises Calabar (Brasil) – Autor/protagonista: Sou mestre de dança afro, arte educador, articulador cultural, percussionista, coreógrafo, diretor da Compañía Danza Brasil em Buenos Aires, diretor do Balé Afro do Recôncavo de Santo Amaro. Ogam de Ogum do Ilê Axé Oju Onirê. Nos baobás da vida, encontro as raízes da minha existência e da minha permanência.

Rocio Cecilia Fernández (Argentina) – Autora: Sou antropóloga (Universidade de Buenos Aires), astróloga e taróloga. Professora de ensino médio e adultos. Aluna de Marcela e Monza, integrante da

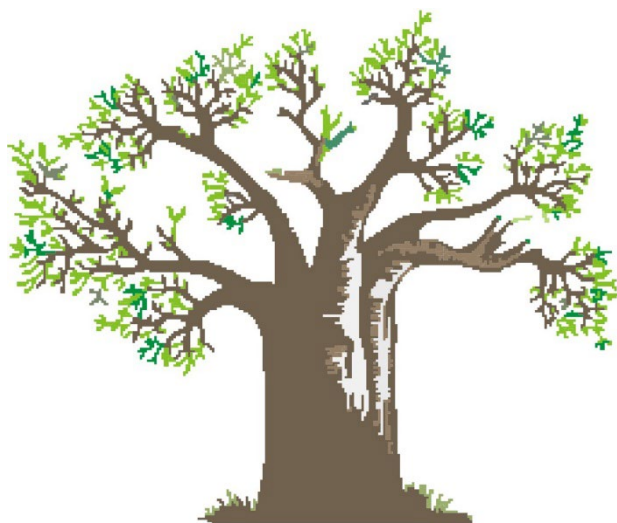
Compañía Danza Brasil. Acredito que o mundo está conectado como uma rede, que não existe separatividades. Todos somos Um y, portanto, parte da Natureza. Acredito nas energias que emanam de um centro ao que sempre retornam, como o caminho do herói que percorre o ser humano nesta encarnação.

Ludmila Gallardo (Argentina) – Autora: Sou bailarina e música. Também me dediquei ao estudo das artes plásticas e do teatro. Aluna de Marcela e Monza, integrante da Compañía Danza Brasil. Coordenadora da escola de danças afro Espacio Caboclo, diretora da companhia de danças afro latino-americanas CíaBrío, integrante do grupo Urraka (teatro, música e dança). Confio no poder da criação humana através do vínculo em todas as formas de expressão inter-relacionadas e com um vínculo profundo com outres e com a natureza. E é a partir dessa base que devemos ser obstinados para encarar horizontes que transcendam os mandatos e limites estabelecidos por um sistema sistematizado, fragmentário e individualista para criar uma humanidade mais equitativa.

Cecilia Leiva (Argentina) – Ilustradora: Faço xilogravuras, murais e animações audiovisuais. Gosto de experimentar e misturar disciplinas, porque não acredito que as artes podem ser pensadas separadamente. Conhecer e habitar as danças populares de raiz afro com Ludmila é entender que dançar também é música, canto, visualidade e, principalmente, construção coletiva.

Rafaela Aguiar (Brasil) – Tradutora: Sou jornalista e empreendedora de Pernambuco. Moro em Buenos Aires desde 2012, onde através da dança e das expressões culturais da minha terra me reconectei com minhas raízes. Uma busca que teve início com as cores vibrantes e a alegria da simbólica chita em objetos artesanais, e depois o reencontro surgiu no ritmo do maracatu, frevo, coco e caboclinho junto com a querida Ludmila Gallardo.



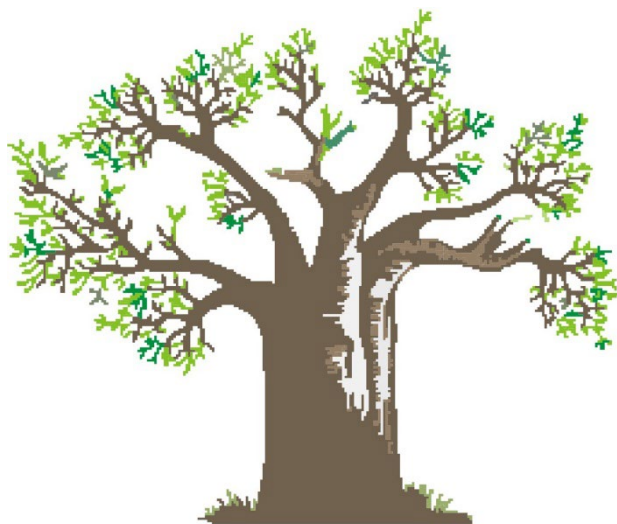


SOBRE O ORGANIZADOR



Cláudio Orlando Costa do Nascimento
(Gbinkore, aquele que colhe o que planta!)

Zelador da Baobá, Apa Otun Oju Baobá Onirê. Professor da UFRB, Pesquisador e Pós-doc em Cultos, Ritos, Culturas e Ancestralidades Negro-Indígenas, membro fundador do NEAB (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros), Vice-Coordenador do Mestrado em História da África, da Diáspora e dos Povos indígenas.



**SOBRE OS COLABORADORES E
COLABORADORA**



Arlindo Nkadibuala

Professor da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, na
Universidade Rovuma, Moçambique



Eduardo David de Oliveira

Líder do Grupo de Pesquisa RedeAfricanidades;
Professor Permanente do DMMDC - Doutorado em Difusão do
Conhecimento;
Coordenador da Linha de Pesquisa Conhecimento e Cultura do
DMMDC;
Professor Adjunto da FACED-UFBA Iniciado na Tradição de Ifã
Aprendiz de Angoleiro.

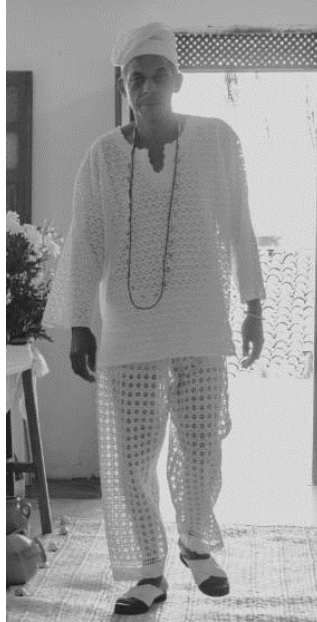


Rita de Cássia Dias

Profa Associada IV/CECULT/UFRB; Pesquisadora sobre Políticas Afirmativas, Cultura, Negritude, Acesso, Permanência e Pós-permanência no Ensino Superior e Diáspora Negra; Docente Permanente -Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas- CAHL/UFRB; Docente Permanente - Mestrado em Estudos Interdisciplinares em Universidade - EISU/IHAC/UFBA; Líder do grupo CNPq - FORCCULT e do Programa Interdisciplinar de Extensão CULTURA E NEGRITUDE - CECULT/UFRB.



SOBRE OS AUTORES E AUTORAS



Agenor de Santana

Babalorisá do Ilé Asé Bàbá Oké, professor, historiador licenciado e bacharel UCSal, presidente da Associação Religiosa e Cultural Bàbá Oké, Doutor Honoris Causa ordem dos capelães do Brasil Faculdade Febraica.



Arcénio Francisco Cuco

Universidade Rovuma – Moçambique



Ana Cristina Silva da Purificação(Ajoie Ana Santo Amaro)

Nascida em Santo Amaro da Purificação, iniciada no candomblé através do templo religioso Ilê Axé Opô Afonjá, por Mãe Stella de Oxóssi, em 2015, e confirmada Ajoie de Yansã. Em 2018, recebeu cargo de Yá Nibá Onirê do Ilê Axé Ojú Onirê/Santo Amaro, terreiro sob a liderança do Sr. José Raimundo Lima Chaves “Pai Pote”. Em 2022, indicada pelo Conselho Religioso do Bembé do Mercado, Yá Mayê do Bembé do Mercado de Santo Amaro. Docente da Rede Pública do Estado da Bahia. Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável - Universidade de Brasília UnB (2003). Graduações: Licenciatura em Biologia (FAVENI). Licenciatura em Pedagogia (UNEB). Bacharela em Serviço Social (UNIFACS). Especializações: Mediação de Conflitos e Arbitragem; Metodologia do Ensino Pesquisa e Extensão em Educação (UNEB); Psicopedagogia Clínica e Institucional(FAMETIG); Educação de Jovens e Adultos (FAVENI); Gestão ambiental (UEFS). Cursos de Extensão; Perícia Social, Controle Social, Mediação de Conflitos, Serviço Social na Educação, Libras, Gestão Pública, Gestão de Pessoas, Gestão Patrimonial, Gestão Social de Terreiros Tombados e Gestão Escolar. Mobilizadora Social. Militante nas causas contra violação de direitos, por justiça social, pela cultura da paz entre as religiões e contra intolerância religiosa.



Ananias Nery Viana

Dr. Honoris Causa. Quilombola Ativista. Educador popular. Agente de Desenvolvimento. Coreógrafo. Compositor. Vocalista do Samba de Roda Suspiro do Iguape.



Ana Verônica Bispo dos Santos

(Mãe Ana de Xangô)

A sexta ialorixá do Ilê Axé Opô Afonjá em Salvador, Bahia fundado em 1910, é pedagoga, especialista em Educação e mobilizadora social, com experiência em projetos socioeducativos. Docente da rede particular de ensino no Município de Salvador. Foi iniciada na religião do Candomblé por Mãe Stella de Oxóssi ainda adolescente, em 24/08/1988, e recebeu o nome religioso de “Obá Gerê”. Possuía como cargo anterior ao de ialorixá (assumido em 29/12/2019), o de Otum Ogalá (Substituta da responsável por cantar cânticos do Candomblé). Mãe Ana nasceu na cidade de Salvador, é filha do Sr. Flaviano Santos e da Sra. Dayse Bispo Santos, também iniciados na religião e com tradição familiar ao culto de Egunguns na Ilha de Itaparica.



Antonio Novaes (Baruty)

Nascido em uma quarta-feira na cidade de Londrina, no Norte do Paraná. Radicado em em João Pessoa chegando nesta cidade também numa quarta-feira de 1989. Não por coincidência filho de Xangô. Doutor em Bioquímica pela Universidade Estadual de São Paulo. Pós-doutor pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Professor Titular do Departamento de Biologia Molecular do Centro de Ciências Exatas da Universidade Federal Da Paraíba (UFPB). Vice-coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Afro-brasileiros e Indígenas da UFPB.



Assunção de Maria Sousa e Silva

Doutora em Letras pela PUC Minas. Professora Adjunta da UESPI e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura – PPGSC - UESPI / Professora Titular aposentada da UFPI - CTT. Integrante do NEPA - Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-UESPI e do GEED - Grupo de Estudos Estéticas Diaspóricas. Mãe. Avó do Theo e do Bernardo.



Barbara Manuela Silva dos Santos

Jovem negra quilombola, integrante do Núcleo de Mulheres Marias Felipas, Técnica em Segurança do Trabalho - IFBA, graduanda do BICULT-UFRB.



Cicero Legydokan

Vodunsu Ohunjay do Tambor de Mina do Maranhão. Atual zelador da Casa Kamafêu de Oxòssi, terreiro de Tambor de Mina e Terecô, fundado por sua mãe biológica Mãe Maria do Sete e localizado na Praia do Araçagy área metropolitana de São Luís do Maranhão.

Além de sacerdote, é escritor com obra publicada denominada “Terecô de Codó uma religião a ser descoberta”.



Dayane Ribeiro Santos

Formação na Unilab, integrante do terreiro Ilé Axé Omorodé Loni Omorodé Oluayé, onde realizou com Pai Gilson da Cruz e a Comunidade, a Plantação de árvore sagrada Baobá. Integra a Coordenação da Casa/Teatro Recôncavo.



Daniele Santos de Andrade

Iyalorixá do Ilê Axé Opô Obá Awooloyá . Presidente do Instituto Quintal da Rainha Onde esta localizada a nossa Organização de Mulheres Negras de Mata de São João-BA. CEO do Restaurante e buffet Mama Ounje (cozinha ancestral). CEO da Loja Encanto Sagrado.



Elielba Nascimento Reis

Historiadora; Mestranda programa profissional em história da África, da diáspora e dos Povos Indígenas (PPGMPH); Participante do grupo de estudo de Pesquisa África em Pauta/CNPq.



Esdras De Lúcia

Apresentador de Tv e Chefe de Cozinha, consultor e empresário.



Fábio Leão Figueiredo

Professor da UFRB, músico, pesquisa relações culturais entre Benim e Bahia. Coordenador do Projeto Afrikerê.



Felipe Milanez

Ecologista político, doutor em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra. É professor da Universidade Federal da Bahia, no Instituto de Humanidades Artes e Ciências Prof. Milton Santos, atuando nos programas de pós graduação em Cultura e Sociedade e em Ciências Sociais. Coordenador do grupo de trabalho Ecologia(s) Política(s) Desde El Sur Abya/Yala, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais. Organizador do livro Memórias Sertanistas: Cem Anos de Indigenismo no Brasil (Ed. Sesc 2015) e co-autor de Guerra da Conquista: da invasão dos portugueses aos dias de hoje (Harper Collins 2021) com Fabrício Lyrio Santos. Como jornalista, trabalhou na Funai, onde foi editor da revista Brasil Indígena, e foi editor da revista National Geographic Brasil.



Gilmar Santiago

Técnico em Segurança do Trabalho, cursou Ciências Sociais (Ufba). Foi vereador da Câmara Municipal de Salvador. Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Atuou como funcionário da Embasa. Nascido no Bom Juá, um dos bairros da periferia que tem maior concentração de afrodescendentes em Salvador, foi atraído inicialmente para participar do movimento cultural do bairro e das lutas dos moradores por melhor qualidade de vida. Na época, foi um dos fundadores da Escola Comunitária do local, uma das primeiras da capital baiana. Posteriormente, como funcionário da Embasa, atuou como militante sindical e participou da fundação do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto (Sindae), tornando-se diretor do sindicato. Foi diretor do Sindicato dos Trabalhadores de Água e Esgotos (Sindae-BA) e é membro da Executiva Municipal do PT desde 1981. Foi vereador entre 2003 e 2005, secretário Municipal da Reparação entre 2005 e 2007, secretário de Governo entre 2007 e 2008 e, em 2009, voltou a ocupar uma cadeira. Desenvolveu um projeto de Plantio de Baobás.



Gilson Da Cruz

Nome do caboclo Boca da Mata. Ilê Axé Omorodé, L'oni Omorodé
Oluaiê, Doutor Honoris Causa.



Hélen Diogo

Escritora de poéticas, jurista em formação, mestranda em Direito –
PPGD – UFSC, pesquisadora.



Jessica Bruno

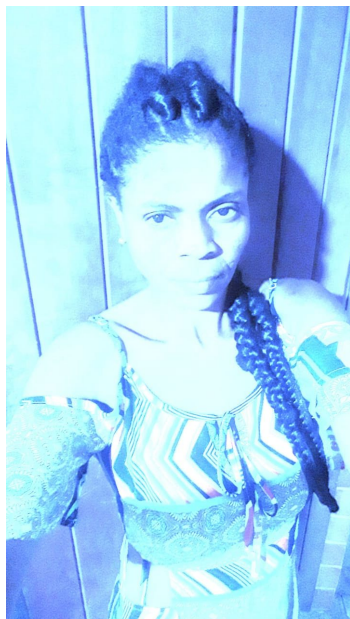
Educadora; Integrante do Núcleo Antirracista de Coimbra (NAC);
do Coletivo Angela Davis; doutoranda do Pós-colonialismos e
cidadania global (PÓS-COL – Universidade de Coimbra).



José Raimundo Lima Chaves

(Babá Pote)

Ilê Axé Oju Onirê, Zelador do Bembé.



Josélia da Hora

Líder do Quilombo Mutecho /Acutinga

Membro do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape,
Núcleo de mulheres Marias Filipas e integrante e fundadora do
Núcleo Força Quilombola



Jucilene Viana Jovelino

Nascida no Quilombo kaonge, Cachoeira recôncavo baiano, marisqueira de profissão aprendizado raiz, gestora escolar, gestora pública (UFRB), Membro do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, do Núcleo de Desenvolvimento Quilombola do território do recôncavo, Coordenadora do Núcleo de Mulheres Marias Felipas, do Fórum de Educação Quilombola do Estado da Bahia, filha de Juvani Viana e Raimundo Jovelino.



Kithi

Jornalista e arte educadora de profissão, videomaker de devoção e empresária por escolha. Através da Revista Assum Preto, contrapartida social da empresa Mzad Eventos, apoiamos a cultura nas suas mais variadas formas de expressão. Entendemos a memória de um povo como a beleza que sustenta a vida e fortalece o caminhar.



Kleyson Rosário Assis

(Otun Elebogi) é artista e professor/pesquisador da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.



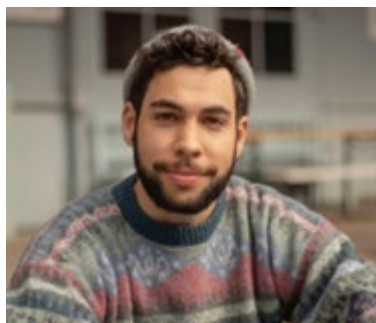
Leonardo Di Blanda

Cooperante; Mestre em Análise e Gestão de Projetos de Desenvolvimento pela Università degli Studi di Milano; Coordenador de projetos pela Cooperazione per lo Sviluppo dei Paesi Emergenti - COSPE Onlus.



Leonor Franco de Araujo

Ekedji de Oxalá, filha de Babá Adailton de Ogun do Ilé Axé Omiojuarô. Professora do Departamento de História da UFES.
Membro da Rede AFRICANIDADES



Levy Orlando Röpcke Nascimento

Estudante de comunicação e relações Internacionais, músico, ator e escritor amador, trabalhando com educação política, mídia e cultura em Hamburgo na Alemanha.



Lorena Penna

Doutoranda do Programa de Difusão do Conhecimento -
DMMDC/UFBA. Servidora Técnica CECULT/UFRB. Egbomi do
Koysan e mãe de Ravi.



Mailsa Passos

Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ), Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, do Programa de Pós-graduação em Educação (Proped-UERJ)



Marcela Barravento

Sou professora de dança afro, articuladora cultural, arte educadora, coreógrafa, diretora da Companhia Danza em Buenos Aires, diretora do Balé Afro do Recôncavo de Santo Amaro. Ekedi de Oxalá do Olê Ya Omam. Acredito que somos permeados pela cultura que vivenciamos. Acredito que a arte nos explica, nos revela, nos move, nos comunica. O candomblé é a fonte do saber espiritual que ilumina minha caminhada.



Maria Alice Silva

Advogada, escritora, doutoranda em Arquitetura e Urbanismo –
PPGAU-UFBA, fundadora do perfil @pedra.de.xango



Maria da Conceição de Menezes Soglia

Graduada em Agronomia pela UFBA, Mestre e Doutora em Ciências pela UFLA, com pós-doutoramento na Universidade de Coimbra. Atua em projetos e programas de extensão com grupos produtivos de mulheres vinculados a Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFRB. É professora Associada do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da UFRB.



Maria Goretti da Fonseca

Psicóloga, professora do Centro de Ciências da Saúde - UFRB.
Mulher negra, filha de Matamba e mãe de Halili Jasmim.



Mestre Jegue

(Alex da Apresentação)

Professor de Capoeira e Especialista em Educação Física



Monilson dos Santos Pinto

Insurgente, quilombola, mestre e doutor em Artes Cênicas, na área de Pedagogia Teatral , pesquisa processos de transmissão de saberes na cultura de terreiro, pedagogia e poéticas insurgentes nas experiências cênicas das expressões populares da cultura do Recôncavo-BA.



Nilza Nascimento Ferreira

Yalorixá Mãe Nilza D'Oxum do terreiro Ilê Axé Yepandá Odé. Filha do Tateto Inkise Pedro do Nascimento (Pedro da Telha) e neta de Mameto Inkise Maria de Oxalá do Rio Vermelho, tem sua trajetória de vida marcada pela dedicação aos Orixás, ao combate ao racismo e a intolerância religiosa. Desenvolve projetos sociais na Baixa do Morro e Santo Antônio de Jesus e cidades circunvizinhas.



Rosane Viana Jovelino

Nascida no Quilombo Kaonge, no Território de Identidade do Recôncavo Baiano. Cercada de muito amor, brincadeiras de rodas, cantos e tambores. Poeta, graduada em Administração com Ênfase em Finanças (FAMETTIG). Especialista em Gestão Estratégica Pública (UNICAMP). Pertence ao Conselho Quilombola e ao Núcleo de Mulheres Quilombolas da Bacia e Vale do Iguape Marias Felipas. Integrante do Grupo de Samba de Roda Suspiro do Iguape. Autora do Livro poesia Patuá, lançado em 2019. Tem participado de diversas antologias poéticas. Atualmente, tem escrito sobre as comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape. Integrada a natureza.



(da esquerda para a direita)

Dona Cadu (Dra. Ricardina Pereira)

Centenária, sambadeira, ceramista, rezadeira, afro indígena.
Nascida em São Félix-BA, atualmente moradora do distrito de
Maragojipe, Coqueiro.

Rosangela Cordaro

Pesquisadora em cerâmica popular brasileira, mestra em
História da África, Diaspora e povos Indígenas, UFRB.



Rosângela Viana Jovelino

Nascida na comunidade Quilombola Kaonge, filha de Juvani Nery Viana e Raimundo Jovelino, mãe de Júlia e Levi, filha do Terreiro 21 Aldeia de Mar e Terra, professora, membro do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape,. do Núcleo de Desenvolvimento das comunidades Quilombolas do Território do Recôncavo, e do Núcleo de Mulheres Quilombolas Marias Felipas, Coordenadora Pedagógica do Centro de Educação e Cultura Vale do Iguape.



Roberto da Costa Joaquim Chava

Doutor em Educação pela UERJ, Professor do Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Rovuma-Mocambique, coordenador do curso de Pedagogia.



Roberto Olugbenirá Rodrigues

Filósofo, Ogã de Oyá do Ilê Axé Opô Afonjá. Salvador-BA,
membro efetivo do grupo religioso Baobá.



Sara Fontinele

Neta de Izaura, filha de Maria e mãe de Clarice. Graduanda em História UEMASUL.



Selma Silva Santos

(Com a filha Bárbara no dia do ritual do Plantio do Baobá.)
Liderança e militante Quilombola, com implicações com a Terra, o Sagrado, a Ancestralidade. Integra o Núcleo de Mulheres Maria Felipa.



Silvio Luiz Soglia

Graduado em Agronomia, mestre e doutor em Ciências dos Alimentos com pós-doutoramento na Universidade de Coimbra - Portugal. Professor e ex-reitor da UFRB, atua em projetos de Extensão como membro da Incubadora de Empreendimentos Solidários em comunidades rurais e de povos tradicionais.



Solange Borges

Kilede no Terreiro Unzo N'Ganga Kuatelesa Ninza. Graduada em Letras, com extensão em Fitoterapia pela UFBA, cozinheira pelo SENAC, Criadora do Projeto Culinária de Terreiro.



Thiago Garcez da Cruz

Ogã de Omolu e Apokan do Ilê Axé Opô Afonjá. Major da Polícia Militar da Bahia (PMBA). Mestrando em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela UFBA. Especialista em História da África e Cultura Afro-brasileira e Africana pela Fundação Visconde de Cayru. Conselheiro do Núcleo de Religiões de Matrizes Africanas da PMBA. Professor da Academia de Polícia Militar da Bahia da disciplina Relações Étnico-Raciais e de Gênero. Cerimonialista e Mestre de Cerimônias.



Vanda Machado

Pesquisadora, doutora em educação e historiadora. Criou o Projeto Político Pedagógico Irê Ayó na Escola Eugenia Anna dos Santos no terreiro Ilê Axé Opo Afonjá desde 1995. Trabalho apresentado em Bruxelas, Havana, Universidade de Ilê Ifé na Nigéria, Nova Iorque e Portugal. Sua trajetória acadêmica é dedicada a Educação das Relações Étnico-raciais, currículo e cultura afro-brasileira. É professora colaboradora da UFRB. Criou o curso Capoeira Educação para a Paz através do IPAC - SECULT da Ba. Recebeu Medalha de Honra ao Mérito pela OMEP (Organização Mundial de Educação Pré Escolar) e Comenda Felipe Serpa por serviços prestados à educação a Bahia e ao Brasil.



Vanessa Orewá

Professora, pesquisadora, empreendedora, Ekedji de Osalufon,
filha de Pai Agenor e co-fundadora do Núcleo de Mulheres Axé
Eyin.

***Nota da organização:** Agradecemos as contribuições das Escrevivências e Contos que integram o Livro e ressaltamos que os textos e imagens foram mantidas fidedignamente como enviadas, sendo cada Autor(a) responsável pelo seu registro.

EDITORA BARLAVENTO

